



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**TERRITÓRIO, PODER E VIOLÊNCIA URBANA: Agentes Territoriais e
os Crimes Violentos Letais em Macapá**

Leidiene Souza de Almeida

Belém-PA

2017

Leidiane Souza de Almeida

TERRITÓRIO, PODER E VIOLÊNCIA URBANA: Agentes Territoriais e os Crimes Violentos Letais em Macapá

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Clay Anderson Nunes Chagas, *Dr.*

Coorientador: Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*

Belém-PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Almeida, Leidiene Souza de

Território, poder e violência urbana: agentes territoriais e os crimes violentos letais em Macapá / Leidiene Souza de Almeida. - 2017.

Orientador: Clay Anderson Nunes Chagas

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém, 2017.

1. Violência urbana - Macapá (AP). 2. Segurança pública - Macapá (AP). 3. Análise espacial (Estatística) - Macapá (AP). 4. Crime - Macapá (AP). I. Título.

CDD 22. ed. 303.6098116

TERRITÓRIO, PODER E VIOLÊNCIA URBANA: Agentes Territoriais e os Crimes Violentos Letais em Macapá

Leidiene Souza de Almeida

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 12 de maio de 2017.

Prof. Edson Marcos Leal Soares Ramos, *Dr.*
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. *Dr.* Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. *Dr.* Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Coorientador

Prof. *Dr.* Itamar Pereira Gaudêncio
Universidade Federal do Pará
Avaliador Externo

Profa. *M.Sc.* Adrilayne dos Reis Araújo
Universidade Federal do Pará
Avaliador Interno

Aos meus pais, Antônio e Marlêde (*in memoriam*), por me ensinarem o caminho.

Ao meu esposo, Salazar e ao meu filho, Bernardo, minhas inspirações, pela compreensão, amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas bênçãos concedidas durante toda a minha vida;

Ao Governo do Estado do Amapá e ao Comando da Polícia Militar, no sentido de permitir minha frequência e conclusão do curso de pós-graduação, para que por meio do conhecimento, possa auxiliar na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade amapaense;

Ao Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, meu orientador, por todo o apoio, profissionalismo, atenção e conhecimento compartilhado;

Ao Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos, meu coorientador, pela ajuda, disponibilidade, paciência e confiança depositada;

Aos Docentes do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, em especial aqueles que convivi mais de perto, Adrilayne dos Reis Araújo, Carlos Alberto Batista Maciel, Fernanda Valli Nummer, Luís Fernando Cardoso e Cardoso, Marcelo Quintino Galvão Baptista, Silvia Canaan Oliveira-Stein e Silvia dos Santos de Almeida, os quais contribuíram substancialmente para a consolidação de novos saberes;

Ao Prof. Dr. Wilson José Barp, pela indicação de referencial teórico e pelas importantes observações feitas durante a defesa do projeto de qualificação;

Ao Prof. Dr. Itamar Pereira Gaudêncio, companheiro no Curso de Formação de Oficiais, pelo incentivo, consideração e pelos valiosos apontamentos durante a defesa do projeto de qualificação;

As colegas Marcelle Peres e Lorena Sanches, do projeto de pesquisa “Território, Rede e Violência”, pela ajuda na execução e transcrição das entrevistas;

Aos companheiros de farda Sargentos Hilário Gomes e Jhony Figueiredo, da Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá, pela disponibilização dos dados e pelos esclarecimentos prestados;

Aos colegas da turma de mestrado 2015 – Adriano Ferreira, Alessandro Farias, Anderson Lima, Brenno Miranda, Elizabeth Feitosa, Gruchenhka Freire, Heleno

Mascarenhas, Ilca Cardoso, José Carlos, Miguel Ângelo, Renata Alencar e Tatiane Tolosa, pelas horas de tensão e descontração vividas;

Novamente, à minha amiga Tatiane, pela amizade e essenciais contribuições feitas no decorrer da elaboração deste trabalho;

E finalmente, os mais sinceros e verdadeiros agradecimentos aos mais próximos: meu pai, “Braza”, meu amado esposo “Bebo” e meu filhote “Bebinho”, pelo respeito, paciência, generosidade e amor, vocês são a razão de todo o meu esforço.

RESUMO

ALMEIDA, Leidiene Souza de. Território, Poder e Violência Urbana: Agentes Territoriais e os Crimes Violentos Letais em Macapá. 2017. 125 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2017.

Analisa-se a violência no seu viés mais extremo, com enfoque na que se processa no recorte do espaço urbano. Discute-se a distribuição dos crimes violentos letais do ponto de vista do espaço urbano de uma cidade média não-metropolitana, Macapá, capital do Amapá, mais especificamente, a partir da formação do território da violência, enquanto produto da tensão das relações estabelecidas entre os diferentes agentes territoriais. Este estudo analítico-descritivo, com ênfase na abordagem quantitativa e qualitativa, foi desenvolvido por meio de revisão teórica, pesquisa de campo e análise de dados secundários disponibilizados pela Gerência de Estatística e Análise Criminal, subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá, no recorte temporal compreendido entre os anos de 2011 e 2015 e a partir da análise de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação aos aspectos não diretamente relacionados à segurança pública, como informações demográficas, socioeconômicas, infraestruturais e de serviços públicos, referentes especialmente, ao Censo Sociodemográfico 2010. A análise quantitativa instrumentou-se por uso de softwares, com a aplicação de diferentes técnicas estatísticas, como análise descritiva, fatorial e de correspondência, para sistematizar e apresentar os dados, por meio de tabelas e gráficos, associado ao uso do geoprocessamento para representação cartográfica. Procedeu-se a coleta de dados primários por meio de entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2016, na cidade de Macapá, por equipe do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência”, com diferentes agentes territoriais, sendo os respectivos diálogos gravados, com a prévia autorização dos sujeitos e apreciados segundo a técnica análise de conteúdo. Os resultados descritivos indicam que a criminalidade letal se concentra no final de semana, à noite, com uso de arma de fogo e em via pública, vitimando, sobretudo, homens na faixa etária de 18 a 24 anos. A partir dos Índices de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (IDBM) e da Quantidade de Crimes Violentos Letais (QCVL), conformam-se basicamente dois tipos de relação: Alto IDBM-Alta QCVL e Baixo IDBM-Baixa QCVL. A análise espacial demonstra que a letalidade violenta é mais significativa nas áreas de ressaca, nos bairros de maior população e que compõem a área sul da cidade. Segundo os agentes territoriais, os autores e vítimas da criminalidade letal são predominantemente os adolescentes e jovens, do sexo masculino, muitas vezes, atribuindo-se ao uso de álcool e drogas e ao comércio de entorpecentes, a qualidade de elementos potencializadores dos conflitos interpessoais na dimensão dos territórios de Macapá. Tomando-se por base os resultados obtidos e o arcabouço teórico estudado, conclui-se que se trata de um fenômeno complexo e multicausal, resultante da concorrência de distintos fatores, tanto de natureza individual como estruturais, num contexto generalizado de deficiência do aparelho estatal.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Análise Espacial; Letalidade Violenta; Segurança Pública.

ABSTRACT

ALMEIDA, Leidiene Souza de. Territory, Power and Urban Violence: Territorial Agents and Violent Lethal Crimes in Macapá. 2017. 125 f. Dissertation (Postgraduate Program in Public Safety), PPGSP, UFPA, Belem, Pará, Brazil, 2017.

Violence is analyzed in its most extreme bias, with a focus on that which occurs in the urban space. The distribution of violent lethal crimes from the point of view of the urban space of a non-metropolitan middle city, Macapá, capital of Amapá, is discussed, more specifically, from the formation of the territory of violence, as a product of the tension of relations established between the different territorial agents. This analytical-descriptive study, with emphasis on the quantitative and qualitative approach, was developed through theoretical review, field research and analysis of secondary data, made available by the Statistics and Criminal Analysis Department, subordinated to the State Department of Justice and Public Security of Amapá, in the time cut between the years 2011 and 2015, and based on the analysis of data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), in relation to aspects not directly related to public security, such as demographic, socioeconomic, infrastructural and public service information, referring especially to the Sociodemographic Census 2010. The quantitative analysis was instrumented by the use of softwares, with the application of different statistical techniques, such as descriptive, factorial and correspondence analysis, to systematize and present data, through tables and graphs, associated to the use of geoprocessing for cartographic representation. The primary data were collected through interviews conducted in the first half of 2016 in the city of Macapá, by a team from the Research Project “Territory, Network and Violence”, with different territorial agents, being the respective dialogues recorded, with the previous authorization of the subjects and evaluated according to the technique of content analysis. The descriptive results indicate that lethal crime is concentrated at the end of the week, at night, with the use of firearms and on public roads, victimizing, above all, men in the age group of 18 to 24 years. Based on the Macapá Neighborhood Development Indexes (IDBM) and the Quantity of Violent Lethal Crimes (QCVL), there are basically two types of relationship: High IDBM-High QCVL and Low IDBM-Low QCVL. Spatial analysis demonstrates that violent lethality is more significant in hangover areas, in the larger neighborhoods that make up the southern area of the city. According to territorial agents, the perpetrators and victims of lethal crime are predominantly male adolescents and young people, often attributed to alcohol and drug use and to the narcotics trade, the quality of interpersonal conflicts in the territories of Macapá. Based on the results obtained and the theoretical framework studied, it is concluded that this is a complex and multicausal phenomenon, resulting from the competition of different factors, both individual and structural, in a generalized context of deficiency of the state apparatus.

Keywords: Urban Space; Spatial Analysis; Violent Lethality; Public security.

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1

Figura 01 – Dinâmica da População Rural e Urbana no Amapá (Censos Demográficos 1960-2010).....	47
Figura 02 – Evolução da População Total de Macapá-AP (Censos Demográficos 1970-2010).....	48
Figura 03 – Evolução da Taxa (por cem mil habitantes) dos Crimes Violentos Letais no Espaço Urbano da cidade de Macapá/AP (2011-2015).....	53
Figura 04 – Distribuição Espacial dos Índices de Desenvolvimento dos Bairros em Macapá-AP	58
Figura 05 – Distribuição Espacial dos Crimes Violentos Letais nos Bairros em Macapá-AP (2011-2015).....	58

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2

Figura 01 – Delimitação dos bairros investigados em Macapá-AP.....	65
Figura 02 – Número de vítimas de crimes violentos letais nos bairros pesquisados na cidade de Macapá-AP (2013-2015).....	66
Figura 03 – Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Jardim Felicidade, Macapá-AP (2013-2015).....	68
Figura 04 – Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Cidade Nova, Macapá-AP (2013-2015).....	68
Figura 05 – Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Marabaixo I, Macapá-AP (2013-2015).....	70
Figura 06 – Distribuição dos crimes violentos letais nos bairros Congós, Muca e Novo Buritizal, Macapá-AP (2013-2015).....	70

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 3

Figura 01 – Distribuição espacial dos órgãos e entidades de segurança pública na cidade de Macapá-Amapá.....	88
Figura 02 – Dinâmica dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá-Amapá (2011-2015).....	94

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1

Tabela 01 – Classificação da Análise Fatorial pela Estatística KMO.....	51
Tabela 02 – Distribuição da quantidade e percentual dos Crimes Violentos Letais por sexo e faixa etária da vítima, conforme o dia da semana, quanto à faixa de hora, por local da ocorrência e segundo o meio empregado, no espaço urbano da cidade de Macapá-AP (2011-2015).....	54
Tabela 03 – Covariância (p) e Nível de Descritivo (p) das Variáveis Relacionadas para a Construção do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá.....	55
Tabela 04 – Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica Análise Fatorial as Variáveis Necessárias à Construção do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá.....	56
Tabela 05 – Classificação dos Bairros a partir EPIDBM.....	57
Tabela 06 – Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica Análise de Correspondência ao Índice de Desenvolvimento dos Bairros e ao Número dos Crimes Violentos Letais em Macapá-AP.....	57

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Correspondência
AF – Análise Fatorial
AP – Amapá
BOPE – Batalhão de Operações Especiais
BOPM – Boletim de Ocorrência Policial Militar
BPM – Batalhão de Polícia Militar
BPRE – Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual
BPTran – Batalhão de Policiamento de Trânsito
BRPM – Batalhão de Rádio Patrulhamento Motorizado
CADAM – Caulim da Amazônia Mineração Novo Astro
CAT-CBM – Centro de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar
CBM – Corpo de Bombeiros Militar
CF – Constituição Federal
CFA – Companhia Ferro Ligas do Amapá
CGCBM – Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar
CGPM – Comando Geral da Polícia Militar
CID – Classificação Internacional de Doenças
CIODES – Centro Integrado de Operações de Defesa Social
CIOSP – Centro Integrado de Operações em Segurança Pública
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança Pública
CP – Código Penal
CVL – Crimes Violentos Letais
CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais
DCCM – Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher
DEATRAN – Delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito
DECCON – Delegacia de Crimes Contra o Consumidor
DECCP – Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio
DECIPE – Delegacia de Homicídios
DEIAI – Delegacia Especializada na Investigação de Atos Infracionais
DEMA – Delegacia Especializada em Crimes Contra o Meio Ambiente

DGPC – Delegacia Geral de Polícia Civil
DPC – Delegacia de Polícia Civil
DPE – Departamento de Polícia Especializada
DPI – Departamento de Polícia do Interior
DTE – Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes
EPIDBM – Escore Padronizado do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GAPTA – Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia
GBM – Grupamento Bombeiro Militar
GEAC – Gerência de Estatística e Análise Criminal
IAPEN – Instituto de Administração Penitenciária do Amapá
IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S. A.
IDBM – Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá
IDGM – Índice Desafios da Gestão Municipal
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KMO – Kaiser-Meyer-Olkin
MAA – Medida de Adequação da Amostra
MJ – Ministério da Justiça
MRB – Metrópole Regional de Belém
MYYSA – Mineração Yukio Yoshidome S. A.
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PC – Polícia Civil
PM – Polícia Militar
PMAP – Polícia Militar do Amapá
POLITEC – Polícia Técnico-Científica
POLINTER – Delegacia de Polícia Interestadual
PNRH – Pacto Nacional pela Redução de Homicídios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSP – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
PROCON – Instituto de Defesa do Consumidor

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

QCVL – Quantidade de Crimes Violentos Letais

RMB – Região Metropolitana de Belém

SEJUSP – Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade

UF – Unidade Federativa

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	16
1.1 INTRODUÇÃO	16
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	18
1.3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.4 OBJETIVOS	23
1.4.1 Objetivo Geral.....	23
1.4.2 Objetivos Específicos.....	24
1.5 HIPÓTESE.....	24
1.6 REVISÃO DA LITERATURA.....	25
1.7 METODOLOGIA	41
CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS	45
2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1.....	45
1. INTRODUÇÃO	46
2. URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIA LETAL E TRANSFORMAÇÕES RECENTES EM MACAPÁ.....	46
3. MATERIAL E MÉTODOS	49
3.1 Técnicas Estatísticas Aplicadas	49
3.1.1 Análise Descritiva.....	49
3.1.2 Análise Fatorial.....	50
3.1.3 Análise de Correspondência.....	51
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
4.1 Da aplicação da análise descritiva.....	53
4.2 Da aplicação da análise fatorial.....	55
4.3 Da aplicação da análise de correspondência	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
6. REFERÊNCIAS	59
2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 2.....	62
1. INTRODUÇÃO	63
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	64
3. METODOLOGIA	66
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
4.1 Análise Espacial	67
4.2 Análise das Entrevistas.....	72
4.2.1 Medo e insegurança: a territorialidade dos crimes violentos letais	73

4.2.2	Perfil e relação do autor e vítima dos crimes violentos letais	74
4.2.3	Dinâmica da violência letal: multicausalidade	75
4.2.4	Políticas públicas de segurança: papel da polícia e da justiça criminal.....	77
5.	REFLEXÕES FINAIS	80
6.	REFERÊNCIAS	82
2.3	ARTIGO CIENTÍFICO 3.....	85
1.	INTRODUÇÃO	86
2.	BREVE CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	86
3.	MATERIAIS E MÉTODOS	90
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	91
4.1	Território e criminalidade violenta letal em Macapá	91
4.2	Conhecendo os perfis: autor e vítima e suas relações	92
4.3	Possíveis determinantes da criminalidade violenta	95
4.4	Políticas públicas de segurança	96
4.5	Segurança pública: dificuldades enfrentadas	98
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6.	REFERÊNCIAS	101
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....		104
3.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
3.2	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1		109
ANEXOS.....		114
ANEXO 1.....		115
ANEXO 2.....		116
ANEXO 3.....		117
ANEXO 4.....		118
ANEXO 5.....		122

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

Considerando que o fenômeno da violência está presente em todas as sociedades e manifesta-se sob várias formas, como violência institucionalizada, violência social, violência política, violência revolucionária, violência urbana, violência interpessoal, violência contra si mesmo e violência coletiva (ODALIA, 1991). Particularmente nesta dissertação, vislumbra-se a violência no seu viés mais extremo, ou seja, naquela que leva à letalidade, com enfoque na que se processa no recorte do espaço urbano.

Nesse sentido, o objetivo geral consiste em abordar a violência do ponto de vista do espaço urbano da cidade de Macapá, estado do Amapá, mais especificamente, a partir da formação do território da violência, enquanto produto da tensão das relações estabelecidas entre os diferentes agentes territoriais.

Para isso, toma-se como variável, o homicídio, no seu arranjo mais abrangente da criminalidade violenta letal, que engloba aqui, especialmente, os tipos homicídio, latrocínio e morte decorrente de intervenção policial, para se compreender a relação existente entre a dinâmica da violência letal e o comportamento dos agentes territoriais locais.

Dessa forma, este estudo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na investigação de campo com os agentes territoriais locais, referente ao Projeto BRA/04/029 - Segurança Cidadã/Pensando a Segurança Pública, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e executado pelo corpo do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência – agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas, vinculado aos cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que teve por encargo realizar a coleta e sistematização de dados relativos ao fenômeno da violência e homicídios, de modo a identificar os principais fatores de risco e a dinâmica destes crimes nas cidades do grupo Região Norte que integram o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH)¹ (BRASIL, 2016).

¹ O PNRH é uma política pública nacional entre governos federal, estaduais e municipais, voltada para a redução no país em 5% ao ano no número de homicídios dolosos (aqueles nos quais há intenção de matar). A ideia de se construir este pacto decorre do fato de que 10% dos homicídios ocorridos no mundo no ano de 2014 foram registrados no Brasil, de acordo com a Organização das Nações Unidas (OMS, 2014).

Para a proposição deste trabalho, julgou-se pertinente desenvolver um estudo analítico-descritivo, de caráter quantitativo e qualitativo, direcionado a uma amostra de 577 (quinhentos e setenta e sete) registros de crimes violentos letais que ocorreram no espaço urbano da cidade de Macapá-AP, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015. Os dados secundários foram obtidos junto ao sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP) e ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relação aos aspectos não diretamente relacionados à segurança pública, como informações demográficas, socioeconômicas, infraestruturais e de serviços públicos, a partir da análise dos Censos Sociodemográficos de 1960 a 2010. A análise quantitativa dos dados foi instrumentada com a aplicação de diferentes técnicas estatísticas, como a análise descritiva, fatorial e de correspondência, associada ao uso do geoprocessamento para representação cartográfica.

Para a realização da análise qualitativa, procedeu-se a coleta de dados primários por meio de pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas no primeiro semestre de 2016 na cidade de Macapá, por equipe do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência”, com 15 moradores dos bairros de maior letalidade violenta (considerando o recorte temporal de 2013 a 2015) e com 15 agentes integrantes dos órgãos da segurança pública da capital amapaense, sendo os respectivos diálogos gravados, com a prévia autorização dos sujeitos. Os discursos foram apreciados segundo a técnica análise de conteúdo, para se compor as categorias analíticas.

A parte textual divide-se em 03 (três) capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se as considerações gerais, compostas desta introdução, da justificativa e importância da pesquisa, do problema da pesquisa, dos objetivos, da hipótese, da revisão da literatura e da metodologia empregada para a execução da pesquisa.

O segundo capítulo é composto por 03 (três) artigos científicos intitulados:

1) **“Índices de desenvolvimento dos bairros e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá”**², que reflete a respeito da distribuição dos registros dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá, relacionando-os a indicadores demográficos, socioeconômicos, de infraestrutura e serviços urbanos presentes nos bairros do município;

² O referido artigo foi submetido à avaliação para publicação na “Revista Planejamento e Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA”, cujas normas seguem no “ANEXO 3”.

2) **“Território, Poder e Violência Urbana: os agentes territoriais locais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá (2013-2015)”**³, que discute a dinâmica da letalidade violenta na dimensão intraurbana e o comportamento dos agentes territoriais, a partir de entrevistas realizadas com os agentes territoriais locais atuantes nos bairros Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca e Novo Buritizal; e,

3) **“Território e Violência Urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá”**⁴, que analisa a dinâmica dos crimes violentos letais na dimensão na capital amapaense, a partir da apreciação temática de entrevistas realizadas com agentes públicos, denominados agentes macro territoriais, atuantes na área da segurança pública na capital amapaense.

O terceiro capítulo expõe as considerações finais sobre o tema, as principais dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa e as recomendações para a formulação de outros possíveis trabalhos a serem desenvolvidos por demais pesquisadores da área, dada a relevância e complexidade do tema estudado.

A parte pós-textual é constituída: *i*) das referências bibliográficas do Capítulo 1; *ii*) dos anexos, dentre os quais se destacam o “ANEXO 1”, que se refere ao roteiro de entrevista tipo 1 – “Análise da percepção da violência e do homicídio entre agentes territoriais locais” e o “ANEXO 2” referente ao roteiro de entrevista tipo 2 – “Análise da percepção da violência e do homicídio entre agentes macro territoriais locais”.

Por fim, é importante pontuar que esta dissertação segue as diretrizes da Resolução Nº 001/2016 – PPGSP, de 29 de janeiro de 2016, que regula as normas e o modelo da dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

A violência desponta como um dos principais problemas sociais, que nos últimos anos, passou a integrar a agenda pública, se fazendo presente no mundo acadêmico, nos meios de comunicação e nos debates políticos (CANO; RIBEIRO, 2007).

³ O referido artigo foi submetido à avaliação para publicação na “Revista Mercator – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC”, cujas normas seguem no “ANEXO 4”.

⁴ O referido artigo foi submetido à avaliação para publicação na “Revista Novos Cadernos NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – UFPA”, cujas normas seguem no “ANEXO 5”.

Enquanto fenômeno social complexo, a violência se apresenta como objeto de pesquisa multifacetado, o que se revela pela ampla quantidade de estudos que buscam compreender a violência e o sentimento de insegurança proveniente de práticas delituosas, como os desenvolvidos por Adorno (2000), Santos (2002), Zaluar (2007), Cano e Ribeiro (2007), Barreira et al. (2011), Misse (2011), Beato Filho (2012), Saporì e Soares (2014), entre outros.

A violência alçada ao seu grau extremo, o homicídio, representa o elemento deste estudo, por além de se cristalizar como um dos mais graves problemas que atinge o cotidiano da população brasileira, ter se estabelecido como uma das principais causas de morte no país, provocando, sobretudo, insegurança e medo na sociedade.

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), em 2014 houve 59.627 homicídios⁵ no Brasil – o que equivale a uma taxa de 29,1 homicídios por 100 mil habitantes. Este é o maior número de homicídios já registrado e consolida uma mudança no nível desse indicador, que se distancia do patamar de 48 mil a 50 mil homicídios, ocorridos entre 2004 e 2007, e dos 50 a 53 mil mortes, registradas entre 2008 a 2011 (CERQUEIRA et al., 2016).

É importante aqui esclarecer que a definição de morte violenta dada pelo SIM é diversa daquela dada pelos órgãos policiais, vez que pelo SIM, os homicídios são definidos de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), ao passo que para as polícias a definição segue os parâmetros do Código Penal Brasileiro (LIMA; BORGES, 2014).

Salienta-se que a metodologia adotada por grande parte das secretarias de segurança dos estados, pauta-se na classificação dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), criada em 2006, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais, o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais (BRASIL, 2006).

A esse respeito, Cerqueira et al. (2016) aponta que aqueles incidentes classificados pelo Ministério da Saúde como mortes violentas equivalem aos crimes violentos letais

⁵ Neste conceito estão agrupadas as categorias Agressões (110) e Intervenções Legais (112) do CID-BR-10.

intencionais, que incluem as mortes por homicídio, por latrocínio e intervenções legais, taxonomia utilizada pelas polícias no Brasil e aproveitada nesta investigação.

Cano e Ribeiro (2007) distinguem a vitimização por crimes violentos, como um dos principais expoentes do fenômeno da violência, tanto pela gravidade de suas consequências individuais e sociais quanto pelo crescimento das taxas.

Para Ramão e Wadi (2010) existe um crescimento linear acentuado no número de óbitos urbanos no Brasil que se justifica devido ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país. Assim, ao se pensar sobre a violência letal, a urbanização se apresenta como fenômeno estreitamente associado ao crescimento dos homicídios no Brasil, principalmente, quando passamos a considerá-la numa articulação importante com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das relações sociais no território, como aponta Sampaio (2015).

Vale ressaltar que tanto as grandes metrópoles como as cidades médias vêm sofrendo com o aumento significativo dos níveis de criminalidade. Contudo, observa-se que os estudos urbanos sobre violência, especialmente os relativos aos homicídios e demais crimes violentos letais concentram-se em cidades de grande porte e regiões metropolitanas.

Nesse panorama, mostra-se importante pesquisar o tema vinculado à dimensão local da cidade de Macapá, objetivando-se entender as dinâmicas socioespacial e territorial da criminalidade letal organizadas de modo diferente nos bairros da capital amapaense, conforme afirma Beato Filho (2012, p. 61), para o qual “a distribuição de crimes por regiões de um estado obedecem determinações distintas, conforme o desenvolvimento delas”, tendo isso resultados expressivos, dado que a violência não é homoganeamente distribuída, tanto em termos espaciais como nos diversos grupos sociais.

Outro ponto de destaque se refere ao fato de Macapá ser considerado o município mais violento do Amapá. Logo, por isso, tal cidade foi selecionada como palco de averiguação da violência no estado, inclusive por se revelar como espaço afligido pelos fenômenos da interiorização e disseminação da violência, já assinalados por Waiselfisz (2011), os quais ainda necessitam de maior aprofundamento, vez que a maioria das análises atuais é construída em escala estadual, fato que prejudica a visualização e análise da dinâmica da violência territorial nos bairros, e conseqüentemente, na cidade.

A inclusão da análise espacial nesta pesquisa se expressa como instrumento significativo ao promover a compreensão das dinâmicas territoriais da violência, considerando o que certifica Beato Filho (2012, p. 153) “pois permitem computar a localização exata de

onde o crime aconteceu, associando-a com características da área, muito mais que apenas dados sociodemográficos agregados”, além da atratividade do uso de mapas em virtude da facilidade de apresentação e da melhor visualização do fenômeno na forma de imagens, permitindo, em consequência, uma compreensão dimensionada da criminalidade, a partir da realidade apresentada pelo banco de dados investigado.

Nesse sentido, é importante destacar que não se encontram no estado do Amapá estudos a respeito da evolução temporal e espacial, bem como acerca das características dos crimes violentos letais a partir de dados provenientes da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança do Amapá (SEJUSP/AP). Daí decorre a necessidade da realização de uma investigação que aprofunde a análise dos dados estatísticos disponíveis para a cidade de Macapá, objetivando apreciar a amplitude da evolução destes crimes ocorridos na cidade, bem como sua distribuição pelos bairros de Macapá.

Vale observar que este estudo além de investigar a criminalidade pelo viés da espacialização, pretende realizar um desenho com abordagem integrada, perpassando pela discussão teórico-conceitual em algumas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Estatística e a Geografia, de modo a abarcar a magnitude dos processos que envolvem o espaço social e o território.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Refletir acerca do espaço urbano suscita nos dias de hoje o debate conjunto com a questão da criminalidade, sobretudo a violenta. Cardia et al. (2003) argumentam que a criminalidade violenta no Brasil, com destaque para os homicídios no espaço urbano, tem crescido de modo acentuado desde a década de 1960, fenômeno sobreposto, inclusive, ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país, como destaca Santos (2013).

Nesse sentido, o processo de urbanização capitalista é um dos elementos-chave para se compreender a configuração socioespacial da violência e da criminalidade no Brasil contemporâneo (SANTOS, 2013; SILVA; MARINHO, 2014).

O Brasil, semelhante aos demais países subdesenvolvidos do Sul do globo contaram com uma urbanização mais recente, acelerada e não homogênea. Este processo finalizou por acarretar, com diferença de grau e intensidade nas cidades, a marginalização dos centros

urbanos, a fragmentação socioespacial, o aumento da violência, prostituição, tráfico de drogas, e em consequência disso, os homicídios (SANTOS, 2013).

Segundo a edição 2016 das Estatísticas Mundiais de Saúde, publicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a taxa de homicídios no Brasil foi de 32,4 homicídios para cada cem mil habitantes (tomando por base dados de 2012), o que classificou o país na 11ª colocação geral no ranking de homicídios do mundo e na 9ª maior taxa da região das Américas. Cabe destacar que a liderança mundial no ranking compete a Honduras com 103,9 homicídios e a vice-liderança a Venezuela, com 57,6 para cada cem mil habitantes (OMS, 2016).

Nesse cenário, o Atlas da Violência 2016⁶ indica que houve 59.627 homicídios no Brasil, no ano de 2014, o que equivale a uma taxa de 29,1 homicídios por cem mil habitantes. Esse estudo distingue que a incidência do fenômeno da criminalidade homicida “ocorre de maneira heterogênea no país, não apenas no que diz respeito à dimensão territorial e temporal, mas no que se refere às características socioeconômicas das vítimas” (CERQUEIRA et al., 2016, p. 5) e que o número de mortes no país tem evoluído de modo bastante irregular nas unidades federativas e microrregiões.

Vale assinalar nesse campo, várias pesquisas realizadas no Brasil que focaram analisar a relação entre os fenômenos da violência e urbanização, como os de Paixão (1994), Souza (2008), Silva (2012), Beato Filho (2012) e Silva e Marinho (2014). Salienta-se, assim, que grande parte das transformações que as cidades sofreram têm efeitos de distintas ordens na produção da violência e do crime, o que torna essencial compreender o papel da estrutura urbana enquanto um dos determinantes do fenômeno da violência letal, considerando os processos de produção e transformação do espaço e reprodução social (SILVA; MARINHO, 2014).

A respeito dessa relação entre urbanização e violência no Brasil, Beato Filho (2012, p. 70) assevera “que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram”. Com isso, ressalta-se o observado por Chagas (2014), na acepção de que no contexto urbano existem vários fatores a serem analisados que podem contribuir para o aumento da violência, tais como a exclusão social, a pobreza e favelização, observados especialmente nas áreas periféricas das cidades, que comumente negligenciadas pelo poder

⁶ Cerqueira et al. (2016) realizaram um estudo que resultou na elaboração do “Atlas da Violência 2016”, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

público, têm se tornado território oportuno para a afirmação e propagação da violência e criminalidade.

Estudos sobre essa questão, como os de Adorno (2000, 2008) afiançam que no Brasil, as violações do direito à vida ocorrem num contexto marcado fortemente pela ineficácia dos sistemas de segurança pública e de justiça. Paralelo a isso, outras reflexões apontam que a dinâmica da criminalidade no país tem um componente fortemente estrutural, associado, por um lado, às enormes vulnerabilidades e desigualdades econômicas, e condicionado, de outro, pela falência do sistema de justiça criminal, considerada fonte primária da impunidade (CERQUEIRA et al., 2007).

Feitos esses apontamentos, cabe destacar que a discussão principal deste estudo perpassa pela análise da dinâmica dos crimes violentos letais na dimensão intraurbana da cidade de Macapá, a partir da investigação, em um primeiro momento, da relação destes crimes com variáveis demográficas, socioeconômicas, de infraestrutura e de serviços públicos do município, e posteriormente, busca por meio da apreciação temática de conteúdo das entrevistas de diferentes agentes territoriais, avaliar os principais fatores de risco que concorrem para o processamento da criminalidade violenta letal na capital amapaense, com o intuito de responder as seguintes questões problema: *i*) Como em um espaço urbano, considerando o espaço social e o território, as desigualdades demográficas, socioeconômicas, as carências de infraestrutura e serviços públicos potencializam a ocorrência da criminalidade, especificamente os crimes violentos letais?; *ii*) Como o comportamento dos agentes territoriais envolvidos no processo de busca contínua por território, novas territorialidades e poder, delinea uma criminalidade violenta letal específica do território macapaense?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Compreender como os conceitos de espaço urbano, território e violência atuam no sentido de entender a relação existente entre a dinâmica dos crimes violentos letais e o comportamento dos agentes das relações no território da cidade de Macapá.

1.4.2 Objetivos Específicos

- i)* Caracterizar o espaço social e o território urbano da cidade de Macapá, considerando variáveis socioeconômicas, de infraestrutura urbana e de serviços públicos presentes nos bairros do município;
- ii)* Analisar como se processa a distribuição territorial da violência letal na cidade de Macapá, buscando identificar as áreas “vermelhas” da criminalidade em seis bairros, com o intuito de criar uma cartografia preliminar da letalidade no território macapaense;
- iii)* Compreender a partir da perspectiva dos diferentes atores sociais, como os agentes territoriais estão relacionados com a dinâmica da violência letal nos bairros da cidade de Macapá.

1.5 HIPÓTESE

A violência desponta, nos últimos anos, como um dos principais problemas sociais das cidades brasileiras, ao mesmo tempo, que impõe um alto custo em termos sociais, ao espalhar o medo e alterar os hábitos das pessoas que dela tentam se proteger. Nesse contexto, insere-se a cidade de Macapá, que semelhante às demais capitais brasileiras, apresenta uma deficiente infraestrutura urbana e de serviços públicos, associada às péssimas condições de moradia e baixos indicadores sociais.

Tal dinâmica integrada ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e empurra a população mais pobre para espaços periféricos, onde é facilmente observável a perda do direito à cidade, conseqüentemente traz à tona a formação nos espaços sociais, dos territórios da violência. Estes territórios se materializam na qualidade de frutos da tensão das relações dos diferentes agentes territoriais locais, que realimentam a violência urbana, via disputa pelo poder, associada, de um lado, à estratégia estatal, que valoriza extremamente frações do território urbano, e do outro, condena à exclusão da violência urbana grande parcela da população.

Nesse sentido, o problema da territorialização dos crimes violentos enquanto fenômenos urbanos na cidade de Macapá conjuga a importância da discussão sobre quais fatores desenvolvem mecanismos de deterioração da segurança que levam a prática do homicídio nos bairros a serem investigados, considerando a perspectiva de que a violência se

apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as particularidades dos mesmos, o que depende, assim, da relação do homem com o espaço e da territorialidade.

Dessa forma, nossa pesquisa se regula pelas seguintes hipóteses:

i) De que quanto mais precárias são as condições socioeconômicas, de infraestrutura e nos serviços urbanos dos bairros da cidade de Macapá, maior a tendência para a incidência dos crimes violentos letais;

ii) De que a incidência da criminalidade violenta letal é fruto da tensão da relação dos diferentes agentes territoriais, que no processo constante de disputa pelo território, e consequente busca pelo poder, produzem uma dinâmica da letalidade específica no território macapaense.

1.6 REVISÃO DA LITERATURA

Inicialmente, para se adentrar na temática referente à violência letal, o plano de investigação teórica exige a delimitação de algumas categorias de análise que estão mais intimamente relacionadas ao interesse particular da pesquisa, salientando-se, assim, as questões da produção do espaço, do território, da violência e do crime, assim como uma breve abordagem sobre o papel do Estado enquanto agente do território no contexto urbano.

Para se iniciar a discussão principal que envolve o estudo da dinâmica dos crimes violentos letais sob o ponto de vista da dimensão territorial dos bairros da cidade de Macapá, e, sobretudo, a partir da perspectiva dos distintos atores sociais (membros das comunidades locais e profissionais vinculados à área da segurança pública), faz-se necessário designar, preliminarmente, a escolha de um conceito balizador: o território.

Vale destacar o asseverado por Ferreira e Penna (2005) ao apontar o território como um poderoso instrumento analítico a embasar pesquisas sobre tráfico de drogas, gangues e distribuição espacial da violência em cidades brasileiras, na medida em que pode ser usado para entender a produção e a reprodução da violência em determinados setores da cidade.

Nesse sentido, para entender a territorialização da violência no espaço urbano, é necessário compreender, antes de tudo, que não é o espaço o gerador dos conflitos violentos, mas que este exerce relevante papel nos processos de mudança social, como assegura Souza (2008). De acordo com esse juízo, Beato Filho (2012, p. 20) aduz que “uma das maneiras de entender a forma como se organiza o espaço urbano é a observação da distribuição das pessoas e dos mecanismos de segregação que surgem em virtude dessa distribuição”.

Sendo assim, a perspectiva teórico-metodológica essencial deste estudo é a iniciada pela obra de Marx e, em seu prolongamento, a de Lefebvre (2000), a partir da análise da produção do espaço como produto social e histórico; alicerçada ainda em Harvey (2012), Castro (1992), Santos (2013, 2014), Schmid (2012) e Carlos (2015).

O conceito de território aqui pensado coaduna-se com a reflexão proposta por Raffestin (1993), Haesbaert (2004, 2014), Haesbaert e Limonad (2007), Souza (2000, 2008, 2013) e Chagas (2011, 2013, 2014, 2015).

Já as análises dos conceitos de poder e violência alinham-se a Foucault (1979), Arendt (1983, 1985, 2014), Barp (1997) e Santos (2002, 2007); e as de crime a Durkheim (1995), Adorno (2000), Saporì e Soares (2014) e ao Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

Seguindo a recomendação de Chagas (2013) é necessário, antecipadamente, realizar uma abordagem conceitual mais abrangente, a fim de se entender a relação do território com o conceito de espaço. Assim, principia-se a discussão pela perspectiva do espaço aberta não explicitamente na obra de Marx, visto que como lembra Viana (2013), Marx não escreveu alguma obra ou artigo se referindo diretamente ao conceito de espaço ou com o foco nessa questão.

A obra de Marx aponta para uma percepção do espaço, que se iniciou com a preocupação em examinar atentamente os conteúdos da prática social produtora do espaço, com vistas a superar a ideia das ações humanas que acontecem sobre um espaço ou território apenas físico ou natural, em direção à análise da produção do espaço como produto social e histórico (CARLOS, 2015).

Em Marx, a produção do espaço envolve vários níveis da realidade, ao mesmo tempo: o da dominação política, o das estratégias do capital objetivando sua reprodução continuada, e aquele das necessidades vinculadas à realização da vida humana em sociedade, como assinala Carlos (2015). Para a autora,

Esses níveis correspondem a uma prática socioespacial real que se revela produtora dos lugares, e que encerra em sua natureza um conteúdo social dado pelas relações sociais que se realizam em espaço-tempos determinados. [...] Assim se revela uma prática social que é e se realiza espacial e temporalmente (CARLOS, 2015, p. 12).

Na concepção de Marx, a produção do espaço expressa as contradições que estão na base da sociedade, e que sob o capitalismo, traz determinações específicas no âmbito de uma lógica do desenvolvimento espacial desigual fundado na concentração da riqueza que hierarquiza e normatiza as relações sociais e as pessoas (CARLOS, 2015). É nessa

perspectiva, que se observa a organização espacial da cidade de Macapá que não difere das demais cidades brasileiras, em termos da lógica do capital, na medida de suas necessidades, conflitos e possibilidades.

Seguindo a análise, a discussão ampara-se, aqui, no aporte teórico de Lefebvre (2000) que tem sua importância no fato de agregar “sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis”, como afirma Schmid (2012, p. 90).

Na visão de Lefebvre (2000), o espaço está fundamentalmente amarrado à realidade social. “O espaço não existe em si mesmo. Ele é produzido” (LEFEBVRE, 2000, p. 3). O estudioso avança em sua reflexão, a partir do conceito relacional de espaço e tempo, considerando “o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da ‘natureza’ mais ou menos modificada, nem como simples fatos de ‘cultura’, mas como *produtos*” (LEFEBVRE, 2000, p. 5).

Segundo Lefebvre (2000), a produção do espaço não designa um “produto” insignificante, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, exigindo um aprofundamento das noções de produção, de produto e de suas relações.

Como dizia Hegel, um conceito só aparece quando designa, anuncia, aproxima-se de seu fim – e de sua transformação. O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os “produtos”, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no terreno” (LEFEBVRE, 2000, p. 7).

Para Schmid (2012) o conceito relacional de Lefebvre envolve “o espaço que representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social” (SCHMID, 2012, p. 91).

Lefebvre (2000) pensa a realidade da produção do espaço por meio das contradições e conflitos da lógica dialética, expondo a dimensão trinitária do fenômeno, decomposta em três processos interconectados: espaço material (o espaço da experiência), a representação do espaço (o espaço concebido) e o espaço de representação (o espaço vivido).

Cabe destacar, que o interesse deste estudo se limita a examinar o espaço, enquanto aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade, o espaço social, que corresponde à dimensão do vivido de Lefebvre. Nesse sentido, Souza (2013, p. 22-23) assinala que,

[...] De Émile Durkheim a Pierre Bourdieu, “espaço social” é, frequentemente, sinônimo de um “campo” de atuação, de uma teia de relações ou de posições relativas em uma estrutura social, sem necessária vinculação direta com um espaço geográfico concreto, preciso e delimitado.

Seguindo esta linha de raciocínio, Harvey (2012) considera que o espaço é tido como uma palavra-chave complexa, cujo significado e conceito devem ser decifrados, a partir de uma estrutura tripartite: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional; ampliando-se, assim, a proposta de Lefebvre de espaço material, representação do espaço e espaço de representação, dentro da perspectiva dialética de Marx.

Segundo Harvey (2012), o espaço absoluto é fixo e nós registramos ou planejamos eventos dentro da moldura que o constitui. Socialmente, é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas). Já o espaço relativo considera que é impossível compreender o espaço independentemente do tempo, e isto implica uma modificação importante na linguagem, com uma passagem do espaço e do tempo ao espaço-tempo ou espaço-temporalidade. Por último, o conceito relacional de espaço implica a ideia de relações internas. Um evento não pode ser compreendido a partir de um único ponto, depende de tudo que ocorre ao seu redor. Nesta formulação, assim como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo.

Para Harvey (2012),

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc., são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas [...] sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana (Harvey, 2012, p. 14-15).

Observa-se que tanto Lefebvre quanto Harvey se sustentam no método de interpretação materialista histórico dialético herdado das obras de Marx, sendo tais autores selecionados por apresentarem aporte teórico que auxiliará no decorrer da pesquisa, a partir da compreensão da noção de espaço social, enquanto dimensão real e concreta, que se materializa através do território, e, sobretudo, como campo de realização das atividades dos homens.

O conceito de espaço também foi discutido por um dos mais importantes pensadores da Geografia em âmbito nacional, Milton Santos, que define o espaço como,

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2013, p. 46).

No entendimento de Santos o espaço é avaliado como indissociado do tempo, em uma relação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Para o autor:

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel de realização social (SANTOS, 2014, p. 30-31).

Feitas essas ponderações, se direciona a discussão para o enfoque no espaço social, enquanto qualificação do espaço natural, sem, contudo, abrir mão do conceito de espaço geográfico, em virtude de objetivar também a prática sócio-espacial como condição de localização, organização e, da conseqüente, produção do espaço.

É importante salientar que é a partir dessa visão ampliada, que se pretende investigar a dinâmica territorial do crime violento letal como um elemento propulsor da transformação e reorganização espacial, e, nesse contexto, infere-se a importância do argumentado por Félix (1996, p. 148) que considera a “significância de todos os processos que levam ao crime, como os ambientais, os socioeconômicos, os políticos, os culturais, entre outros, para chegar à percepção das áreas de ocorrência”.

Nesse sentido, Chagas, Nunes e Silva (2014) apontam que o espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações. Assim, a produção da cidade

apresenta momentos distintos, com características e especificidades inerentes próprias do momento da produção do espaço. Com isso, é possível entender que uma cidade ou mesmo um bairro apresenta-se como um mosaico de formas e funções, que são a materialidade da temporalidade do processo de produção do espaço.

Por essa perspectiva, Castro (1992, p. 29) afirma que,

[...] Na realidade, a produção do espaço se concretiza sobre uma base territorial, e assume uma forma característica. Tomadas individualmente, as formas geográficas representam modos de produção, ou um de seus momentos. A história desses modos é, portanto, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. Desse modo, o espaço é um produto social, mas é também um componente do fato social, muitas vezes não percebido ou não avaliado completamente.

O espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial “torna o território um condicionante inescapável destas relações e das inovações que elas propõem. A dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa” (CASTRO, 1992, p. 29).

É no território que os diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem (FERREIRA; PENNA, 2005). Assim, das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emerge o conceito de território, que pode ser entendido como conceito derivado do de espaço social, como afirma Souza (2013). Para o autor, a noção intuitiva de território tem a ver com limites, com fronteiras, com a projeção no espaço, de um poder que se exerce e que demarca espaços bem diferentes. Nesse sentido, aduz que,

Os fatores que estimulam essas demarcações (econômicos, estratégico-militares etc.), a maneira como se chega a elas (argumentação, negociação, intimidação, imposição pela força) e o modo como elas são implementadas (menos ou mais excludentes, menos ou mais solidárias): tudo isso pode variar tremendamente. Assim como não há um único tipo de poder, tampouco há um único tipo de território. No entanto, uma coisa permanece: o território, mesmo sendo sempre considerado relativamente a porção material da superfície terrestre, *não se confunde inteiramente (ou propriamente) com ela* (SOUZA, 2013, p. 33).

Em Souza (2013, p. 78), “o território é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. A questão primordial em se tratando do conceito de território e sua aplicação, consiste em “quem domina, governa ou influencia e como domina, governa ou influencia esse espaço?” (Souza, 2013, p. 86). Em virtude disso, se estabelece no espaço territorializado, um instrumento de exercício de poder.

O interessante é notar que, como projeção espacial de uma relação de poder, “o território é, no fundo, em si mesmo, uma relação social. Mas especificamente uma relação social diretamente espacializada” (SOUZA, 2013, p. 35). O poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Desse modo, não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que não claros, sejam menos ou mais perceptíveis (SOUZA, 2013).

Souza (2013) argumenta que o que define o território é, em primeiro lugar, o poder, sendo a dimensão política das relações sociais que determina o “perfil” do conceito. O que não significa dizer, que a cultura ou a economia não sejam relevantes ao se lidar com o conceito de território, “pois estes aspectos podem ser de vital importância para que se compreenda a *gênese* de um território ou as razões do interesse por mantê-lo” (SOUZA, 2013, p. 88).

Seguindo a trajetória de análise conceitual de espaço social e território, Raffestin (1993) defende a abordagem relacional que considere os diversos atores sociais envolvidos na produção e apropriação do espaço, ressaltando que o que determina, fundamentalmente, o território é o poder. O autor esclarece que:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de ação conduzida por ator um sintagmático (ator que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação, o ator “territorializa” o espaço) (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) explicita que o estabelecimento do território decorre de uma produção do espaço que envolve múltiplas relações; um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta”, resultante do entrelaçamento espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial.

Nessa linha de raciocínio, destaca-se dentro do conceito de poder estabelecido por Raffestin (1993), uma ambiguidade envolvendo o termo: que quando marcado com a letra maiúscula (Poder), nome próprio, representaria a soberania de um Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação, sendo o poder visível, maciço, identificável. E o poder (minúsculo), nome comum, que se esconde atrás do Poder, está presente em cada relação, na curva de cada ação, é aquele que não se vê. Assim, “o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares” (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Como afirma Raffestin (1993) não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos. O surgimento de um aglomerado subnormal⁷, nessa perspectiva, faz brotar um novo ponto no espaço a ser disputado e conquistado por esses agentes, como assegura Chagas (2014).

Antes de prosseguir no entendimento do conceito de território, é conveniente, realizar uma breve abordagem a respeito do termo poder, já iniciada em Raffestin (1993) e Souza (2013).

Conforme o dicionário de filosofia, a palavra poder, na esfera social, seja pelo indivíduo ou instituição, se define como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. O poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado [...]” (BLACKBURN, 1997, p. 301).

O estudo da sociologia geralmente define poder como a habilidade de impor uma vontade sobre os outros, mesmo que enfrente resistência. “É algo que vem de uma esfera superior e penetra numa camada inferior, geralmente dominada e comandada pelos que detém o poder” (BRÍGIDO, 2013, p. 56).

No dicionário de política de autoria de Bobbio (2000), encontra-se a definição de poder um pouco mais ampla. Ainda que exista a preocupação de colocá-lo em esferas distintas: poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador, entre outros. Ainda assim, o que se vê é a palavra poder associada ao cerne da autoridade. Encontram-se definições do tipo: “É poder social a capacidade que um pai tem para dar ordens a seus filhos ou a capacidade de um governo de dar ordens aos cidadãos” (BOBBIO, 2000, p. 933).

Para tornar mais densa a discussão acerca do poder, recorre-se à análise de Foucault (1979), que estudou o poder na perspectiva de identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos; ponto de vista aproveitado neste estudo, ao considerar a dimensão territorial de atuação dos agentes das relações nos bairros de Macapá.

Para Foucault (1979) o poder não está localizado em uma instituição, nem tampouco se apresenta como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. O poder acontece

⁷ É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2010).

como uma relação de forças, e como relação de forças está em todas as partes. Todos estão envolvidos por relações de poder e não podem ser considerados independente delas ou alheios a elas.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p. 193).

Alinhado a esse pensamento, Arendt (1983, p. 212), em suas reflexões sobre o poder, assevera que “não é uma *coisa*, algo que possa ser estocado; ele não pode ser armazenado e mantido e reservado para casos de emergência, como os instrumentos da violência: só existe em sua efetivação”. Arendt, em outra obra, complementa que o poder:

Corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDR, 1985, p. 24).

Dessa perspectiva, verifica-se que o poder não existe em si; o que existe são práticas de poder num determinado espaço social, ou seja, relações de poder. Então, retorna-se a atenção, mais uma vez, para o território, que remete à conjunção dos conceitos de espaço e poder.

É interessante pontuar a consideração que Souza (2000) faz a respeito do conceito de território de Raffestin (1993), ao praticamente reduzir o espaço ao espaço natural, enquanto que território torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social.

Nesse sentido, Souza (2000) adverte que o território não deve ser confundido com o substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais”, etc.) que serve de referência para qualquer (tentativa de) territorialização. “Diversamente do substrato, os territórios não são matéria

tangível, palpável, mas sim “campos de força”, que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas” (SOUZA, 2000, p. 97).

A comparação do território com um campo de força feita por Souza, aparece, então, como uma analogia bastante razoável:

Ao mesmo tempo que o território corresponde a uma faceta do espaço social (ou, em outras palavras, a uma das formas de qualificá-lo), ele é, em si mesmo, intangível, assim como o próprio poder o é, por ser uma relação social (ou melhor, uma das dimensões das relações sociais). Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço* – mesmo que não de modo diretamente material, como ocorre com o substrato, ainda que o território dependa de várias maneiras deste último. Da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral, tampouco a existência de um território é, concretamente, concebível na ausência de um substrato espacial material (SOUZA, 2013, p. 97-98).

Feitos estes apontamentos teóricos sobre os conceitos de espaço, poder e território, pode-se considerar que a perspectiva deste estudo se aproxima da feição do vivido dos agentes das relações no território, encontrando similaridade com o julgamento do território construído por Haesbaert (2004, 2014), à medida que se relaciona com a apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (e não simplesmente instalado).

Segundo Haesbaert e Limonad (2007) é necessário realçar na noção de território, antes de tudo, os seguintes pressupostos:

- a) Primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro.
- b) O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza); e,
- c) O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42-43).

Verifica-se a partir da análise dos autores que o território pode ser visto numa perspectiva funcional-estratégica ou numa apropriação simbólica-cultural. Assim, a acepção de território tem a ver com poder, não apenas com o tradicional poder político, de dominação, mas também com o simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2014). Domínio e apropriação são termos basilares para o entendimento da abordagem aqui colocada em ênfase. O domínio exprime como os indivíduos ou grupos sociais poderosos controlam a organização e a

produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais. Enquanto a apropriação se aproxima do espaço da vivência cotidiana, conformada pelos lugares e trajetos cotidianos, “numa oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território que dá ‘segurança’, o ‘símbolo de identidade’, e o espaço da mobilidade, da errância” (BONNEMAISON, 2002, p. 107).

Para Haesbaert (2014) o território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, funcional e simbólico; produto da apropriação de um dado segmento do espaço, por um determinado segmento social, estabelecendo-se no território relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias e de pertencimento.

Haesbaert (2004) esclarece que o processo de dominação e/ou apropriação e as questões do território e territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, considerando a pluralidade de poderes neles incorporados através dos múltiplos agentes envolvidos – “tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência, pois poder sem resistência, por menor que ela seja, não existe” (HAESBAERT, 2014, p. 59). Assim, deve-se, em primeiro lugar, distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas ou instituições.

A partir desse momento, busca-se explorar, o conceito de violência e sua relação com o território. Pode-se perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades, como esclarece Raffestin (1993).

O território é, assim, reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência (CHAGAS, 2014).

Para se realizar a abordagem de um tema bastante complexo e que envolve uma multiplicidade de definições, optou-se por seguir o apontado por Barp (1997) ao constatar que a análise da violência acompanha outros elementos, como o poder e a dominação que estão interligados à prática da violência.

Nesse sentido, Arendt (2014) principia a distinção entre poder e violência, no âmbito da política, afirmando que “a forma extrema de poder é o Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (2014, p. 58). A autora enfatiza que a violência não se constitui em sinônimo de poder. “[...] O poder é

de fato a essência de todo governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental; com todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (ARENDDT, 2014, p. 68).

Arendt (2014, p. 18) assegura que “a ação violenta é regida pela categoria meio-fim, cuja principal característica, quando aplicada aos negócios humanos, foi sempre a de que o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo”. A autora alerta que as ações dos homens estão para além do controle dos atores, abrigando a violência um elemento adicional de arbitrariedade.

Ressalta ainda que “nada é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema” (ARENDDT, 2014, p. 63). Por isso, embora distintos, poder e violência usualmente são encontrados juntos. Para a autora “o poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o de que ele realmente precisa é de legitimidade” (ARENDDT, 2014, p. 69). Já a violência “[...] pode ser justificável, mas nunca será legítima” (IBID).

A partir do pensamento de Arendt, e sob a ótica da violência de Estado, é possível distinguir dois tipos de violência, como afirma Barp (1997):

Primeiro, a violência legítima no sentido weberiano, ou na formulação de ARENDT, a violência justificável exercida por um poder legítimo. Esse tipo de violência é potencial: é a violência que o Estado pode utilizar através da polícia ou do exército para impor a ordem interna ou para defender os cidadãos de uma ameaça coletiva. O Estado garante a cada um o seu direito de não se submeter à violência exercida por outros. Segundo, a violência ilegítima, ainda no sentido weberiano, ou a violência injustificável associada a agentes ilegítimos. Esta é utilizada por indivíduos ou grupos privados, no interior do território político, impondo seus interesses ou metas particulares sobre os outros grupos e indivíduos. É contra essa violência, quer tenha a forma de agressão pessoal, quer de ação armada de grupos, que deveria agir o Estado ao manter a ordem pública e proteger os direitos do cidadão (BARP, 1997, p. 14-15).

Acolhe-se, então, a perspectiva difusa de Foucault (1979) acerca dos termos poder e violência, por ampliar as noções clássicas da violência legítima enquanto monopólio de uso pelo Estado no âmbito de um território (tradição weberiana) e da violência que possibilite a dinâmica da luta de classe, assegurando a dominação da classe exploradora sobre a classe explorada (tradição marxista).

Para Foucault (1979), não há apenas a violência de classe e de Estado; existe sim uma violência capilar, cotidiana e quase invisível dispersa em práticas e instituições. Ainda nessa ótica da violência invisível, insere-se a importância dos símbolos como instrumentos de

dominação e, conseqüentemente, o exercício da violência simbólica na sociedade, como abordado por Bourdieu (1989). Para o autor, o sistema de símbolos, ao mesmo tempo, que tem uma importância comunicativa, exerce uma função política entre as classes sociais, ou seja, assegura a dominação de uma classe sobre a outra. Assim, a violência simbólica atua de maneira invisível, sendo reconhecida e legitimada pela sociedade como um todo.

Sendo assim, a violência apresenta visibilidades e invisibilidades, pois quase sempre é antecedida ou justificada por uma violência simbólica, a qual se exerce mediante a subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação, como argumenta Santos (2002). Para o autor, a violência se apresenta como uma forma de sociabilidade:

[...] Na qual se dá a afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. A noção de coerção ou de força pressupõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja ele pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia: força, coerção e dano em relação ao outro, enquanto atos de excesso presentes nas relações de poder – seja no nível macro, do Estado, seja no nível micro, entre grupos sociais – configuram a violência social contemporânea (SANTOS, 2007, p. 19).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2002, se pronunciou em relação à violência, por meio do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, no qual buscou definir o problema como:

Uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG, 2002, p.5).

Para Saporì e Soares (2014, p. 37), “a violência corresponde ao uso da força física contra a pessoa, cuja vida, saúde e integridade física ou liberdade individual correm perigo a partir da ação de outro(s)”. Contudo, interessa tratar nesta pesquisa, especificamente, da violência letal, para a qual Barata e Ribeiro (2000, p. 118) apresentam uma definição mais circunscrita, considerando-a “como o uso intencional da força física, dirigida contra o próprio agressor ou contra terceiros, e que resulta em lesão ou morte”, figurando, desse modo, o homicídio como violação do direito mais fundamental do ser humano, o direito à vida.

Vale observar que a perspectiva deste estudo, enfoca a violência criminal, utilizando-se o termo criminal como derivado da palavra crime, tipificação constante na legislação penal

brasileira. Faz-se necessário, aqui, realizar a apreciação conceitual, mesmo que concisa, do termo crime.

No campo da sociologia, Durkheim (1995) em *As regras do método sociológico*, trata o crime como fenômeno social “normal”. O autor afirma que o crime está presente em toda e qualquer sociedade humana, independentemente do tempo e do espaço. E é por isso que crime assume um caráter “normal”, porque é impossível imaginar uma sociedade na qual o comportamento criminoso seja totalmente ausente. Durkheim coloca claramente que o crime não é propriedade inerente a certos comportamentos, mas uma qualidade socialmente atribuída a certos comportamentos pelo contexto social, afirmando que não reprovamos o ato porque é criminoso, na verdade é criminoso porque o reprovamos.

Brito e Souza (2011) indicam que o crime é uma prática que está presente em todos os espaços do convívio social. Desde o início da era moderna o fenômeno da urbanização, que promoveu uma concentração social extremamente significativa em espaços cada vez mais restritos foi paulatinamente dando a esse problema uma dimensão epidêmica. Para os autores:

A violência que passa a fazer parte do cotidiano dos espaços urbanos passa a estar em contraste direto com o desenvolvimento das relações econômicas, dos mercados, das instituições políticas, jurídicas e administrativas, os quais também passam a ter na urbe o seu locus privilegiado. As cidades ao se transformarem em grandes conglomerados humanos transformam-se também em focos inevitáveis de conflitos e violências, criando o terreno fértil para a evolução das práticas criminosas e dos grupos dedicados às atividades ilícitas (BRITO; SOUZA, 2011, p. 233).

Nesse contexto, é interessante considerar o que advertem Saporì e Soares (2014, p. 37), para os quais “crime e violência não são fenômenos idênticos, na medida em que existem crimes não violentos e violências não criminosas”. Os crimes são comportamentos assim considerados pela sociedade, sendo que nas sociedades mais recentes, sua tipificação e punição estão previstas em um ordenamento jurídico penal.

Silva (2000) expõe que o crime é um desvio em relação às normas sociais e sua definição pode ser restrita a atos definidos como violação da lei. No Direito Penal Brasileiro, o homicídio, em termos topográficos, está inserido no capítulo relativo aos crimes contra a vida do Código Penal (CP), sendo o primeiro delito por ele tipificado (BRASIL, 1940). Inegavelmente, o homicídio é a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada, segundo ensina Hungria (1980), que se toma em conceituar classicamente tal conduta criminal, para o qual o homicídio:

É o tipo central de crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por excelência. É o padrão da delinquência violenta ou sanguinária, que representa como que uma reversão atávica às eras primevas, em que a luta pela vida, presumivelmente, se operava com o uso normal dos meios brutais e animais. É a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada (HUNGRIA, 1980, p. 25).

Conforme o entendimento de Sapori e Soares (2014), o crime resulta de complexa interação de fatores individuais, interpessoais, institucionais e estruturais, detalhando que:

Fatores estruturais compõem o nível mais amplo do fenômeno, compreendendo os valores culturais preponderantes na sociedade, como também sua estrutura socioeconômica – a distribuição da renda, a estratificação social, entre outros.

As leis penais e as organizações do Estado responsáveis pela garantia da segurança pública – polícia, justiça, prisão – estão no nível institucional. A comunidade onde reside o indivíduo também deve ser considerada, pois é capaz de exercer controle social.

O nível interpessoal diz respeito às relações pessoais que o indivíduo estabelece em seu cotidiano e que são capazes de influenciar seu comportamento. São os casos da família, grupos de amigos do bairro, a escola, a comunidade religiosa.

Chegando ao nível propriamente individual, que diz respeito às características psíquicas do indivíduo, sua personalidade, sua trajetória de vida (SAPORI; SOARES, 2014, p. 38).

Cerqueira et al. (2007) apontam que a dinâmica da criminalidade no Brasil, nas últimas décadas, tem um componente fortemente estrutural, associado, por um lado, às enormes vulnerabilidades e desigualdades econômicas; e condicionado, de outro, pela falência do sistema de justiça criminal, considerada pelos autores como fonte primária da impunidade.

Adorno (2000) afirma que as violações do direito à vida ocorrem num contexto marcado pelo aumento da criminalidade no Brasil, pela ineficácia dos sistemas de segurança pública e de justiça no país. A ausência de ação estatal legítima na resolução dos conflitos, na promoção da justiça e garantia da segurança pública acaba por estimular ações violentas e excludentes tanto por parte de civis como de agentes estatais, sob as quais geralmente não operam mecanismos eficazes de controle. Além disso, o padrão de impunidade, que se mantém em relação aos perpetradores dessas violações, contribui para sua permanência.

Desse modo, a perspectiva deste estudo a respeito do crime violento letal se processa com base na análise da dinâmica situacional do território, constantemente movida por uma tensão confrontante que envolve os agentes territoriais locais. Adotando-se, para tanto, um julgamento que deve se pautar pela conjugação dos planos macrosociais e microsociais de explicação do fenômeno, dado seu caráter complexo e multicausal; essa articulação é um procedimento essencial como alerta Gomes (2014).

À medida que se avança na revisão teórica desta pesquisa, vislumbra-se a importância de se refletir a respeito do papel do Estado, na qualidade de agente territorial nato dentro do contexto capitalista, ao se articular, principalmente, com a produção do espaço, com a dinâmica do território e com a reprodução das relações sociais ao nível da vida cotidiana dos bairros de Macapá.

No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo se constrói historicamente por meio da violência, que reside não somente nos meios e métodos empregados na empreitada da acumulação e reprodução capitalista, mas em todos os danos sociais, econômicos e políticos daí decorrentes. Nesse sentido, os processos de urbanização e de produção do espaço, não puderam prescindir dos fundamentos lógicos que identificam e reproduzem a dimensão radical do capitalismo (SAMPAIO, 2015).

Dessa maneira, ao se analisar o processo de urbanização brasileiro, especialmente das grandes cidades, observa-se, notadamente, como enfatiza Sampaio (2015), uma grande desigualdade espacial, norteadas a partir do poder de influência das classes dominantes em instrumentalizar o Estado, em benefício de seus próprios interesses. Alinhado a isso, a autora aponta que,

[...] A concentração de infraestruturas urbanas em determinadas áreas da cidade, especialmente nas porções ocupadas pela população mais rica, poderia nos oferecer uma prova do grau de aparelhamento das elites econômicas no seio de um Estado reduzido à condição de instrumento da dominação de classe. [...] Isso significaria conceber a possibilidade (sempre potencial) de o Estado (capitalista) ser apropriado politicamente pela classe dominante e/ou em proveito de suas demandas, de onde se concluiria que a crítica necessária ao Estado consiste essencialmente na avaliação da perversidade resultante do aparelhamento do arranjo institucional estatal pela classe dominante que, ao penetrar e influenciar decisivamente a estrutura política, estabelece propriamente o caráter do Estado (SAMPAIO, 2015, p. 62).

Nesse sentido, a geografia política clássica tem o Estado como o grande agente da produção do espaço, por meio de suas políticas territoriais, sendo considerado o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza, como assegura Moraes (2003).

É importante ressaltar no contexto da multidimensionalidade do poder e da gestão do território (BECKER, 1983; RAFFESTIN, 1993) que não apenas o Estado é agente da produção do espaço. Diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através

da prática de poderes/políticas/programas estratégicos, que tem capacidade de imprimir novas possibilidades de usos do território (RÜCKERT, 2005).

A concepção de gestão territorial não se confunde com a produção do espaço; é a prática estratégica, científico-tecnológica do poder. “A produção do espaço, noção teórica mais ampla, está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso da natureza e da propriedade privada que moldam o território” (LEFEBVRE, 2008, p. 119-120). O Estado é uma dessas forças produtoras, enquanto ator político. O mesmo se pode dizer com relação às empresas privadas e, em alguma proporção, à sociedade civil (RÜCKERT, 2005).

Assim, o território é produto da interação dos atores sociais que o produzem, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. “Há, portanto um ‘processo’ do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades” (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

A apropriação de um espaço, “a territorialização como resultado da ação conduzida por um ator coletivo, resulta no fato de que o Estado, a empresa ou outras organizações organizam o território através da implantação de novos recortes e ligações” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). O território torna-se “manifestação de poder de cada um sobre uma área precisa” (BECKER, 1983, p. 8).

Nesse contexto, este estudo se mostra como uma importante contribuição que objetiva refletir sobre os processos ocorrentes no âmbito interacional entre espaço, território, violência e crime, imbrincados nas relações sociais na cidade de Macapá, adotando o que observa Souza (2008, p. 11) “ao apontar que as práticas de violência não estão dissociadas do espaço, que comparece em sua dupla qualidade de produto social e condicionante das relações sociais”.

1.7 METODOLOGIA

Este estudo procura, inicialmente, caracterizar o espaço social e o território urbanos da cidade de Macapá, considerando variáveis demográficas, socioeconômicas, de infraestrutura e de serviços públicos nos bairros, para em seguida, espacializar os dados dos crimes violentos letais, e finalmente, realizar a análise da dinâmica da violência letal nos territórios, a partir das perspectivas dos diferentes agentes territoriais entrevistados.

A escolha teórico-metodológica da investigação se baseou na necessidade de compreender, a partir de uma perspectiva dialética de orientação marxista-lefebvriana, os conceitos centrais de reflexão: espaço urbano, território e violência. Acerca do método dialético Gil (2008, p. 14) argumenta que:

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Nesse sentido, a pesquisa se distinguiu pela reflexão teórico-crítica e pelo desenho de cunho descritivo-explicativo, com processo de abordagem quantitativo (MARCONI; LAKATOS, 2003) e qualitativo do objeto de estudo.

Vale ressaltar, que a quantificação das mortes decorrentes de violência letal e sua relação com os efetivos populacionais se constituem em ferramentas fundamentais para o conhecimento das manifestações desse tipo de óbito e foram utilizadas em suas dimensões territoriais e temporais, aliadas ao processo de abordagem qualitativo, selecionado por facilitar a análise e compreensão de aspectos mais profundos dos processos sociais embasados na realidade (CRESWELL, 2007).

Para a consecução da análise quantitativa foi realizado levantamento dos dados secundários, tendo como fonte básica as informações já existentes sobre a violência letal da cidade de Macapá, armazenadas no sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), disponibilizadas no mês de maio de 2016, referentes ao período de 2011 a 2015. Cabe destacar, que as variáveis que foram priorizadas nos registros policiais estão relacionadas com o dia da semana, faixa de hora, tipo de arma (meio empregado), local do fato, endereço (rua e bairro), sexo/gênero e faixa etária da vítima.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, bibliográfica, documental, análise de bancos de dados e uso de softwares, utilizando-se diferentes técnicas da estatística, como a análise descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2013), fatorial e de correspondência (FÁVERO et al., 2009), com objetivo de sistematizar e apresentar os dados obtidos, através de tabelas e gráficos, além de investigar possíveis relações entre as variáveis examinadas.

Em relação às fontes de pesquisa, foram utilizadas como referências bibliográficas, dissertações de mestrado que abordam o assunto, livros e autores que escreveram sobre a

problemática. Quanto à fonte documental, foram utilizados os Boletins de Ocorrências (janeiro de 2011 a dezembro de 2015), a Portaria nº 001/2012 – Diretoria de Operações da Polícia Militar do Amapá (PMAP), que versa sobre o Desdobramento Operacional da PMAP (AMAPÁ, 2012) e o Plano Estadual de Segurança Pública 2015-2018 (AMAPÁ, 2015).

Foi realizada a coleta de dados junto ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos Censos Demográficos de 1960 a 2010, sobre variáveis demográficas e socioeconômicas, tais como, crescimento urbano, população, instrução, renda e questões de infraestrutura urbana (forma de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário utilizado e iluminação pública) e de serviços nos bairros estudados.

Para a obtenção das informações primárias da pesquisa de campo, foi adotada a proposta metodológica de abordagem qualitativa que segue os parâmetros estabelecidos no projeto de pesquisa “Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas”, que integra o Plano de Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública (edição especial homicídios) da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, que tem por escopo desenvolver uma política pública de redução de homicídios, denominada neste momento Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (BRASIL, 2016).

Sendo assim, o enfoque da pesquisa qualitativa envolve duas escalas de análise. Primeiramente, foi feito um levantamento de campo nos bairros do Congós, Jardim Felicidade, Novo Buritizal, Marabaixo I, Muca e Cidade Nova, em virtude de apresentarem os maiores registros de crimes violentos letais, no recorte temporal de 2013 a 2015, onde foram realizadas entrevistas para se coletar informações acerca da percepção dos agentes territoriais locais, que estão dispersos em três categorias: a) poder político local, envolvendo representantes das instituições públicas que atuam no território; b) poder econômico local, envolvendo os representantes do comércio dos bairros; c) poder social local, representantes das diversas organizações sociais dos bairros.

Em seguida, foi realizado o levantamento de informações a partir de um segundo grupo de agentes territoriais, os agentes macro territoriais, nos quais estão englobados: a) Secretaria Estadual de Segurança Pública; b) Delegacia Geral de Polícia Civil, c) Comando da Polícia Militar, d) Secretaria de Educação, e) Secretaria de Saúde, f) Ministério Público e g) Guarda Municipal. É importante destacar que não houve a obrigatoriedade de a entrevista ser realizada com os gestores titulares dessas instituições, sendo indicado, por vezes, um servidor pelo representante legal.

Nesse contexto, a pesquisa de campo permitiu confrontar as informações sobre os crimes violentos letais, em pelo menos duas escalas de análise, envolvendo os agentes territoriais locais e os agentes macro territoriais, sendo os discursos submetidos à técnica análise de conteúdo, segundo Bardin (2011).

Em relação aos instrumentos de coleta de dados primários, optou-se pela realização de entrevistas com amostras de pessoas, exatamente por se constituir em uma ferramenta bastante flexível que possui ampla gama de aplicações e por se mostrar mais apropriada em casos de perguntas que exigem certa profundidade (WALLIMAN, 2015). Assim sendo, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas esquematizadas em dois roteiros, apresentados nos anexos 1 e 2 desta dissertação.

É importante destacar que a seleção intencional dos entrevistados, além de incluir apenas pessoas com relação direta com os bairros de maior ocorrência de crimes violentos letais, também levou em consideração na composição da amostra, a diversidade dos agentes territoriais locais: poder político local (gestores públicos, policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, peritos), poder econômico local (comerciantes formais e comerciantes informais), poder social local (associação de bairro, conselho tutelar, centro de segurança comunitário, lideranças religiosas) e população local (comunidade de modo geral da área).

Assim, foram realizados contatos prévios, através de e-mail e telefonema com representantes dos poderes político, econômico e social local para agendamento da data e local para realização das entrevistas. Os entrevistados da população local foram indicados pelos demais entrevistados e convidados a participar da pesquisa. As entrevistas foram registradas em áudio (mediante autorização prévia da pessoa entrevistada), de modo a conservar um registro completo do que foi dito, sendo posteriormente transcritas.

Para a plotagem espacial dos registros criminais na cidade de Macapá, utilizou-se do geoprocessamento para representação cartográfica, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com adaptações da base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, por meio do software ArcMap 10.1 e ArcGIS 10.1, com capacidade de reunir e vincular objetos gráficos a estruturas de banco de dados georreferenciados (CÂMARA et al., 2004; FITZ, 2008), sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial dos bairros, a fim de possibilitar o teste das hipóteses de padrão de distribuição dos eventos criminais investigados.

CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DOS BAIRROS E OS CRIMES VIOLENTOS LETAIS EM MACAPÁ-AMAPÁ

Leidiane Souza de Almeida¹
 Clay Anderson Nunes Chagas²
 Edson Marcos Leal Soares Ramos³

O presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica e distribuição dos crimes violentos letais na dimensão do espaço urbano de Macapá, capital do Amapá. Para isso, foi realizada revisão teórica e aplicação de diferentes técnicas estatísticas para organizar, descrever e apresentar os dados, associado ao uso de geoprocessamento. Consta-se que a criminalidade letal se concentra no final de semana, à noite, com uso de arma de fogo e em via pública, vitimando, sobretudo, homens na faixa etária de 18 a 24 anos. A partir da análise dos Índices de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (IDBM) e da Quantidade de Crimes Violentos Letais (QCVL), conformam-se basicamente dois tipos de relação: Alto IDBM-Alta QCVL e Baixo IDBM-Baixa QCVL. A análise espacial demonstra que a letalidade violenta se distribui de maneira irregular no espaço urbano, sendo mais significativa nos bairros de maior população e que compõem a área sul da cidade.

Palavras-chave: criminalidade; espaço urbano; letalidade violenta; geoprocessamento; Amapá.

DEVELOPMENT INDEXES OF DISTRICTS AND LETAL VIOLENT CRIMES IN MACAPÁ CITY, AMAPA STATE

This work has the purpose to analyze the dynamics and distribution of lethal violent crimes in the urban space dimension of Macapa, capital of Amapa. For that, a theoretical review and application of different statistical techniques to organize, describe and present the data, associated with the use of geoprocessing. It is observed that the lethal crimes are concentrated at the end of the week, at night, with the use of firearms and on public roads, victimizing, above all, men in the age group of 18 to 24 years. Based on the analysis of the Development Indexes of the Macapá Districts (IDBM) and the Quantity of Violent Lethal Crimes (QCVL), there are basically two types of relationship: High IDBM-High QCVL and Low IDBM-Low QCVL. The spatial analysis shows that violent lethality is irregularly distributed in the urban space, being more significant in the neighborhoods of greater population that make up the southern area of the city.

Keywords: criminality; urban space; violent lethality; geoprocessing; Amapa.

¹ Mestra em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará e Oficial da Polícia Militar do Amapá. *E-mail:* <leidiane24@gmail.com>.

² Doutor em Planejamento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará e Professor da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará. *E-mail:* <claychagas@yahoo.com.br>.

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina e Professor da Universidade Federal do Pará. *E-mail:* <edsonramos@gmail.com>.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo visa analisar como se processa a dinâmica espacial da letalidade violenta na dimensão dos bairros da capital amapaense, no recorte temporal compreendido de 2011 a 2015. É importante salientar que esta reflexão se delinea em torno do por que a distribuição dos registros de letalidade varia de um bairro para outro e a relação existente entre este fenômeno e alguns indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e serviços urbanos presentes no município.

Ao se refletir sobre o espaço urbano, levanta-se o debate conjunto da questão da criminalidade violenta. Nesse sentido, pesquisas anteriores revelam que o processo de urbanização é um dos elementos-chave a ser ponderado, quando se objetiva compreender a configuração socioespacial da violência e da criminalidade no Brasil contemporâneo (SOUZA, 2008; RAMÃO; WADI, 2010; SANTOS, 2008, 2013; BEATO FILHO, 2012; SILVA; MARINHO, 2014).

Desse modo, a relevância da investigação reside em pensar a criminalidade letal na ótica intraurbana de uma capital não metropolitana da região amazônica, a partir de uma breve incursão teórica a respeito das categorias analíticas espaço urbano e crimes violentos letais, estruturando-se este estudo em cinco seções: após a introdução, a segunda aborda aspectos da urbanização e violência letal em Macapá. A terceira trata dos métodos empregados na pesquisa. Na quarta são discutidos os resultados da aplicação de diferentes técnicas estatísticas. Finalizando, com os comentários finais.

2. URBANIZAÇÃO, VIOLÊNCIA LETAL E TRANSFORMAÇÕES RECENTES EM MACAPÁ

O Brasil, semelhante aos demais países subdesenvolvidos do Sul do globo, contaram com uma urbanização mais recente, acelerada e não homogênea. Este processo finalizou por acarretar, com diferença de intensidade na dimensão das cidades, a marginalização dos centros urbanos, a fragmentação socioespacial, o aumento da violência, prostituição, tráfico de drogas, e em consequência disso, os homicídios (SANTOS, 2008, 2013).

Estudos realizados no país sobre a relação entre violência, criminalidade e urbanização, como os de Santos (2008, 2013), Souza (2008) e Beato Filho (1998, 2012), indicam que grande parte das transformações que as cidades sofreram têm efeitos de diferentes ordens na produção da violência e do crime, principalmente, ao se considerar os processos relacionados de produção e transformação do espaço e reprodução social (SILVA; MARINHO, 2014; SAMPAIO, 2015).

Pesquisas como as de Adorno (2000, 2008) afiançam que no Brasil, as violações do direito à vida ocorrem num contexto fortemente caracterizado pela ineficácia dos sistemas de segurança pública e de justiça. Paralelo a isso, outras reflexões apontam que a dinâmica da criminalidade no país tem um componente fortemente estrutural (BEATO FILHO, 1998, 2012; CANO; SANTOS, 2007), associado às enormes vulnerabilidades e desigualdades econômicas, e condicionado pela falência do sistema de justiça criminal, considerada fonte primária da impunidade (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007).

Considerando a natureza desta abordagem, faz-se necessário esclarecer que embora se atribua o fenômeno da violência letal no contexto urbano a uma complexa associação de fatores, o foco deste artigo ampara-se na perspectiva estrutural da questão da violência urbana, sobretudo, ao relacionar indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e serviços urbanos levantados para os bairros de Macapá.

A cidade de Macapá está localizada no extremo norte do país e faz fronteira com o estado do Pará. Segundo dados divulgados no Censo Demográfico 2010, a população total

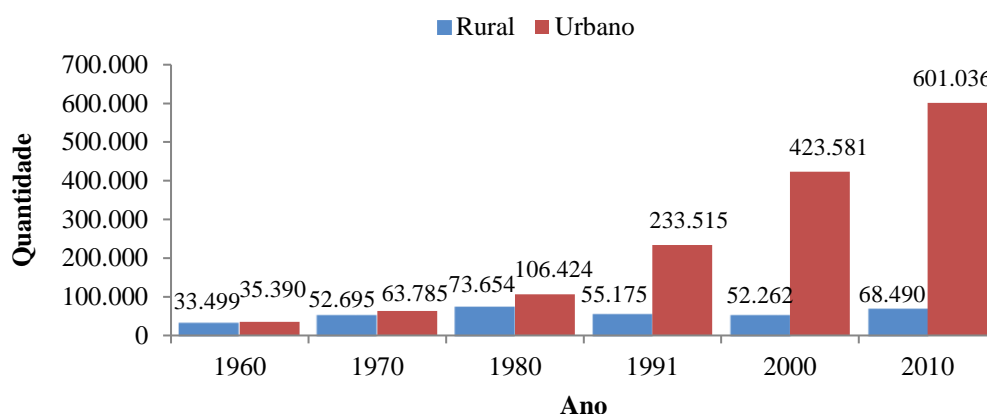
compreende 398.204 habitantes, sendo estimada para o ano de 2016, população em torno de 465.495 habitantes (IBGE, 2010a, 2016).

Macapá é o 51º município mais populoso do Brasil e o quinto da Região Norte. No cenário amazônico, é a terceira maior aglomeração urbana, com 3,5% da população de toda a região norte do Brasil, reunindo em sua região metropolitana quase 560 mil habitantes, e concentrando, aproximadamente, 60% da população do estado na capital (IBGE, 2016).

No contexto do Amapá, mudanças políticas e econômicas ocorridas nas três últimas décadas têm alterado significativamente a configuração espacial do estado, especialmente: a criação de novos municípios com a transformação do território federal do Amapá em uma unidade federativa em 1988, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1992, a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá em 1995, a criação de grandes áreas de conservação e preservação ambiental, o encerramento das atividades da Indústria e Comércio de Minérios em 1997, seguido da entrada de novas empresas de mineração na região onde está inserido o estado (SANTOS, 2012).

A Figura 01 mostra a evolução da dinâmica da população total distribuída nas áreas urbana e rural do Amapá, entre os anos de 1960 e 2010, no qual nota-se desde a década de 1960, que já possuía uma população urbana maior que a rural. No entanto, é a partir da década de 1980 que se torna latente o aumento no ritmo de ocupação da área urbana.

FIGURA 01
Dinâmica da População Rural e Urbana no Amapá (Censos Demográficos 1960-2010)



Fonte: Censos Demográficos 1960 a 2010 (IBGE, 2010a).
Elaboração dos autores.

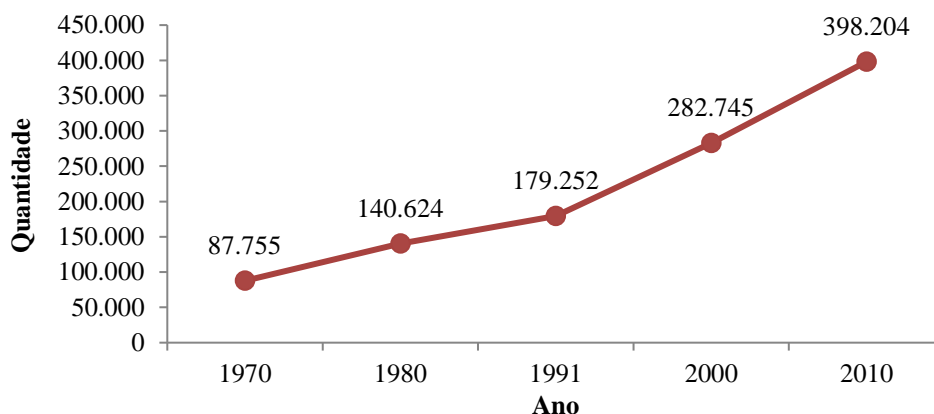
Vale ressaltar que desde a década de 1960, a questão da urbanização da Amazônia está atrelada à apropriação capitalista da fronteira, intensificada pela ação combinada entre o capital e o Estado na criação e recriação do espaço regional (SANTOS, 2012). Historicamente, no Amapá foram implementados grandes projetos de desenvolvimento econômico (ligados principalmente às atividades de extração mineral¹¹), nem sempre bem-sucedidos, como em aspectos de planejamento e integração efetiva com os mercados internos e internacionais, da ausência de uma previsão do impacto social e ambiental, e em muitos casos, do próprio abandono dos investimentos ao longo do tempo (NEVES et al., 2016).

¹¹ Principais projetos de extração mineral industrial: Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) - manganês; Caulim da Amazônia (CADAM) – caulim; Mineração Novo Astro – ouro; Mineração Yukio Yoshidome S. A. (MYYYSA) – ouro; Companhia Ferro Ligas do Amapá (CFA) – cromo; Mineração Água Boa – ouro (OLIVEIRA, 2010).

Salienta-se que a capital amapaense não possui características de centralidade urbana típica, contudo, aparece como centro urbano sub-regional no que concerne à dinâmica econômica, pois está atrelada à Metrópole Regional de Belém (MRB), ao tempo que polariza um número significativo de pequenas cidades do estado do Amapá e do golfo Marajoara pertencente ao estado do Pará (SANTOS; AMORIM, 2015). Esta situação permite a população local sobreviver em meio a uma economia incipiente e pouco articulada com o restante do país, onde a circulação de pessoas e mercadorias é realizada, sobretudo, por meio dos rios, estrutura elementar no desenvolvimento da região.

A Figura 02 demonstra a evolução da população total da cidade de Macapá, na série histórica 1970-2010, no qual pode se notar que não obstante ser uma cidade relativamente nova, apresenta um crescimento populacional elevado em um curto espaço de tempo, sobretudo, nas últimas quatro décadas, o que segundo Portilho (2010) deu-se em virtude da expansão da malha urbana da cidade provocada por um considerável contingente de migrantes que aportou em Macapá, determinando, assim, a concentração das forças produtivas econômicas em torno da capital amapaense.

FIGURA 02
Evolução da População Total de Macapá-AP (Censos Demográficos 1970-2010)



Fonte: Censos Demográficos 1970 a 2010 (IBGE, 2010a).
Elaboração dos autores.

No cenário específico de Macapá, a concentração de espaços urbanos fragmentados, a ineficiência de políticas de planejamento, precárias condições de serviços e equipamentos urbanos e baixos indicadores de qualidade de vida, associados às insuficientes oportunidades de emprego e renda e a fragilidade dos serviços de educação e saúde, conjuntamente contribuem para que os problemas sociais ocorram e se acentuem na cidade (SANTOS; AMORIM, 2015).

Tendo em consideração este panorama, pesquisas recentes divulgadas pelo Observatório das Metrópoles e pela Consultoria Macroplan, denominadas respectivamente, Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros (IBEU-Municipal)¹² e Índice Desafios da Gestão Municipal (IDGM)¹³, destacam a capital do Amapá, como a que apresenta as piores condições

¹² Investigou as condições de bem-estar urbano nas capitais brasileiras, a partir de dados do Censo Demográfico 2010. O IBEU-Municipal foi construído pela média aritmética de suas cinco dimensões: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana, e seu resultado varia entre zero e 1, quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016).

¹³ Considerou as 100 maiores cidades do país, que representam metade do PIB brasileiro (2005-2015). O IDGM reúne 16 indicadores em 4 áreas: educação e cultura, saúde, segurança, saneamento e sustentabilidade. Varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor o desempenho do município (MACROPLAN, 2017)

de bem-estar urbano e de vivência dentre as cidades investigadas (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016; MACROPLAN, 2017).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, bibliográfica, análise de banco de dados e uso de *softwares*, com ênfase na abordagem quantitativa dos dados, com a aplicação de diferentes técnicas estatísticas, como a análise descritiva, fatorial e de correspondência, com objetivo de investigar possíveis relações entre as variáveis examinadas.

Para isso, recorreu-se a pesquisa das informações secundárias junto ao sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), referentes ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, abrangendo o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial, agrupados como Crimes Violentos Letais (CVL)¹⁴ (BRASIL, 2006). Além disso, realizou-se consulta aos bancos de dados não diretamente relacionados à segurança pública, como Censos Sociodemográficos (1960 a 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa IBEU-Municipal do Instituto Observatório das Metrópoles e Pesquisa IDGM da Consultoria Macroplan.

Com o objetivo de obter informações regulares sobre possíveis tendências, padrões e características dos crimes violentos letais na cidade de Macapá, foi feito uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG) como técnica de geoprocessamento, com aproveitamento da base cartográfica dos setores censitários do IBGE, ano 2010, por meio do software ArcGIS 10.1, que permite integrar dados de diversas fontes e criar bancos de dados georreferenciados, tornando possível automatizar a produção de documentos cartográficos (CÂMARA et al., 2004), sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial dos bairros de Macapá.

3.1 Técnicas Estatísticas Aplicadas

3.1.1 Análise Descritiva

Considerando o caráter descritivo e exploratório da pesquisa, foi utilizada a estatística descritiva, a fim de se organizar, descrever e apresentar os dados, por meio de gráficos e tabelas (BUSSAB; MORETTIN, 2013). Vale esclarecer que foram consideradas na abordagem as informações constantes no banco de dados para 41 bairros de Macapá, perfazendo um total de 577 ocorrências de crimes violentos letais, tendo estes registros as seguintes variáveis analisadas:

- (a) Taxa dos crimes violentos letais (neste indicador são contabilizados todos os crimes de letalidade violenta para cada 100 mil habitantes);
- (b) Dia da semana (domingo, segunda-feira, terça-feira, quarta-feira, quinta-feira, sexta-feira e sábado);
- (c) Turno (madrugada, manhã, tarde e noite);
- (d) Meio empregado (arma cortante ou perfurante, arma de fogo e arma contundente);
- (e) Local da ocorrência (via pública, residência, estabelecimento comercial, Instituto de Administração Penitenciária-IAPEN, café, bar e lazer, mar, rio e lagoa);
- (f) Gênero/Sexo da vítima (masculino e feminino); e

¹⁴ São agregados os crimes de maior relevância social, o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte. Ainda são contados os cadáveres encontrados, ossadas e confrontos policiais (BRASIL, 2006).

(g) Faixa etária da vítima (0 a 11 anos, 12 a 17 anos, 18 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 35 a 64 anos e acima de 65 anos).

3.1.2 Análise Fatorial

A aplicação da técnica Análise Fatorial (AF) foi utilizada com o objetivo de construir um Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (IDBM), como unidade representativa resultante da combinação de variáveis, para atuar como auxiliar no processo de compreensão da dinâmica da letalidade violenta na dimensão das unidades administrativas da capital. Para isso, foram testadas variáveis independentes de natureza socioeconômica, de infraestrutura e serviços urbanos, disponibilizadas pelo IBGE, com base no Censo Demográfico 2010, referente aos 28 bairros¹⁵ oficialmente criados em Macapá, sendo selecionadas as seguintes variáveis (em formato numérico):

- i) Abastecimento de água¹⁶: número de domicílios ligado à rede geral;
- ii) Alfabetização: número de pessoas alfabetizadas;
- iii) Esgotamento sanitário: número de domicílios atendidos com rede geral de esgoto ou pluvial;
- iv) Rendimento¹⁷: valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

A AF é uma técnica estatística multivariada de interdependência que busca compactar as relações observadas entre um conjunto de variáveis inter-relacionadas, na busca de fatores comuns (FÁVERO et al., 2009). A ideia central é conceber um conjunto de variáveis originais observadas em um número menor de fatores intrínsecos, cujo objetivo principal é definir a estrutura subjacente de uma matriz de dados (MAROCO, 2007).

No entanto, é importante salientar que para a aplicação da técnica é necessário que sejam atendidos alguns pressupostos. Inicialmente, é realizado o teste de normalidade, seguido da identificação da existência ou não de *outliers* (valores discrepantes no conjunto de dados).

Sendo atendidos os pressupostos iniciais, realiza-se, então, a análise da matriz de correlação, na qual de acordo com Hair Jr. et al. (2005), a maior parte das correlações devem ter valores iguais ou maiores que 0,30, cuja as correlações são obtidas a partir de

$$r_{xy} = \frac{\sum xy - \frac{\sum x \sum y}{n}}{\sqrt{[\sum x^2 - \frac{(\sum x)^2}{n}][\sum y^2 - \frac{(\sum y)^2}{n}]}}$$

Para verificar o ajuste da Análise Fatorial é preciso analisar a estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), cujos valores variam de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 o seu valor, mais adequada é a utilização da técnica (MAROCO, 2007). A estatística KMO é dada por

$$KMO = \frac{\sum_{i \neq j} \sum r_{ij}^2}{\sum_{i \neq j} \sum r_{ij}^2 + \sum_{i \neq j} \sum a_{ij}^2}$$

¹⁵ Bairros oficiais de Macapá: Alvorada, Araxá, Beírol, Boné Azul, Brasil Novo, Buritizal, Cabralzinho, Central, Cidade Nova, Congós, Infraero, Jardim Equatorial, Jardim Felicidade, Jesus de Nazaré, Laguinho, Marco Zero, Nova Esperança, Novo Buritizal, Novo Horizonte, Pacoval, Pedrinhas, Perpétuo Socorro, Santa Inês, Santa Rita, São Lázaro, Trem, Universidade e Zerão (IBGE, 2010b).

¹⁶ Pesquisa IDGM indica que apenas 36,4% dos moradores de Macapá têm água encanada e que dessa água 69,1% perde-se na rede de distribuição (MACROPLAN, 2017)

¹⁷ Utiliza-se o valor do salário mínimo para o ano 2010, de R\$ 510,00.

onde r_{ij} é o coeficiente de correlação entre as variáveis e a_{ij} é a coeficiente de correlação.

A classificação do valor de KMO é apresentado na Tabela 01 (PESTANA; GAGEIRO, 2005; FÁVERO et al., 2009).

Tabela 01

Classificação da Análise Fatorial pela Estatística KMO.

Valor de KMO	Recomendação à AF
0,90 - 1,00	Excelente
0,80 - 0,90	Boa
0,70 - 0,80	Média
0,60 - 0,70	Razoável
0,50 - 0,60	Mau, mas ainda aceitável
0,00 - 0,50	Inaceitável

Em presença da adequação dos dados para a aplicação da técnica multivariada, é realizado o teste de esfericidade de Bartlett, onde se avalia se a matriz de correlação é análoga a matriz identidade e a análise da matriz anti-imagem, em que indica por meio da Medida de Adequação da Amostra (MAA) se a variável em estudo é apropriada para a utilização da técnica, ou seja, quanto mais próximo de 1 for o valor do MAA, mais adequada para a aplicação, valores iguais ou superiores a 0,5 de MAA, indicam que a variável é importante na construção dos índices (fatores).

Para determinar a quantidade de fatores extraídos, isto é, quantidade de equações necessárias a construção dos índices, utiliza-se o critério de Kaiser, onde se determina os fatores que apresentam autovalores maiores a 1, sendo os demais descartados da análise. Os fatores extraídos, posteriormente são rotacionados por meio do método Varimax, para que cada fator possa maximizar a informação de cada variável utilizada na construção dos índices.

Para calcular os escores fatoriais (índices) de cada bairro são multiplicados os valores individuais atribuídos a cada variável por bairro pelos pesos fatoriais. Para facilitar a interpretação dos índices é realizada uma padronização dos valores obtidos, para que os mesmos pudessem ser avaliados em uma escala de 0 a 1 ou 0 a 100%. Neste caso, o *i-ésimo* valor padronizado de um índice, é obtido por

$$FP_i = \left(\frac{F_i - F_{min}}{F_{max} - F_{min}} \right);$$

onde, F_i é o escore do *i-ésimo* bairro e F_{min} e F_{max} são, respectivamente, os valores mínimo e máximo observados para os escores fatoriais associados aos bairros examinados em Macapá. Pontua-se que para a realização da Análise Fatorial foi utilizado o software SPSS, versão 24.0.

3.1.3 Análise de Correspondência

Conforme Fávero et al. (2009), a análise de correspondência é uma técnica estatística de cunho exploratório utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas.

É interessante salientar que para se validar a técnica da análise de correspondência é necessário seguir alguns pressupostos. Primeiramente, para a aplicação da técnica, Pestana e Gageiro (2005) recomendam que seja realizado o teste qui-quadrado (χ^2) para verificar a

existência de dependência entre as variáveis em estudo. As hipóteses testadas são H_0 : as variáveis são independentes e H_1 : as variáveis são dependentes. De acordo com Díaz e López (2007), a estatística do teste qui-quadrado é dado por

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^l \sum_{j=1}^c \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (1)$$

em que O_{ij} é o frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada para a i -ésima linha e j -ésima coluna da tabela de contingência, definido por

$$E_{ij} = \frac{(\text{soma da linha } i) \times (\text{soma da coluna } j)}{\text{Total}} \quad (2)$$

Com a rejeição da hipótese nula (H_0) no teste qui-quadrado (χ^2), o próximo passo consiste em calcular o critério β , para verificar a dependência entre as categorias das variáveis. Em que, as hipóteses testadas são H_0 : as categorias das variáveis são independentes e H_1 : as categorias das variáveis são dependentes. Se o valor de $\beta \geq 3$, indica-se a rejeição da hipótese (H_0), concluindo-se que as categorias das variáveis são associadas entre si. De acordo com Fávero et al. (2009), o cálculo do critério β é obtido pela seguinte fórmula

$$\beta = \frac{\chi^2 - (l-1)(c-1)}{\sqrt{(l-1)(c-1)}}, \quad (3)$$

em que χ^2 é o valor do qui-quadrado; l é o número de linhas e c é o número de colunas da tabela de contingência.

Outro importante pressuposto a ser analisado é o cálculo do percentual de inércia, referente à variação explicada por cada dimensão. De acordo com Ramos, Almeida e Araújo (2008), quando utilizada a análise de correspondência simples as associações são propagadas em um plano bidimensional, logo, a soma do percentual de inércia das dimensões 1 e 2 deve ser igual ou superior a 70% para que os resultados sejam válidos.

Para saber qual é a probabilidade de uma categoria de variável estar associada com outra é necessário calcular o coeficiente de confiança, utilizando um procedimento baseado nos resíduos no qual é definido pela diferença entre as frequências esperadas e as observadas. O resíduo é dado por (RAMOS; ALMEIDA; ARAÚJO, 2008),

$$Z_{res} = \frac{O_{ij} - E_{ij}}{\sqrt{E_{ij}}}. \quad (4)$$

em que O_{ij} é a frequência observada e E_{ij} é a frequência esperada calculada por meio da Equação (2).

Por fim, após a obtenção dos valores dos resíduos, calcula-se o coeficiente de confiança (γ), para verificar a significância dos resíduos calculados, por meio de (LOPES et al., 2016),

$$\gamma = \begin{cases} 0 & \text{se } Z_{res} \leq 0; \\ 1 - 2 \times [1 - P(Z < Z_{res})], & \text{se } 0 < Z_{res} < 3; \\ 1 & \text{se } Z_{res} \geq 3, \end{cases} \quad (5)$$

sendo que Z_{res} é uma variável aleatória com distribuição de probabilidade normal padrão. As associações entre as categorias são consideradas significativas, quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades moderadamente significativas, isto é, quando $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$ ou quando o valor do coeficiente de confiança indica probabilidades fortemente significativas, isto é, quando $(\gamma) \geq 70,00\%$.

Esclarece-se que a análise de correspondência foi realizada com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se $\alpha = 5\%$ ($p \leq 0,05$) para rejeição da hipótese nula.

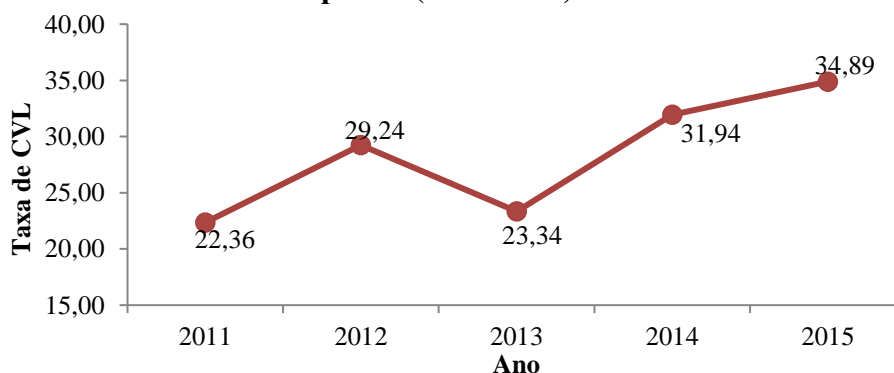
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Da aplicação da análise descritiva

A partir do banco de dados dos registros nos Boletins de Ocorrência Policial Militar (BOPM), elaborou-se a Figura 03 que mostra a evolução da taxa dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá, onde se verifica que houve incremento na taxa dos CVL, que passou de 22,36, em 2011, para 34,89, em 2015, ano que, inclusive, exibiu a maior taxa na série histórica investigada. Houve relativo decréscimo na taxa dos crimes letais de 29,24 em 2012, para 23,34 no ano de 2013, seguido de um progressivo aumento nos anos subsequentes e finais do período.

FIGURA 03

Evolução da Taxa (por cem mil habitantes) dos Crimes Violentos Letais no Espaço Urbano da cidade de Macapá/AP (2011-2015)



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010a); GEAC-SEJUSP/AP (2016).
Elaboração dos autores.

Na Tabela 02 encontra-se a distribuição da quantidade e percentual dos crimes violentos letais, de acordo com as seguintes variáveis: gênero/sexo da vítima, faixa etária da vítima, dia da semana, faixa de hora, local da ocorrência e meio empregado.

No tocante ao perfil da vítima, a predominância foi masculina (94%) e em mulheres (6%), sendo a faixa etária de 18 a 24 anos, a mais vitimada com 37,72%. Relativo à questão da maior vulnerabilidade masculina quando se trata da vitimização por criminalidade letal, se destacam fatores como a necessidade de expressão de virilidade masculina, a partir da

exibição da força nas negociações dos conflitos (BREINES; CONNELL; EIDE, 2000), além do maior acesso às armas de fogo (WAISELFISZ, 2015, 2016) e a elevada inserção masculina no campo do tráfico de drogas (PAIXÃO, 1994; SOARES, 2008). Estudo recente indica que os homens jovens, na faixa de idade entre 15 e 29 anos, compõem o grupo que mais sofre homicídios no Brasil, e que gradativamente, as vítimas vem se tornando mais jovens (CERQUEIRA; MOURA, 2014).

Em relação às variáveis espaço-temporais, observa-se maior relevância para os registros no final de semana, com destaque para sábado (17,85%) e domingo (26,34%), estendendo-se para a segunda-feira com 13,69%. Verifica-se que os CVL ocorrem com maior frequência no período da noite (33,22%) e na madrugada (32,69%), com perda de intensidade ao longo do ciclo temporal, da manhã (22,61%) para a tarde (11,48%). Quando se trata do local do registro, se constata que a maioria ocorreu em via pública, 88,60%.

Os dados revelam que maiores índices de letalidade aos sábados e domingos reforçam a ideia de que são mais propícios para circulação e concentração de pessoas em espaços de socialização ao longo da cidade, somado ao maior consumo de bebidas alcoólicas e festas, pode ocasionar, algumas vezes, desentendimentos e brigas, que podem levar ao óbito (SECRETI; JACOBI; ZANINI, 2009). Supõe-se que no período noturno, devido à menor ostensividade dos agentes de segurança pública, pouca movimentação de pessoas nos espaços, precárias condições de infraestrutura urbana nos espaços, como a iluminação insuficiente, oportunizem práticas criminosas, ataques surpresa e fugas na escuridão (SANTOS; RAMIRES, 2007; ADORNO, 2008).

Andrade e Marinho (2013) alertam que o aumento das mortes decorrentes de agressões em via pública reflete uma mudança mais extrema no padrão da violência urbana, na medida que a torna mais notória, ocorre uma conexa diminuição na probabilidade de socorro às vítimas, além de maior difusão da sensação de medo e insegurança entre as pessoas.

Concernente aos meios empregados, constata-se que em 57,39% dos registros foi utilizado arma de fogo e em 36,52% arma perfurocortante, coincidindo com o resultado dos estudos de Waiselfisz (2015, 2016), em que fica evidente o progressivo incremento das taxas de homicídio por arma de fogo, seguido pela arma cortante ou perfurante.

TABELA 02

Distribuição da quantidade e percentual dos Crimes Violentos Letais por sexo e faixa etária da vítima, conforme o dia da semana, quanto à faixa de hora, por local da ocorrência e segundo o meio empregado, no Espaço Urbano da cidade de Macapá/AP (2011-2015)

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Gênero/Sexo ⁽¹⁾	Masculino	542	94,00
	Feminino	34	6,00
Faixa Etária ⁽¹⁾	0 a 11 anos	3	0,55
	12 a 17 anos	68	12,56
	18 a 24 anos	204	37,72
	25 a 29 anos	87	16,08
	30 a 34 anos	64	11,83
	35 a 64 anos	105	19,41
	65 ou mais anos	10	1,85
	Domingo	152	26,34
	Segunda-feira	79	13,69

Dia da Semana	Terça-feira	62	10,75
	Quarta-feira	57	9,88
	Quinta-feira	64	11,09
	Sexta-feira	60	10,40
	Sábado	103	17,85
Faixa de Hora ⁽¹⁾	00 06	185	32,69
	06 12	128	22,61
	12 18	65	11,48
	18 24	188	33,22
Local da Ocorrência ⁽¹⁾	Via pública	358	88,60
	Café, bar e lazer	16	3,96
	Residência	14	3,47
	IAPEN	9	2,23
	Estabelecimento comercial	5	1,24
	Mar, rio e lagoa	2	0,50
Meio Empregado ⁽¹⁾	Arma de fogo	330	57,39
	Arma de perfurocortante	210	36,52
	Outros meios ⁽²⁾	35	6,09

Fonte: GEAC-SEJUSP/AP (2016).

Elaboração dos autores.

Notas: (1) Para as variáveis Gênero/Sexo, Faixa Etária, Faixa de Hora, Local da Ocorrência e Meio Empregado não houve informações de 1, 36, 11, 173 e 2 registros, respectivamente, logo não foram contabilizados nesta análise; (2) Outros meios englobam força física, veneno, arma contundente e fogo.

4.2 Da aplicação da análise fatorial

A partir da AF pode-se verificar na Tabela 03 um considerável número de covariâncias com valores do nível descritivo (p) superiores a 0,05 (5%) para as variáveis utilizadas na construção do IDBM, indicando que todas as variáveis são adequadas à aplicação da técnica Análise Fatorial.

TABELA 03

Covariância (ρ) e Nível de Descritivo (p) das Variáveis Relacionadas para a Construção do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá

	Água		
Alfabetização	$\rho = 0,99$ $p = 0,000$		
Esgoto	$\rho = 0,24$ $p = 0,115$	Alfabetização	
			$\rho = 0,24$ $p = 0,110$
Rendimento	$\rho = -0,42$ $p = 0,015$		Rendimento
			$\rho = -0,43$ $p = 0,013$
			$\rho = 0,29$ $p = 0,074$

Na Tabela 04, observa-se que o valor da estatística KMO do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá é superior a 0,50, indicando que há adequação da Análise Fatorial ao conjunto de variáveis. Além disso, o nível descritivo do teste de esfericidade de Bartlett ($p = 0,000$), isso acarreta na rejeição da hipótese de a matriz de correlações ser a uma matriz

identidade (Tabela 04). Estes resultados respaldam o emprego da AF para a extração de fatores e a estimação dos escores fatoriais e posterior construção dos índices.

TABELA 04

Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica Análise Fatorial as Variáveis Necessárias à Construção do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá

Variáveis	KMO	Esfericidade Bartlett	% Var.	MAA	Comum.	Correlação (r)	Escore Fatoriais
Água	0,546	$\chi^2 = 140,50$ $p = 0,000$	89,29%	0,545 ^a	0,963	0,980	0,480
Alfabetização				0,541 ^a	0,968	0,983	0,481
Esgoto				0,447 ^a	0,853	0,882	0,835
Rendimento				0,631 ^a	0,788	0,696	0,313

Nota: KMO - Estatística de Kaiser-Meyer-Olkin; χ^2 - Valor do Qui-quadrado; p - Nível Descritivo; % Var. - % Variância Explicada pelo Fator; MAA - Medida de Adequação da Amostra; Comum. - Comunalidade.

Todos os valores do MAA para as variáveis (Água, Alfabetização, Esgoto e Rendimento) necessárias à construção do IDBM, individualmente encontram-se em domínio aceitável para a aplicação da técnica de Análise Fatorial, isto é, todos os valores de MAA são superiores a 0,40 (Tabela 04).

Os fatores obtidos conseguem restituir mais que 50% da informação do conjunto de variáveis, como pode ser observado a partir do % Var (Tabela 04). Porém, vale lembrar que o critério utilizado para retenção dos fatores não foi o % Var restituído e sim o critério de Kaiser. Um fator foi retido pelo critério de Kaiser, ou seja, aquele com autovalor superior a 1, para a construção do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá.

As variáveis têm sua informação restituída de forma satisfatória pelos fatores retidos, já apresentam valores de comunalidade superiores a 0,30 (30%). Todas as variáveis apresentam no mínimo correlação moderada ($r \geq 0,50$), sendo mantidas no processo de construção dos índices (Tabela 04).

Assim, a partir dos escores fatoriais (Tabela 04), o Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (IDBM), é dado por

$$\text{IDBM} = 0,480 \times \text{Água} + 0,481 \times \text{Alfabetização} + 0,835 \times \text{Esgoto} + 0,313 \times \text{Rendimento} \quad (1)$$

No IDBM os valores positivos dos coeficientes das variáveis indicam que quanto maior for o valor escore obtido para um determinado bairro, maior é, respectivamente, o seu desenvolvimento.

Após a obtenção do IDBM foi possível calcular os escores fatoriais para cada bairro, por exemplo, para o bairro Congós, os seguintes escores foram obtidos,

$$\text{IDBM}_{\text{Congós}} = 0,480 \times 4307 + 0,481 \times 13668 + 0,835 \times 64 + 0,313 \times 591,50 = 8883,80.$$

A partir dos escores fatoriais de cada bairro foi realizada a padronização dos valores obtidos, para que os mesmos pudessem ser avaliados em uma escala de 0 a 1 ou 0 a 100%. Assim, para o bairro Congós, o seguinte escore padronizado (EPIDBM) foi obtido,

$$\text{EPIDBM}_{\text{Congós}} = \left(\frac{F_i - F_{\min}}{F_{\max} - F_{\min}} \right) \times 100 = \left(\frac{8883,80 - 1056,90}{13747,50 - 1056,90} \right) \times 100 = 61,67\%.$$

Após a obtenção dos escores fatoriais padronizados de cada bairro, foi realizada uma classificação em três grupos distintos, baseada na teoria dos quartis amostrais (BUSSAB; MORETTIN, 2013), a partir do EPIDBM: (1) Baixo Índice de Desenvolvimento – grupo de bairros com os 25% menores escores; (2) Médio Índice de Desenvolvimento – grupo de bairros com os 50% medianos escores e (3) Alto Índice de Desenvolvimento – grupo de bairros com os 25% maiores escores (Tabela 05).

TABELA 05
Classificação dos Bairros a partir EPIDBM

Classificação	Escore
Baixo Desenvolvimento	0,00 a 17,36%
Médio Desenvolvimento	17,37 a 55,26%
Alto Desenvolvimento	55,27 a 100,00%

4.3 Da aplicação da análise de correspondência

Os valores do nível descritivo ($p = 0,002$) menor que o nível de significância de 0,05 (5%) e do Critério Beta ($\beta = 13,37$) maior que 3, indicam que tanto as variáveis como suas categorias são dependentes. Além disso, a soma dos percentuais de inércia indica que 100% da informação foi restituída pela AC. Desta forma todos os pressupostos para utilização da técnica de Análise de Correspondência são satisfeitos.

Observa-se que bairros com baixo desenvolvimento também possuem baixa quantidade de crimes violentos letais. Bairros com alto desenvolvimento também possuem alta quantidade de crimes violentos letais (Tabela 06).

TABELA 06
Estatísticas Resultantes da Aplicação da Técnica Análise de Correspondência ao Índice de Desenvolvimento dos Bairros e ao Número dos Crimes Violentos Letais em Macapá-AP

		Crimes Violentos Letais		
		Baixo	Médio	Alto
Desenvolvimento	Baixo	2,32(97,95)*	0,13(10,40)	-2,49(0,00)
	Médio	0,39(30,26)	0,20(15,83)	-0,66(0,00)
	Alto	-2,69(0,00)	-0,40(0,00)	3,24(99,88)*

Nota: *Probabilidades fortemente significativas, pois $\gamma \times 100 \geq 70\%$.

**Probabilidades moderadamente significativas, pois $50\% \leq \gamma \times 100 < 70\%$.

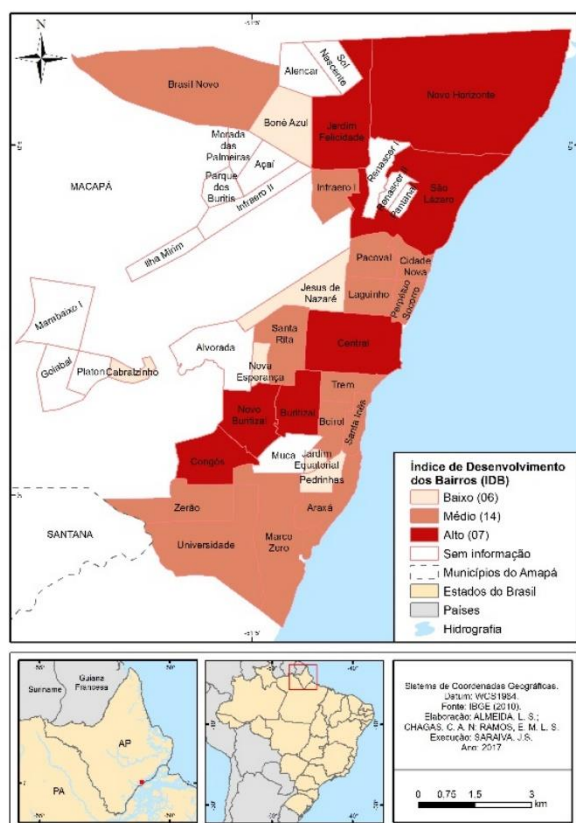
A partir da aplicação das análises fatorial e de correspondência, elaboradas com a finalidade de mensurar a relação existente entre os crimes violentos letais e os indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e serviço urbano, consolidados nos diferentes Índices de Desenvolvimento dos Bairros, foram elaborados mapas temáticos que ilustram a classificação dos bairros de Macapá, a partir dos Escores Padronizados do Índice de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (EPIDBM) (Figura 04) e a partir da Quantidade dos Crimes Violentos Letais (QCVL) (Figura 05).

É possível verificar, por meio dos dados espacializados, que das sete unidades administrativas que apresentam alto padrão de desenvolvimento, quatro apresentam também significativa concentração de crimes violentos letais, a saber: Buritizal, Congós, Jardim Felicidade e Novo Buritizal. Estes bairros estão dentre os de maior adensamento populacional na capital, com números superiores a 15.000 mil habitantes.

No que diz respeito aos seis bairros com baixo nível de desenvolvimento, três apresentaram baixa concentração de CVL, os bairros Boné Azul, Cabralzinho e Jardim Equatorial. Os bairros mencionados apresentam população absoluta em níveis inferiores a 2.000 mil habitantes. Vale destacar que a opção por números absolutos dos CVL, deve-se ao fato de se tomar como unidade de análise pequenas localidades, no caso os bairros, muitos deles com populações pequenas, o que implicaria taxas muito instáveis. Empiricamente, a discrepância nas taxas observadas em bairros ou municípios muito pequenos pode decorrer de flutuações aleatórias (BEATO FILHO, 1998).

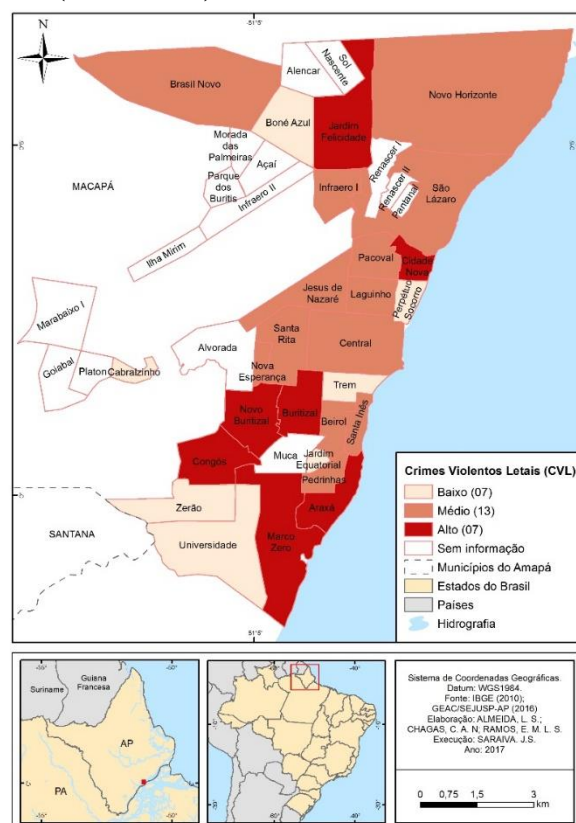
Pelo comportamento observado entre as variáveis, conformam-se basicamente dois tipos de relação: Alto IDBM-Alta QCVL e Baixo IDBM-Baixa QCVL, tendo como pressuposto a maior concentração dos crimes se processando nas áreas com alto índice de desenvolvimento e de maior adensamento populacional na capital amapaense, o que pode indicar que futuramente, as unidades administrativas mais populosas tornar-se-ão as mais violentas da cidade, ao menos em termos de criminalidade letal.

FIGURA 04
Distribuição Espacial dos Índices de Desenvolvimento dos Bairros em Macapá-AP



Fonte: IBGE (2010a).
Elaboração dos autores

FIGURA 05
Distribuição Espacial dos Crimes Violentos Letais nos Bairros em Macapá-AP (2011-2015)



Fonte: IBGE (2010a); GEAC-SEJUSP/AP (2016).
Elaboração dos autores.

Ainda com base na análise espacial, relativo à variável dependente, percebe-se tendência ao agrupamento de unidades administrativas que apresentam quantidade maior e média de CVL sendo circundadas por outras com características semelhantes. Igual apontamento aplica-se para o exame das variáveis independentes, por meio do IDBM, onde bairros com alto desenvolvimento são cercados por bairros análogos, assim como os de médio desenvolvimento são rodeados por bairros com as mesmas características.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação pautou-se em construir uma análise dirigida ao estudo dos crimes violentos letais (abrangendo os tipos homicídio, latrocínio e o óbito decorrente do confronto policial), com enfoque intraurbano em Macapá, considerando a produção de conhecimentos sobre a dinâmica da criminalidade local e suas possíveis relações com indicadores de desenvolvimento, decorrentes da urbanização da capital amapaense, que atuaram na qualidade de instrumentos auxiliares na compreensão do fenômeno em análise.

No que se refere aos resultados descritivos, a distribuição dos crimes examinados segue padrões bem definidos, com maior concentração dos registros no dia de domingo, durante à noite e madrugada, predominantemente, com utilização de arma de fogo, em via pública, vitimando, sobretudo, homens jovens na faixa etária de 18 a 24 anos.

A análise espacial dos CVL mostrou a questão da criminalidade se apresenta espacialmente concentrada, principalmente na porção sul do município, com destaque para os bairros Araxá, Buritizal, Congós, Novo Buritizal e Marco Zero. No entanto, é importante explicar que se trata de um fenômeno complexo e multicausal, resultante da concorrência de distintos fatores, tanto de natureza individual como estruturais. Alinhado a isso, é válido citar como implicação o fato da abordagem espacial não tratar do crime de uma forma geral, mas estar mais atrelada às condições de incidência deste (BEATO FILHO, 1998).

Nesse sentido, quando se avalia a disposição dos CVL, tanto na sua variação como na sua regularidade, constata-se que não se pode dizer com exata correção que Macapá é uma cidade violenta, pelo fato de existirem realidades distintas dentro dos limites do município, no recorte temporal estudado.

Torna-se essencial ressaltar que esta análise apesar de não ser capaz de explicar o fenômeno em sua integralidade e nem agregar a multiplicidade de fatores que contribuem para a compreensão dos crimes letais investigados, foi de fundamental importância para a identificação do problema, ao focalizar uma perspectiva mais local, servindo, assim, de suporte para análises comparativas futuras, com maior capacidade para investigar e identificar as causas particulares, os atores e as dinâmicas mais apuradas dos fenômenos criminais no estado do Amapá.

6. REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e ordem. **Tempo Social**. Revista de Sociologia, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 2000.

_____. Temporalidade e espaços dos homicídios dolosos na capital paulista. **Olhar São Paulo - Violência e Criminalidade**, p. 27-34, 2008.

ANDRADE, L. T.; MARINHO, M. A. C. Organização social do território e violência letal na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o balanço de uma década. In: ANDRADE, L. T.; SOUZA, D. B.; FREIRE, F. H. M. de A. (orgs.). **Homicídios nas regiões metropolitanas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BEATO FILHO, C. C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 13, n. 37, p. 74-87, 1998.

_____. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.

BREINES, I.; CONNELL, R.; EIDE, I. **Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective**. Paris: UNESCO, 2000.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

- CÂMARA, G. et al. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (orgs.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.
- CANO, I.; SANTOS, N. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, 2014.
- DÍAZ, F. R.; LÓPEZ, F. J. B. **Bioestatística**. 1. ed., São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- FÁVERO, L. et al. **Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GEAC-SEJUSP/AP. Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. **Sistema de Banco de Dados**. Macapá, 2016.
- HAIR Jr., J. F. et al. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. 2010a. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- _____. **Sinopse por setores**. 2010b. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 13 mai. 2016.
- _____. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016>>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- LOPES, H. A. M. et al. Espaço urbano e mobilidade das pessoas como construções sociais na BR-316 no estado do Pará. In: ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R.; RAMOS, E. M. L. S. (org.). **Segurança Pública: Gestão, Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação**. 1.ed., Praia: Uni-CV, v. 1, p. 29-48, 2016.
- MACROPLAN. **Desafios da Gestão Municipal**. 2.ed., 2017. Disponível em: <<http://www.macroplan.com.br/Documentos/EstudoMacroplan201733133121.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.
- MAROCO, J. **Análise Estatística com a Utilização do SPSS**. 3.ed., Lisboa: Lisboa. 2007.
- NEVES, A. J. et al. **Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.
- OLIVEIRA, M. J. **Mineração e desenvolvimento local: benefícios e desafios aos municípios amapaenses**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.
- PAIXÃO, A. L. Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 179-191, 1994.
- PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Dados para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS**. 4.ed., Lisboa: Edições Sílabo, 2005.
- PORTILHO, I. S. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. In: **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

- RAMÃO, F. P.; WADI, Y. W. Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: Análise da Distribuição Espacial dos Homicídios no Município de Cascavel, Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2010.
- RAMOS, E. M. L. S.; ALMEIDA, S. S.; ARAÚJO, A. R. (orgs.). **Segurança Pública: Uma abordagem Estatística e Computacional**. Belém: Editora Universitária EDUFPA, v. 1, p.101, 2008.
- RIBEIRO, L. C. Q de; RIBEIRO, M. G. (orgs.). **Ibeu Municipal: índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2016.
- SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, p. 55-84, 2015.
- SANTOS, E. R. C. Urbanização e Rede Urbana na Amazônia Setentrional Amapaense/AP. **Revista Formação Online**, n. 19, v. 2, p. 107 -131, jul./dez., 2012.
- SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana**. 3.ed., São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Urbanização Brasileira**. 5.ed., São Paulo: Edusp, 2013.
- SANTOS, R. V.; AMORIM, J. P. de A. A centralidade urbana sub-regional de Macapá-AP e sua região de influência. In: **Anais do XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências**, Belo Horizonte, 2015.
- SANTOS, M. A. F.; RAMIRES, J. C. L. Violência urbana em Uberlândia-MG: uma análise sócioespacial dos homicídios. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 19, n.1. p. 123-141, jun., 2007.
- SECRETI, T.; JACOBI, L.; ZANINI, R. Mortalidades por causas violentas: uma análise dos homicídios em Santa Maria, RS. **Ciência e Natura**. UFSM, v. 31, n. 2, p. 25-34, 2009.
- SILVA, B.; MARINHO, F. C. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R.G. de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 71-85, 2014.
- SOARES, G. A. D. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.
- _____. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Distrito Federal: FLACSO, 2016.

2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 2

TERRITÓRIO, PODER E VIOLÊNCIA URBANA: OS AGENTES TERRITORIAIS LOCAIS E OS CRIMES VIOLENTOS LETAIS EM MACAPÁ-AMAPÁ (2013-2015)

ALMEIDA, Leidiene Souza de;^a* CHAGAS, Clay Anderson Nunes;^b
RAMOS, Edson Marcos Leal Soares^c

(a) Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/5411520453003641>.

(b) Doutor em Desenvolvimento Socioambiental. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Segurança Pública e em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/3537327292901649>.

(c) Doutor em Engenharia de Produção. Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (UFPA). <http://lattes.cnpq.br/8324947891255931>.

(*) CORRESPONDÊNCIA COM O AUTOR

Endereço: UFPA, Rua. Augusto Corrêa, 01 - Guamá - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66075-110 – Belém (PA), Brasil. Tel: (+55 91) 21228872.

Email: leidiene24@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a dinâmica dos crimes violentos letais no âmbito do território dos bairros Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca e Novo Buritizal, a partir da perspectiva de diferentes atores sociais entrevistados por equipe do projeto de pesquisa “Território, Rede e Violência”, no primeiro semestre de 2016, na cidade de Macapá. A pesquisa teve caráter descritivo e exploratório, sendo desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e sistematização de dados secundários coletados junto à Gerência de Estatística e Análise Criminal, subordinada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. Para isso, foram utilizadas técnicas da estatística descritiva, associada ao geoprocessamento e análise de conteúdo das entrevistas. Os resultados obtidos evidenciam que a violência registrada em Macapá, em especial na dimensão dos bairros, se distribui de forma diferenciada no espaço urbano, e tem provocado, sobretudo, medo e insegurança na população. Os autores e vítimas da criminalidade letal são predominantemente os adolescentes e jovens, do sexo masculino, em virtude de conflitos advindos do não pagamento de dívidas relativas ao comércio de drogas.

Palavras-chave: Espaço urbano; Violência; Crimes violentos; Agentes territoriais.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the dynamics of lethal violent crimes within the territory of the neighborhoods Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca and Novo Buritizal, from the perspective of different social actors interviewed by a team from the research project "Territory, Network and Violence", in the first half of 2016, in the city of Macapá. The research was descriptive and exploratory, being developed from a bibliographical survey, field research and systematization of secondary data collected from the Statistics and Criminal Analysis Department, subordinated to the State Secretariat of Justice and Public Security of Amapá. For this, descriptive statistics techniques were used, associated to the geoprocessing and content analysis of the interviews. The results show that the violence registered in Macapá, especially in the neighborhoods dimension, is distributed differently in the urban space, and has mainly provoked fear and insecurity in the population. The perpetrators and victims of lethal crime are predominantly male adolescents and young people because of conflicts arising from non-payment of debts related to the drug trade.

Keywords: Urban space; Violence; Violent crimes; Territorial agents.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na investigação de campo com os agentes territoriais locais, referente ao Projeto BRA/04/029 - Segurança Cidadã/Pensando a Segurança Pública, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) e executado por integrantes da equipe de pesquisa “Território, Rede e Violência – agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas, vinculado aos cursos de Pós-Graduação em Segurança Pública e em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que teve por encargo realizar a coleta e sistematização de dados relativos ao fenômeno da violência e homicídios, de modo a identificar os principais fatores de risco e a dinâmica destes crimes nas cidades do grupo Região Norte que integram o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH) (BRASIL, 2016a).

A categoria analítica norteadora deste estudo, conforma-se, na concepção do território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995, 2008; CHAGAS, 2014; HAESBAERT, 2004, 2007, 2014) enquanto palco das relações de agentes territoriais locais, que na busca pelo poder e, conseqüente, domínio territorial, materializam disputas e conflitos que, muitas vezes, podem levar à morte.

O objetivo é compreender a relação existente entre a dinâmica dos crimes violentos letais¹⁸ e o comportamento dos agentes territoriais, a partir do levantamento de campo no qual foram entrevistados diferentes agentes territoriais locais atuantes nos bairros Cidade Nova, Congós, Jardim Felicidade, Marabaixo I, Muca e Novo Buritizal, situados na cidade de Macapá.

Para explorar a temática, estrutura-se este estudo em cinco partes: após esta introdução, a segunda parte trata da caracterização da área de estudo. Na terceira se discute a metodologia empregada na pesquisa. A quarta aborda os resultados da distribuição espacial dos crimes violentos letais nos bairros de Macapá, associada à análise das entrevistas dos diferentes agentes territoriais locais. E, por fim, são apresentadas as reflexões finais.

¹⁸ Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) é uma categoria criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social (BRASIL, 2006), sendo neste estudo abrangidos o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Macapá, capital do Amapá, está localizada no extremo norte do país e faz fronteira com o estado do Pará. Segundo dados divulgados no Censo Demográfico 2010, a população total compreende 398.204 habitantes, sendo estimada para o ano de 2016 população em torno de 465.495 habitantes (IBGE, 2010a, 2016).

No contexto específico de Macapá, mudanças políticas e econômicas ocorridas no estado, nas três últimas décadas, têm alterado significativamente a configuração espacial da cidade, especialmente devido à transformação do Território do Amapá em uma Unidade Federativa, através da Constituição Federal de 1988, e à criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, que foram os principais eventos que colaboraram tanto para o aumento populacional do Amapá, quanto para a expansão da malha urbana da capital provocada por um considerável contingente de migrantes que chegou ao município (PORTILHO, 2010). Somado a isso, a criação durante os anos 1990 de extensas áreas de preservação ambiental no Estado (cerca de 72% do território amapaense), mostrou-se como outro determinante para a concentração das forças produtivas econômicas em torno da capital amapaense (PORTO et al., 2008).

Semelhante a muitas cidades do país, Macapá enfrenta uma série de conflitos oriundos de um processo de expansão urbana rápido e desordenado. O município tem atualmente um total de 84 bairros, dos quais 28 se encontram oficialmente criados, sendo em sua maioria constituídos por aglomerados subnormais¹⁹. As demais 56 ocupações (bairros) existem de modo informal, sem o respectivo instrumento jurídico que estabeleça suas delimitações, quantidade de ruas, quadras e habitações.

A zona sul da capital amapaense é a área de ocupação mais antiga, concentra a maior parte da população estimada em 210.000 habitantes (IBGE, 2010a), acolhe a maioria dos pontos turísticos, atividades econômicas, culturais e serviços públicos do município, além de reunir grande parte da população vivendo em áreas de ressaca²⁰, principalmente, nos bairros

¹⁹ O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública) (IBGE, 2010a).

²⁰ A palavra “ressaca” é utilizada regionalmente para denominar os vários lagos de várzeas existentes no Amapá, que surgem durante o inverno amazônico (dezembro a junho) e são provenientes do acúmulo das águas das chuvas nos rios e igarapés. Quando cessam as chuvas, as águas se restringem ao canal principal dos rios e as “ressacas” se transformam em grandes campos. Servem ainda como corredores naturais de vento, que amenizam o desconforto térmico e influenciam diretamente no microclima da cidade, em especial da Zona Norte de Macapá (TAKIYAMA et al., 2003).

Congós, Marco Zero, Muca, Novo Buritizal e Universidade. A extensão das áreas de ressaca da capital perfaz um total de 36.470.392 metros quadrados, abrangendo cerca de 20% do total da área do perímetro urbano da cidade, onde estima-se que 17% da população urbana reside, o que corresponde a cerca de 65 mil pessoas (PEREIRA et al., 2015).

A zona norte de Macapá concentra grande parte dos bairros e loteamentos de origem mais recente. Inicia oficialmente depois da ponte Sérgio Arruda, principal via de ligação para esta área da cidade e apresenta população estimada em 130.000 habitantes (IBGE, 2010a), sendo considerado o maior vetor de expansão urbana horizontal da capital e tem como eixo viário central a rua Tancredo Neves e a rodovia BR 210, que é a principal via para o acesso às outras cidades do interior do estado (PALHETA et al., 2016).

É importante destacar que foram selecionados como objeto de investigação da dinâmica territorial dos crimes violentos letais, os seis bairros que apresentaram maior letalidade na cidade de Macapá no recorte temporal de 2013 a 2015, destacados na Figura 01.

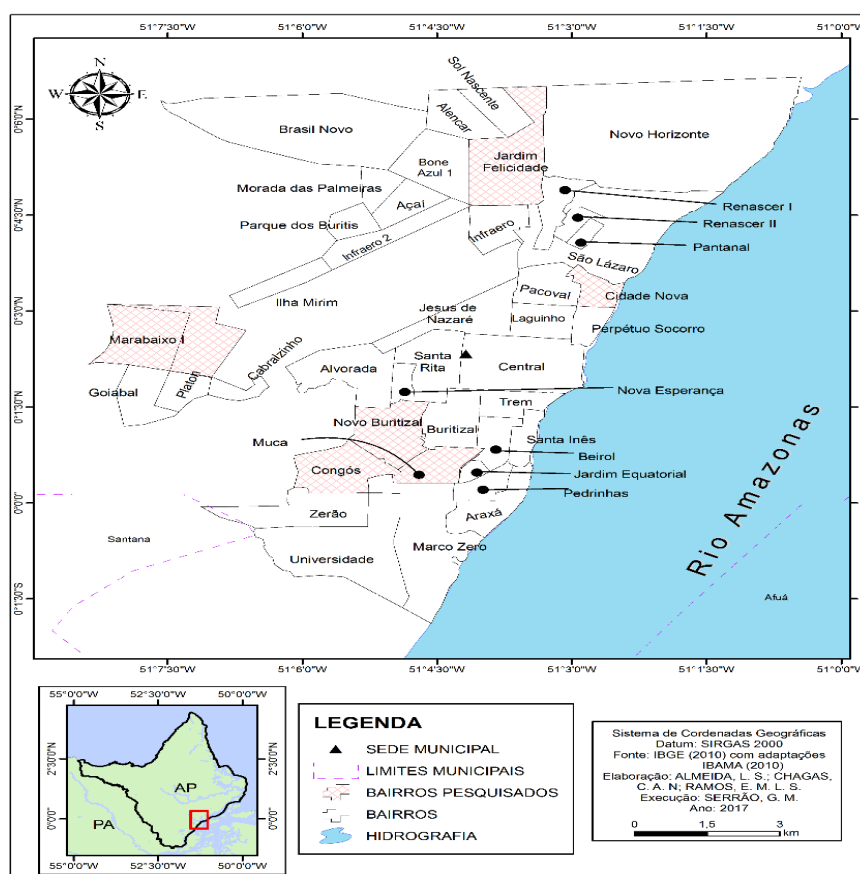


Figura 01 - Delimitação dos bairros investigados em Macapá-AP.
Fonte: IBGE (2010) – Adaptado pelos autores (2017).

Ao se analisar a dinâmica dos crimes violentos letais nos bairros pesquisados em Macapá, a partir do banco de dados disponibilizado pela Gerência de Estatística e Análise

Criminal (GEAC), vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), o recorte totalizou 130 registros extraídos dos Boletins de Ocorrência Policial Militar (BOPM).

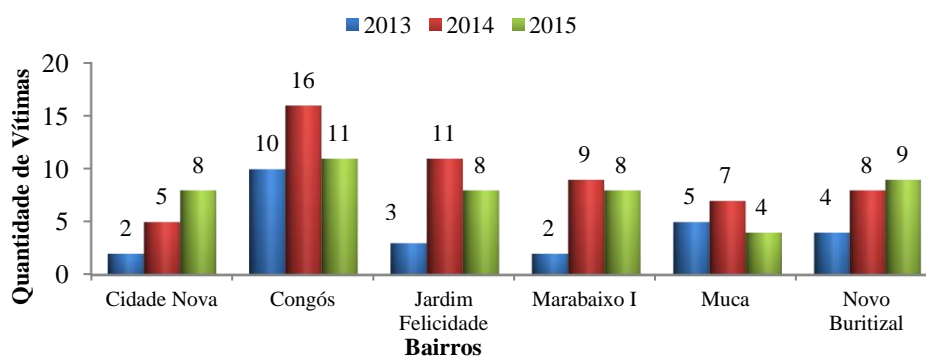


Figura 02 - Número de vítimas de crimes violentos letais nos bairros pesquisados na cidade de Macapá-AP (2013-2015).
Fonte: GEAC-SEJUSP/AP (2016) – Elaborado pelos autores (2017).

Pode se observar na Figura 02, que o bairro Congós lidera quanto ao número de vítimas da criminalidade violenta letal na série temporal analisada. Em 2014 se destacam os bairros Jardim Felicidade, Marabaixo I e Novo Buritizal, com 11, 9 e 8 vítimas, respectivamente. Quando confrontados os anos 2013 e 2015, percebe-se que o número de vítimas no bairro Novo Buritizal mais que duplica e no Marabaixo I mais que triplica. Em relação ao bairro Muca verifica-se um aumento no número de vítimas, de 5 em 2013, para 7 em 2014, seguido de sutil decréscimo em 2015.

3. METODOLOGIA

Neste estudo foi realizada revisão bibliográfica temática, seguida do levantamento de dados secundários junto à GEAC-SEJUSP/AP, e posterior pesquisa de campo de caráter descritivo e exploratório, para obtenção de dados primários através de entrevistas individuais, realizadas no primeiro semestre de 2016 na cidade de Macapá, por integrantes da equipe do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência”, com 15 moradores dos bairros selecionados, sendo os respectivos diálogos gravados (com prévia autorização dos sujeitos) e a seguir transcritos para devida análise.

Concernente às técnicas de crítica dos dados, foi utilizada a estatística descritiva (BUSSAB; MORETTIN, 2013), geoprocessamento para representação cartográfica, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG), com adaptações da base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, por meio do software ArcMap 10.1, com capacidade de reunir e vincular objetos gráficos a estruturas de banco de dados georreferenciados (CÂMARA et al.,

2004; FITZ, 2008), sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial dos bairros, a fim de possibilitar o teste das hipóteses de padrão de distribuição dos eventos criminais investigados.

A abordagem qualitativa foi realizada através da análise de conteúdo, baseada nos vocábulos “violência” e “homicídio”, para se compor as categorias analíticas, sendo o tratamento organizado em três fases: 1) pré-análise, através da leitura flutuante das entrevistas; 2) exploração do material, com posterior classificação e agregação dos dados em categorias; e, 3) tratamento dos dados e interpretação dos resultados, utilizando como base o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral (BARDIN, 2011).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise Espacial

Faz-se necessário destacar certa dificuldade na pesquisa quando do cruzamento da base de dados no nível de bairros associada à distribuição dos registros dos crimes, no que diz respeito, especificamente, a um consenso das fontes oficiais consultadas sobre qual a área exata ou polígono que cobre determinados bairros na cidade de Macapá.

Adicionado a isso, a insuficiência de informações padronizadas e completas dos registros dos crimes violentos letais²¹, impossibilitou fixar a localização exata de todos os eventos criminais levantados, optando-se, assim, pela construção de mapas de “pontos quentes”.

Dessa forma, buscou-se observar o padrão, se existe agrupamento, ou se a distribuição dos eventos é aleatória ou se os mesmos possuem uma distribuição regular (BAILEY; GATRELL, 1995), além de se evidenciar outros olhares sobre o espaço que não se limitam a sua condição de espaço geográfico, se focando na dimensão do território indissociável do social, em que neste caso, centraliza-se na tríade relacional espaço-território-poder, para pensar a territorialidade dos crimes violentos letais na capital amapaense.

Da análise espacial nos bairros Jardim Felicidade (Figura 03) e Cidade Nova (Figura 04), é possível constatar que a distribuição do fenômeno não se processa de forma concentrada, de modo a sugerir tendência com padrão bem definido e uniforme, indicando que os crimes violentos letais se distribuem regularmente no território dos dois bairros.

²¹ Dos 130 registros de crimes violentos letais ocorridos no território dos bairros no recorte temporal investigado, foram espacializados com precisão 110 eventos (cerca de 85% do total).



Figura 03 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Jardim Felicidade, Macapá-AP (2013-2015).

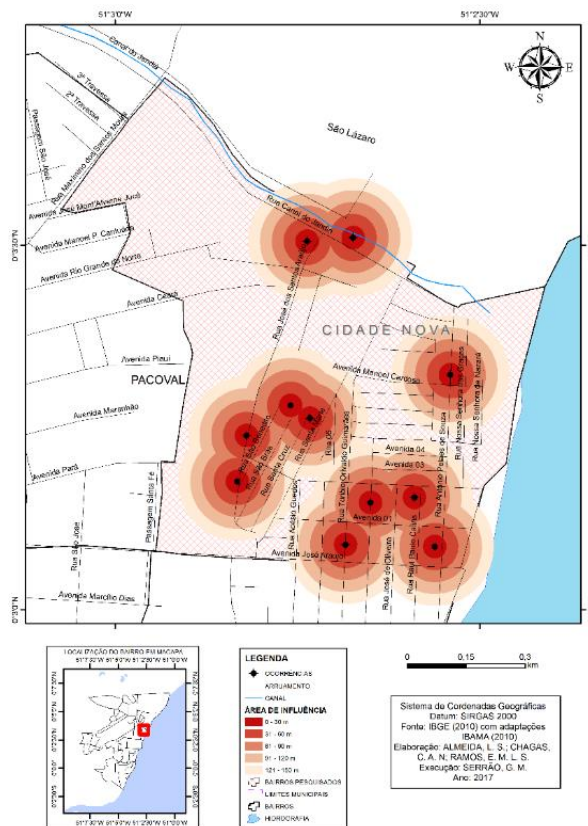


Figura 04 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Cidade Nova, Macapá-AP (2013-2015).

O bairro Jardim Felicidade é um dos bairros mais antigos da zona norte da cidade, com população de 16.672 habitantes, 3.898 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 2,6 km² (IBGE, 2010b). É importante salientar que a expansão motivada pela pressão urbana em Macapá ocorreu em todas as direções, mas em especial à zona norte da cidade, aumentando os problemas enfrentados pela população desta porção da cidade, que vivencia um atraso em termos de infraestrutura e equipamentos urbanos, como a carência de saneamento básico, problemas de abastecimento de água e de energia elétrica, vias sem pavimentação, deficiências no transporte e serviços públicos.

Esta unidade administrativa apresenta uma quantidade significativa de habitações em áreas de ressaca, não tão densamente povoadas como as dos bairros da área sul da capital, mas que de igual modo vem sofrendo com o progressivo aumento da “campanha de aterramento” das ressacas, fenômeno peculiarmente importante na dimensão habitacional informal da capital amapaense (TOSTES, 2006; TOSTES; LUZ, 2014). Esses espaços se caracterizam por expansões fragmentadas do território urbano, negligenciadas pelo poder público, com características excludentes da cidadania, o que favorece o enfraquecimento dos laços de

mecanismos de controle social e a instalação da violência e criminalidade nesses espaços (FELIX, 2002; GOMES, 2005; BEATO FILHO, 2012).

O bairro Cidade Nova apresenta população que ultrapassa os 15 mil habitantes, 3.211 domicílios particulares permanentes, distribuídos em uma área total de 0,8 km² (IBGE, 2010b), localizado na parte leste da capital, na área de orla da cidade que margeia o Rio Amazonas. Em que pese o bairro se localizar na porção mais central da capital, mostra uma realidade que contrasta sensivelmente com a área devidamente loteada, urbanizada, e que concentra a oferta dos principais serviços coletivos urbanos em Macapá. Além disso, embora o bairro Cidade Nova seja um espaço de dimensões geograficamente pequeno, apresenta um elevado fluxo de pessoas, em virtude da importância comercial do local e à proximidade com o centro da cidade. O Cidade Nova juntamente com os bairros Jesus de Nazaré, Pacoval e São Lázaro se localizam na extensão do Canal do Jandiá, onde se encontra pequena área portuária que serve de escoamento para produtos, principalmente madeireiros (CARDOSO et al., 2015).

O bairro Cidade Nova concentra um grande número de terrenos abandonados e uma área considerável de ocupações irregulares, com alta densidade demográfica, onde se verifica uma significativa perda de qualidade de vida, essencialmente no que se refere à lesão do direito à cidade, tanto no nível do habitar que não se limita a moradia, quanto no nível urbano da cidade, refletido no quadro de desestruturação urbano constatado. Destaca-se que ambos os níveis se interpenetram, agregando a estrutura física e social dinâmica, geradora de inúmeras formas de produção e reprodução de segregações (LEFEBVRE, 2000, 2006). É nesse contexto que “a exclusão territorial faz indivíduos, famílias e comunidades particularmente vulneráveis, abrindo espaço para a violência e o conflito” (ROLNIK, 1999, p. 100).

O bairro Marabaixo I encontra-se extraoficialmente criado desde 1998, não havendo estimativas oficiais acerca de sua população. O bairro é atendido pelo sistema de energia elétrica, contudo, não possui abastecimento de água tratada e saneamento básico, sendo que as ruas e avenidas não têm identificações e não possui infraestrutura urbana projetada, carecendo de asfaltamento, meio-fio, canais para escoamento das águas pluviais e sinalização.

No que se refere à distribuição dos crimes violentos letais no Marabaixo I (Figura 05) pode se observar certa regularidade na dispersão dos eventos, sobretudo, ao longo da Rodovia Duca Serra, principal via de ligação da área oeste com o centro da cidade, e maior concentração de registros no espaço onde se localiza o Instituto de Administração

Penitenciária do Amapá (IAPEN)²², o que pode denotar aumento no índice de óbitos na dimensão do encarceramento na capital. Nesse sentido, o Informativo Rede Justiça Criminal destaca os estados do Norte e Nordeste com os maiores índices de mortalidade prisional, em especial, o estado do Maranhão com 75 casos para cada dez mil pessoas privadas de liberdade (BRASIL, 2016b).

Em termos de concentração intraurbana dos crimes destacam-se os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal (Figura 06), com predominância em suas áreas limítrofes, coincidentes com as formações de aglomerados subnormais no espaço urbano, nos quais se apresenta, comumente, maior precariedade de condições infraestruturais e sociais de existência coletiva, com especial atenção às porções alagáveis das unidades administrativas, que formam um conglomerado no interior destas.

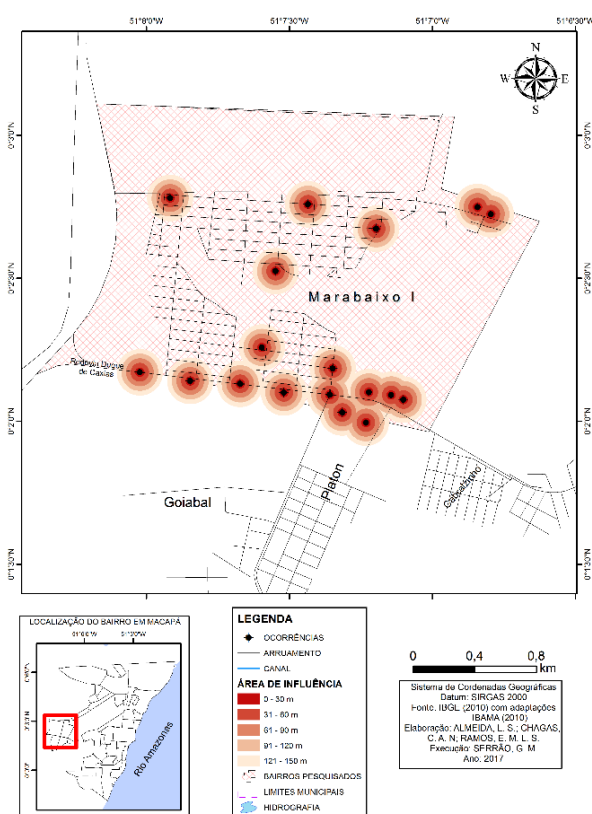


Figura 05 - Distribuição dos crimes violentos letais no bairro Marabaixo I, Macapá-AP (2013-2015).

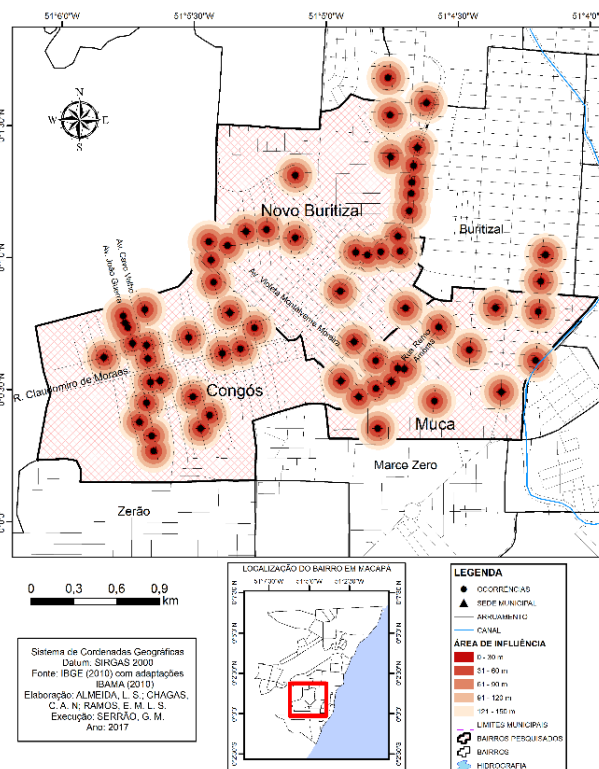


Figura 06 - Distribuição dos crimes violentos letais nos bairros Congós, Muca e Novo Buritizal, Macapá-AP (2013-2015).

Vale salientar que os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal convivem com o grave problema de ocupação irregular das áreas de ressaca, que se caracterizam pela conexão por

²² É importante apontar que dos 19 registros de crimes violentos letais ocorridos no bairro Marabaixo I, 8 homicídios se deram no interior do IAPEN.

passarelas de madeira, sendo espaços densamente povoados, e não assistidos pela rede de esgoto e de água tratada, onde também é frequente encontrar ligações irregulares na linha de fornecimento de energia elétrica (PEREIRA et al., 2015).

Portilho (2010) adverte que o efeito da ausência de políticas públicas voltadas para a ocupação e uso do solo em Macapá, tem como consequência a invasão das ressacas, considerando a insuficiência de terras secas a preços baixos para a ocupação próximas ao centro da cidade. Verifica-se que a ocupação urbana na capital progressivamente avança em direção às zonas periféricas e terminais dos bairros, que habitualmente correspondem às áreas de ressaca, que sem a infraestrutura urbana básica, se transformam em espaços de segregação e pobreza, acarretando em uma série de problemas sociais, e dentre estes, se revela o aumento da violência e da criminalidade.

Nessa perspectiva, Chagas (2014) afirma que as áreas de periferização se constituem em locais propícios para o estabelecimento do território do crime, pois se convergem em ambientes com certas peculiaridades, como a ilegalidade, a fragilidade de segurança pública e das instituições de controle público, associadas à escassez dos serviços públicos mínimos, fatores estes concorrentes para a instalação e fixação das chamadas zonas de tensões. De tal modo, a criminalidade, especialmente a violenta, se torna instrumento coercitivo para a fixação e controle do território por grupos que articulam suas ações no espaço urbano.

É nesse contexto que se observa que a dinâmica territorial não só da criminalidade letal, mas toda a sorte de crimes como aqueles contra o patrimônio e a pessoa, atuando como elementos de transformação e reorganização do espaço urbano. Deve-se além disso, sopesar a significância dos demais processos que conjuntamente podem levar ao crime, como os ambientais, os socioeconômicos, os políticos, os culturais, entre outros, para se chegar mais próximo à percepção das áreas de ocorrência (FELIX, 2002).

Constata-se que ao se refletir sobre a criminalidade violenta, sob a perspectiva do território, impõe-se um esforço teórico-metodológico que deve considerar os contextos e processos nos quais esse território se estabelece. Desse modo, é importante notar que se reconhece o território como uma categoria posterior ao espaço e desenvolvido a partir da noção de espaço.

O espaço e o território são conceitos distintos, onde “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si (...). O território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O território perfaz-se como resultado de uma ação concretizada por um ator sintagmático - ator que

realiza um programa - em qualquer nível, que se apropriando de um espaço, concreta ou abstratamente, “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993).

Observa-se que na construção do conceito de território coexistem diferentes abordagens. Todavia, em qualquer sentido, o território está ligado às relações ou práticas de poder, que neste foco assentam-se sobre a dinâmica da letalidade violenta.

Nesse contexto, encontra-se inserida a multidimensionalidade do poder (BECKER, 1983; RAFFESTIN, 1993) construída no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, estruturam e reestruturam o território através da prática de poderes aplicados na gestão territorial. Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas, com incidência estratégica no território por parte tanto do Estado como dos múltiplos atores do/no poder, na produção e uso do território (BECKER, 1983).

Considera-se que os diferentes atores sociais, aqui especialmente denominados agentes territoriais locais, na qualidade de representantes do poder social, do poder econômico e da comunidade em geral, que envolvidos direta, indiretamente ou ainda não relacionados com as práticas violentas que podem resultar no homicídio, tendem dentro de suas próprias intencionalidades a se “territorializar”, transformando o território em um palco centralizado na disputa de interesses e permeado por uma teia de relações construída pelos diferentes agentes no âmbito local.

Nesse sentido, são complexas as relações de poder estabelecidas entre os agentes entre si e destes com o território, e que acontecem em múltiplas dimensões, nas quais o poder se manifesta e opera. Concebe-se, assim, o território como palco central das relações de poder, essenciais na construção da significação do território (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995; SACK, 2013; HAESBAERT, 2004, 2014). Essas nuances são apropriadas no sentido de se compreender que elementos concorrem para a dinâmica e distribuição da violência letal na capital amapaense.

4.2 Análise das Entrevistas

A estratégia de avaliação dos relatos dos agentes territoriais locais, estabeleceu-se em torno das seguintes questões sintetizadas a partir do roteiro inicial da entrevista:

- i) Onde e por que se concentram as mortes nos bairros investigados?*
- ii) Quais os perfis dos sujeitos envolvidos nessas práticas violentas?*
- iii) Quais dinâmicas criminais ocorrem nesses bairros resultam em morte?*

iv) O que pode ser feito em termos de políticas públicas?

4.2.1 Medo e insegurança: a territorialidade dos crimes violentos letais

Ao se analisar as entrevistas constatou-se que o medo e a sensação de insegurança são fatores presentes no dia a dia dos moradores. Vários autores, como Tuan (2005), Souza (2008) e Caldeira (2010) discutem como a violência e a insegurança alcançaram um nível crítico, capaz de influenciar decisivamente no cotidiano da população e nos padrões de circulação no espaço. Tanto o medo quanto a violência se constituem em elementos que redefinem o modo de vida das pessoas, se apresentando “como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades” (SOUZA, 2008, p. 13).

Não me sinto seguro caminhando de dia e nem a noite é muito perigoso as pessoas estão assaltando e matando de graça mesmo (...) e inclusive uns 3 meses mataram dois no bairro de dia, umas 15 horas (**Morador 1, bairro Congós**).

A gente não tem mais liberdade, então é assim, a gente não se sente seguro, nos sentimos em cárcere privado, ficamos a perecer, a gente não tem mais a liberdade, por que o bairro Congós é um bairro muito grande (...), então nós temos abertura aqui para o verão pelas várias pontes, eles praticam o crime e correm (**Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós**).

Eu sei de um caso agora, mais recente, dois homens, eles foram assassinados, acho que já tinha chegado o carnaval (...) duas mortes. (**Morador, bairro Muca**).

Alguns dos relatos destacam dentre outros aspectos, o desconforto gerado pelo medo e pela sensação de insegurança nos sujeitos, principalmente ao circular pelas vias e espaços públicos dos bairros onde residem, não só no período noturno, mas em todas as faixas de hora do dia e da noite. Apontam ainda em direção à ofensa ou limitação de direitos, especialmente no que diz respeito à liberdade, o que parece alimentar um sentimento de perda desta garantia, além de indicar uma noção de enclausuramento associada à ideia de prisão, fatores estes já registrados por Caldeira (2010).

Outra questão expressa foi o pouco valor atribuído à vida, indicando que a vivência dos moradores está imersa num cotidiano de banalização da morte e de práticas violentas que parecem não comportar limites, visto o colapso dos sistemas de valores sociais e dos parâmetros coercitivos que ou não são respeitados, ou perderam seus significados (ADORNO, 1988), além de apontar traços temporais de aumento de registros de crimes próximos a eventos e feriados.

No que concerne ao território dos bairros onde se concentram as mortes, houve relato que uma das causas do medo em tráfegar à noite, são as condições estruturais dos espaços integrados por “áreas de ponte”, que facilitam a fuga de criminosos. Tuan (2005) assinala que as pessoas que residem num determinado espaço possuem experiências específicas sobre ele, baseadas no conhecimento e na construção que fazem da realidade circundante, pois se encontram integrados ao lugar no qual habitam, sendo, portanto, o seu centro de significância.

Salienta-se aqui um aspecto menos difundido ou implícito da significação que relaciona os sentimentos que o território provoca, “(...) medo para quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou com o qual se identificam” (HAESBAERT, 2004, p. 44). Considera-se, portanto, o território em sua dupla conotação, material e simbólica, “pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)” (HAESBAERT, 2014, p. 57), isto é, relaciona-se com a dominação de caráter jurídico-político e com a inspiração do terror, do medo. O território é ao mesmo tempo objetivo, funcional e também simbólico, guia para a identidade e apropriação, carregada das marcas do vivido (LEFEBVRE, 2000; HAESBAERT, 2014).

4.2.2 Perfil e relação do autor e vítima dos crimes violentos letais

No que diz respeito ao perfil das vítimas, muitos entrevistados relatam que é formado por homens, jovens, de baixa renda e que estão diretamente envolvidos com diferentes tipos de crime, como roubos, furtos, tráfico e consumo de drogas, perfil e comportamento semelhantes aos encontrados por Beato Filho (2012).

Aqui no bairro, as vítimas são na maioria das vezes homens e adolescentes, geralmente de treze a dezessete anos (**Morador, bairro Jardim Felicidade**).

Para falar a verdade, são rapazes, dezesseis, dezessete anos, vivem uma vida desregrada, sem acompanhamento, é o estilo de vida deles, é toda essa situação ruim, bebedeira, vagabundagem, droga e a violência mesmo (**Comerciante, bairro Cidade Nova**).

Observa-se que no Brasil os homicídios de jovens representam uma questão social preocupante, assim como de saúde pública (MELO; CANO, 2012), além de se constituir em grave violação aos direitos humanos (WAISELFISZ, 2014).

É importante salientar um discurso que destoa desse perfil masculino das vítimas, o qual aponta a mulher como vulnerável a esse tipo de crime, o que pode indicar possível relação, entre outros motivos, à violência contra a mulher, e até mesmo com à prática do feminicídio

(WASELFISZ, 2015), além da crescente participação das mulheres na criminalidade urbana (PASINATO, 2011).

Geralmente é mulher e adultos por causa de drogas. Criança, a gente pouco ver, esse é o caso do nosso bairro (**Morador 2, bairro Congós**).

Vale destacar relato acerca do perfil dos autores dos homicídios como demasiadamente jovens, de pouca idade.

Os que matam é de dez, onze a quinze. Teve um que matou um no canto de casa, ele tinha doze anos (**Líder comunitária, bairro Congós**).

Atinente à questão de como se processa as relações entre autores e vítimas, alguns entrevistados relatam que conhecem ou já ouviram falar de casos de homicídios nos seus bairros. Contudo, não sabem esclarecer na maioria das vezes, se existiu alguma afinidade entre autor e vítima. Sendo os principais fatores mencionados como potencializadores do cometimento desse tipo de crime, os problemas interpessoais e conflitos decorrentes do uso e tráfico de drogas (PAIXÃO, 1994; SOARES, 2008).

Olha sabe, eu perdi um vizinho, meu amigo de infância, ele era uma pessoa do bem. Só que o tráfico trouxe ele para as drogas (...) ele foi vítima disso, ele foi assassinado aqui no bairro (**Morador, bairro Muca**).

Mês passado aqui na Benedito do Carmo de canto com a Vigésima avenida, bem próximo da base de polícia, dois elementos chegaram de bicicleta e ceifaram a vida de dois pais de família que não tinham nada a ver com o problema. Era briga de drogas (**Religioso, bairro Congós**).

4.2.3 Dinâmica da violência letal: multicausalidade

Os entrevistados apontam a questão do aumento populacional, a vulnerabilidade social decorrente da ausência do Estado, e principalmente, a falta de investimentos em educação, saúde e segurança, a carência de oportunidades de emprego e ocupação, a desestrutura familiar, o tráfico de drogas e a cultura da banalização da vida e da morte, como causas mais amplas e gerais do aumento da violência nos bairros.

Com o crescimento da população e tudo mais e com a falta de estrutura, não é só as escolas, mas também são as famílias que têm baixa renda, que não tem emprego, saúde precária, toda essa parte da estrutura familiar causa esse impacto, tem muita coisa, muito problema, tudo isso (...) causam a violência, também o tráfico de drogas, como a falta de oportunidades (**Morador, bairro Cidade Nova**).

Vou te dizer aqui no Marabaixo é muito grande, tem um tanto de jovens sem fazer nada, desocupado, é triste assim, a gente é esquecida aqui no bairro (...) tem muito perigo com essa coisa de droga para as crianças e adolescentes (**Morador, bairro Marabaixo I**)

Olha aqui tem gente todo dia pedindo emprego, porque hoje não temos, o que o jovem vai fazer, não temos nada, não temos um projeto social (**Comerciante, bairro Congós**).

Em relação à carência de estudos e de oportunidades de trabalho apontadas, Cerqueira e Moura (2014) investigaram o efeito causal das oportunidades de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros, e destacam que a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nas cidades do país.

A maioria dos casos aqui no bairro do Congós é motivado em termos de prestação de contas, porque tem muito traficante no bairro, muito traficante, muita droga. (...) e a gente vive preocupado com nossos filhos, com nossos netos, com as crianças que moram aqui no bairro porque o índice é muito grande de crianças comprando e vendendo drogas (**Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós**).

Acho que é o poder das drogas, o poder da facção, eu já vi assim (...) ali eles lutam para ver quem manda mais (...) então eles vão se matando (**Professor, bairro Congós**).

É interessante verificar que foram feitas considerações a respeito da disputa do território por grupos rivais do tráfico de drogas, que induzidos pela demonstração de poder e expansão de domínio territorial, materializam suas desavenças pelas mortes, o que nesse caso, demonstra que os homicídios, muitas das vezes, estão relacionados com a droga e a prestação de contas conexas ao comércio da mesma.

Do universo de bairros investigados, constata-se que o bairro Congós se distingue mais explicitamente como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78), expressando as contradições e conflitos envolvendo o uso do território. Assim, quando se passa a avaliar a perspectiva da violência, em particular a letal, em sua articulação com o território, percebe-se que a primeira é um recorte do segundo e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades (RAFFESTIN, 1993).

Associado a esse universo de análise, se coloca o processo de periferização que produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou das criminalidades. Raffestin (1993) garante que não existe vácuo de poder, pois onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a se territorializar, como lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e até mesmo grupos criminosos. Assim, o surgimento de um

aglomerado subnormal alimenta um novo ponto no espaço a ser disputado e conquistado por esses agentes (CHAGAS, 2014).

Trata-se, pois, de apontar o quão estratégico pode ser a atuação de determinados grupos em um território ao “afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2013, p. 76). Nesse cenário, mais uma vez, Raffestin (1993) esclarece que o estabelecimento do território decorre de uma produção do espaço que envolve múltiplas relações; um arranjo de relações denominado “campo de poder”, ou “território de luta”, resultante do entrelaço espacial de poderes que permanentemente disputam posições que possibilitam não a conquista definitiva, mas o exercício provisório ou instável do poder territorial.

No sentido de adensar a reflexão sobre o conceito de poder na esfera territorial intraurbana, recorre-se a Foucault (2015), para o qual a visão do poder não está localizada em uma instituição, nem tampouco se apresenta como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos. O poder acontece como uma relação de forças, e como relação de forças está em todas as partes. Todos estão envolvidos por relações de poder e não podem ser considerados independente delas ou alheios a elas.

Nessa perspectiva se estabelece uma dimensão mais ampliada de apreciação, onde se inclui a microfísica de um poder muito mais capilarizado, o poder dos sujeitos atuando sobre os outros sujeitos (FOUCAULT, 2015), num movimento desigual e contínuo de dominação e resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos “dominados” estão sempre reconstruindo suas territorialidades (HAESBAERT, 2014).

Alinhado a esse pensamento grande parte das relações de poder atualmente envolve diferentes sujeitos e espaços de territorialização num jogo bastante sofisticado com a estrutura estatal, principalmente, através de circuitos ilegais, como é o caso do tráfico de entorpecentes, fenômeno observado pelos agentes territoriais locais (HAESBAERT, 2014).

Dessa perspectiva, verifica-se que o poder não existe em si, o que existe são práticas de poder num determinado espaço social, ou seja, relações de poder, que aqui remetem à conjunção dos conceitos de espaço, território e poder, no contexto específico de estudo da letalidade violenta em Macapá.

4.2.4 Políticas públicas de segurança: papel da polícia e da justiça criminal

No que concerne as políticas públicas de redução da letalidade nos bairros, de modo geral, os sujeitos avaliam não ter conhecimento de alguma medida tomada para reduzir as

mortes, principalmente no que concerne às estratégias de cunho preventivo, sobretudo, por parte do governo federal, e de que não é de responsabilidade direta deste a atuação no nível municipal.

Nota-se inclinações no sentido de que não há incentivo à cooperação entre os três níveis de governo, o que pode acarretar na inadequada alocação de recursos financeiros para a execução de ações e políticas de combate à violência e criminalidade.

O governo federal não está fazendo nada para gente (...), não investem em educação e nem em segurança, que são bases, então é complicado esperar melhorias a nível federal, sabe? (**Morador 2, bairro Congós**).

Com o objetivo de trazer melhorias, os entrevistados apontam a necessidade de investimento em áreas sociais, de modo conjunto, pelo governo federal, estado e município e com a participação da comunidade.

Eu acho que ajuda do Governo Federal para que houvesse uma instituição em que a gente trouxesse os nossos jovens. Pessoas que fazem aquelas medidas sociais, educativas e nós tirássemos esses jovens da rua, do mundo da droga, da bebida, do roubo, do homicídio, de tudo. Eu acho que se nós tivéssemos uma instituição ou uma parceria do Governo Federal aqui e nós tivéssemos uma instituição, eu acho que reduziria muito isso (**Representante do Conselho Comunitário de Segurança, Bairro Muca**).

Um relato distinto entre os sujeitos, é o da possibilidade de se descentralizar os orçamentos e investir nas áreas de segurança, educação e saúde, apontando ainda na direção de se oferecer mais lazer para as crianças, bem como incentivar os jovens e moradores da comunidade a aproveitarem os espaços vazios, a fim de melhorar a qualidade de vida da população.

Com o imposto que a gente paga, deveria descentralizar mais esse dinheiro. Deveria pegar, chegar como eu falei sobre a escola, o fundamental de tudo isso, tem que começar lá na sala de aula, para você ter um bom, uma boa pessoa, um caráter tem que começar lá de baixo, devia dar mais apoio para os professores, ter condições de trabalho, ter um salário digno, para não precisar ter uma viatura na frente da escola, (...) o governo federal deveria dar mais apoio, para as Ongs (...) deveria fazer isso, dar condições para quem queira trabalhar mesmo. Duvido se não fizer uma obra social boa, forte, lazer para essas crianças, fazer hortas, tem muita terra, ensinar a criança a plantar, para própria alimentação (**Professor, Bairro Congós**).

De maneira geral, foi possível detectar no discurso dos agentes territoriais as políticas públicas de segurança interpretadas em um caráter mais amplo, como políticas públicas sociais, as quais deixam de ser efetivamente implementadas na tradicional linguagem dos

direitos e passam a ser justificadas como recursos de controle cotidiano do crime, subsidiárias à repressão policial direta (SILVA, 2014).

Quando se analisam os relatos a respeito do papel das instituições do sistema de segurança e da justiça criminal, boa parte dos entrevistados aponta que existe um esforço no âmbito da polícia civil em investigar os casos de crimes violentos. Contudo, ressaltam a questão da “invisibilidade” e das condições econômicas dos envolvidos, o que revela uma situação de penalização das camadas populares decorrente de um intenso processo de segregação socioterritorial, acompanhado de um “silenciamento” que as afasta de comungar da coletiva ordem social, como aponta Silva (2014).

Vou lhe dizer um negócio que é bem sincero, a gente vê eles conseguirem o culpado quando interessa a eles. Isso é bem sincera, é difícil, porque se você não for ninguém, deixa para lá, esquece, entendeu?! Eu acho isso (**Líder comunitária, bairro do Congós**).

Pelo um lado sim, mas o quê que acontece, eles correm atrás, quando não, eles não conseguem, o cara morreu, mas ele é de família lá de baixo, não tem condições de meter um bom advogado e aí (...) o quê que vai acontecer (...) aquele caso vai ser arquivado, pronto, bota na gaveta do esquecimento (**Morador, bairro Marabaixo I**).

Muitas vezes sim, mas muitas vezes eles saem daqui para outros estados, e às vezes morrem até mesmo antes de serem investigados (**Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós**).

Outro fator presente diz respeito à insuficiência de ações de cunho preventivo por parte dos órgãos de segurança pública. Alguns relatam que a polícia militar atua em parceria com a comunidade, no entanto, a instituição não dispõe de todos os recursos para executar um melhor trabalho de prevenção, pois lhe falta, sobretudo, estrutura, equipamento e pessoal.

A polícia é parceira da gente, tem ajudado bastante, a gente vê eles passando todo tempo, eles fazem a rota normal, só que também eles não tem muita coisa a fazer, as vezes a viatura não presta, esses caras deveriam ser muito bem assessorados, muito bem acompanhados, em parte de viatura, de armamento, porque eles não só prendem, eles fazem a prevenção, eles fazem o que tem que fazer, o que cabe a eles hoje, o que dá pra fazer eles fazem, eu não tenho nada a falar sobre a polícia militar não, fazem um bom trabalho na medida do possível (**Comerciante, bairro Cidade Nova**).

Atualmente tem um projeto ali da polícia (...) polícia militar aqui próximo à rotatória eles tão com uns jovens lá (...) é um projeto da polícia, né? Eles são bons para nossa comunidade, só que precisamos muito mais (**Morador, bairro Muca**).

A gente tem uma parceria muito boa com a polícia militar, esses tempos eles estão bem presentes, nas escolas, aqui no bairro agora tem viatura fazendo ronda. Mas também a própria polícia não tem estrutura, as viaturas estão quebradas, às vezes, falta combustível, tem mais de três anos que não tem concurso para polícia militar. Antes quando tinha mais policiais caminhando por aqui, não tinha tanto perigo. É

muito complicado, o consumo de drogas acontece dentro da escola, não tem como a polícia dar conta, um bairro muito grande (**Representante do Conselho Comunitário de Segurança, bairro Congós**).

Nesse contexto é interessante destacar uma significativa receptividade da comunidade quanto à atenção dispensada pela polícia, em especial, a militar, através dos projetos sociais e participação nos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG)²³, o que mostra ser elemento diferencial a conexão entre o nível local de organização e a interação com instituições externas. Os conselhos de segurança instalados aparecem como esforços que consolidam a interação verificada entre os órgãos de segurança pública e a comunidade, em especial no bairro Congós.

Em relação à efetividade do papel do sistema de justiça em reduzir o índice da criminalidade violenta, constata-se que existe uma insatisfação por parte da população, estando presente nas entrevistas a ideia de que “a polícia prende e o judiciário solta”, o que de certa forma, perpassa por críticas diretas e indiretas à legislação penal e às medidas socioeducativas, revelando a sensação de impunidade (CERQUEIRA et al., 2007) presente no imaginário dos agentes territoriais locais.

Mas se eles pegam os caras iria diminuir essas taxas, a exemplo disso mataram os dois e não passou um mês os caras já estavam soltos (...) e eles sabem que a polícia não faz nada e não vão atrás e quando a polícia pega se paga um advogado e depois está solto para cometer as mesmas coisas (**Morador 2, bairro Congós**).

5. REFLEXÕES FINAIS

O propósito desta pesquisa foi abordar a violência e os crimes violentos letais no contexto urbano da cidade Macapá, com ênfase para os bairros que concentram os maiores índices de crimes violentos letais na capital, a partir da análise qualitativa de entrevistas realizadas com os agentes territoriais locais atuantes nas comunidades investigadas, onde buscou-se entender a relação existente entre a dinâmica da violência letal representada pelo homicídio, latrocínio e morte decorrente de confronto policial e o comportamento dos agentes territoriais locais.

²³ São entidades de apoio aos órgãos da segurança pública do Amapá, nas relações com a comunidade para a solução conjunta dos problemas sociais com base na filosofia de segurança comunitária, vinculados, por adesão, às diretrizes estratégicas emanadas da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ (AMAPÁ, 2012).

A interpretação pretendida delineou-se em torno da ideia de se agregar a análise do espaço e do território às dinâmicas das relações sociais e de poder. A formação do território da violência na capital amapaense se refletiu, em parte, como produto da tensão das relações dos diferentes agentes territoriais locais, mas também se caracterizou como derivada dos baixos indicadores socioeconômicos e de infraestrutura das áreas analisadas, com especial destaque para os bairros Congós, Muca e Novo Buritizal, situados na zona sul do município, que apresentam porções alagáveis no território, popularmente conhecidas como “ressacas”, que têm sido utilizadas, historicamente, pela população local, como opção de habitação, bem como para o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer.

Os resultados apontam na direção que esses espaços deteriorados apresentam estreita ligação com a violência no território do município, além de terem se configurado como espaços de grande vulnerabilidade socioeconômica, especialmente marcados por déficits de ordem educacional e familiar, pela cultura de banalização da violência, materializada pelas desavenças de cunho interpessoal, pela escassa presença de agentes policiais e pelos conflitos ligados ao uso abusivo de álcool e de drogas, num contexto generalizado de deficiência do aparelho estatal.

Das entrevistas, alguns pontos merecem destaque, como a sensação de medo e insegurança vivida pela comunidade desses espaços, assim como o sentimento de invisibilidade da população em relação a desassistência por parte das várias esferas de governo, adicionada à questão da falta de punição efetiva dos infratores.

Seguindo a lógica da criminalidade de outras capitais do país, os autores e vítimas da criminalidade letal, são predominantemente, os adolescentes e jovens, do sexo masculino, em virtude de conflitos advindos do não pagamento de dívidas relativas ao comércio de drogas.

Constata-se que grande parte das relações de poder atualmente envolve diferentes sujeitos e espaços de territorialização numa trajetória que transcorre pela perspectiva do conflito individual e/ou de grupos num “jogo” com a estrutura estatal, principalmente, através do tráfico de entorpecentes, fato recorrentemente observado pelos agentes territoriais locais em Macapá.

Por fim, destaca-se que não é apenas na dimensão do conflito entre criminosos que as relações de poder se estabelecem nos territórios dos bairros investigados, muitos moradores se mostram bastante atuantes, sobretudo, no que se refere à organização em lideranças comunitárias, religiosos e CONSEGs, que continuamente tratam de questões de melhora da qualidade de vida da comunidade. É nesse cenário, em que o Estado não se faz

categoricamente presente que os grupos e agentes territoriais se aglutinam, edificando suas “territorialidades”.

6. REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AMAPÁ. Estado. **Lei nº 1.632**, de 29 de março de 2012. 2012. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=34173 . Acesso em: 15 mar. 2017.
- BAILEY, T. C., GATRELL, A. C. **Interactive spatial data analysis**. Essex: Longman Scientific and Technical, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (orgs). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.
- _____. **Projeto Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios**. Brasília: SENASP, 2016a.
- _____. Os números da Justiça Criminal no Brasil. In: **Informativo Rede Justiça Criminal**. n. 8, jan, 2016b.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2010.
- CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (orgs.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.
- CARDOSO, M. A.; MOTA, P. D. M.; SILVA, L. C. da; MONTEIRO, S. C.; FERREIRA, J. F. C. O Despejo de Resíduos Sólidos nas ocupações irregulares no Canal do Jandiá (Macapá-AP). **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 03, n. 19, p. 149-161, 2015.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Oportunidades para o jovem no mercado de trabalho e homicídios no Brasil. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, p. 267-290, 2014.
- CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**. n. 1. Jan./jun. p. 186-204, 2014.
- FELIX, S. A. **Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: UNESP, 2002.
- FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem Complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GEAC-SEJUSP/AP. Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. **Sistema de Banco de Dados**. Macapá, 2016.
- GOMES, C. A. C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan., 2005.

- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
- _____. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia**, ano IX, n.17, p. 19-46, 2007.
- _____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010a. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=16>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- _____. **Sinopse por setores**. 2010b. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- _____. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 13 fev. 2017.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MELO, D. L. B; CANO I. **Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.
- PAIXÃO, A. L. Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 179-191, 1994.
- PALHETA, A. C., SANTOS, T. B.; SERDOURA, F. Segregação ou Integração dos Espaços Públicos Urbanos: uma análise da Zona Norte de Macapá – AP. In: **7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades**, Maceió-AL, 2016.
- PASINATO, W. Feminicídios e as mortes de mulheres no Brasil. In: **Cadernos Pagu**, n. 37. Jul./dez., p. 219-246, 2011.
- PEREIRA, A. C. B.; SOUSA, J. C.; SILVA, R. T. **Desigualdade social, áreas de ressaca e locais perigosos em Macapá/AP**. 2015. Disponível em: http://eventos.livera.com.br/trabalho/98-1019797_24_06_2015_13-52-09_3353.PDF. Acesso em: 18 fev. 2017.
- PORTILHO, I. S. Áreas de ressaca e a dinâmica urbana em Macapá/AP. In: **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física. Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- PORTO, J. L. R.; CHELALA, C. A.; ANDRADE, E. B. O pensamento ambiental e as modalidades de unidades de conservação no Amapá. **OLAM** (Rio Claro), v. 8, p. 80-103, 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROLNIK, R. Exclusão territorial e violência. **São Paulo em perspectiva**. vol. 13, n.4, p. 100-111, 1999.
- SACK, R.D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L.C; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- SILVA, L. A. M. Violência e Ordem Social. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 26-34, 2014.
- SOARES, G. A. D. **Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, M. L. de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORREA, R. L. (orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q.; COSTA, W. J. P.; NASCIMENTO, H. S. Qualidade das Águas das Ressacas das Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú. In: TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q. (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, p. 81-104, 2003.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá: Uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: J.A. Tostes, 2006.

TOSTES, J. A.; LUZ, R. S. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014.

TUAN, Y. F. **Medo na cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2014.

_____. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil**. Distrito Federal: FLACSO, 2015.

2.3 ARTIGO CIENTÍFICO 3

Território e violência urbana: os agentes macro territoriais e os crimes violentos letais em Macapá-Amapá

Territory and urban violence: the macro-territorial agents and lethal violent crimes in Macapá-Amapá

Leidiane Souza de Almeida - Bacharel em Defesa Social e Cidadania, Especialista em Conhecimentos Jurídicos em Segurança Pública, Mestre em Segurança Pública pela Universidade Federal do Pará e Oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá. Email: leidiene24@gmail.com.

Clay Anderson Nunes Chagas - Doutor em Planejamento Socioambiental e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará, Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). Email: claychagas@yahoo.com.br.

Edson Marcos Leal Soares Ramos - Doutor em Engenharia de Produção e Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará e Professor Colaborador da Universidade Pública de Cabo Verde no Mestrado em Segurança Pública. Email: ramosedson@gmail.com.

Resumo

Este artigo visa analisar a dinâmica da letalidade violenta na capital amapaense, a partir da perspectiva de diferentes agentes públicos vinculados à área da justiça e segurança pública, entrevistados por equipe do projeto de pesquisa "Território, Rede e Violência", no primeiro semestre de 2016, na cidade de Macapá. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e levantamento de campo, com ênfase na abordagem descritiva e exploratória, sendo utilizado geoprocessamento e análise de conteúdo temática das entrevistas. Os relatos dos agentes macro territoriais evidenciam que as áreas de maior incidência dos crimes violentos letais se concentram nos bairros da porção sul da cidade, em especial, nos bairros Congós, Araxá e Novo Buritizal e nas áreas de ponte, conhecidas regionalmente como rессacas. Atribui-se ao uso de drogas e ao comércio de entorpecentes a qualidade de elementos potencializadores dos conflitos interpessoais na dimensão dos territórios de Macapá. Também se destacam mortes decorrentes de confrontos entre polícia e população que nem sempre são contabilizadas.

Palavras-chave: Território, Letalidade Violenta, Agentes Públicos, Segurança Pública.

Abstract

This article aims to analyze the dynamics of violent lethality in the amapaense capital, from the perspective of different public agents linked to the area of justice and public safety, interviewed by a team from the "Territory, Network and Violence" research project, in the first half of 2016, in the city of Macapá. The study was developed through a bibliographical review and field survey, with emphasis on the descriptive and exploratory approach, using geoprocessing and analysis of the thematic content of the interviews. The reports of macro-territorial agents show that the areas with the highest incidence of lethal violent crime are concentrated in the neighborhoods of the southern part of the city, especially in the Congós, Araxá and Novo Buritizal districts, and in the bridge areas, known regionally as hangovers. The use of drugs and the narcotics trade is attributed to the quality of elements that enhance interpersonal conflicts in the territory of Macapá. There are also deaths resulting from clashes between police and population that are not always accounted for.

Keywords: Territory, Violent Lethality, Public Officials, Public Security.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos na investigação de campo e documental referente ao Projeto BRA/04/029: Segurança Cidadã/Pensando a Segurança Pública (edição especial homicídios – ano 2015), financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), denominado de “Território, Rede e Violência – agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas, vinculado aos cursos de Pós Graduação em Segurança Pública e em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que teve por encargo realizar a coleta e sistematização de dados relativos ao fenômeno da violência e homicídios, de modo a identificar os principais fatores de risco e a dinâmica destes crimes, nas cidades do grupo Região Norte que integram o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH) (BRASIL, 2016).

O objetivo deste estudo consiste em analisar a dinâmica dos crimes violentos letais na dimensão na capital amapaense, a partir da análise temática de entrevistas realizadas com agentes públicos, aqui especificamente denominados agentes macro territoriais, atuantes na área da justiça e segurança pública do Amapá.

A reflexão proposta estrutura-se em cinco tópicos principais: após esta introdução, o segundo inicia com uma breve discussão a respeito da segurança pública no cenário nacional e amapaense. O terceiro tópico aborda os materiais e métodos empregados na pesquisa. No quarto se discute a questão da dinâmica dos crimes violentos letais em Macapá, a partir da análise das entrevistas dos diferentes agentes macro territoriais. E, o último, apresenta as considerações finais.

2. BREVE CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

A questão da segurança pública no ordenamento normativo brasileiro se encontra contemplada no Artigo 144 da Constituição da República Federativa de 1988 (CF/88), o qual delinea que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, devendo a ordem pública, a incolumidade das pessoas e a defesa do patrimônio serem preservadas pelas seguintes forças policiais: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar que o rol constitucional de forças policiais tem caráter taxativo, não podendo ser criados outros órgãos policiais encarregados da segurança pública, em quaisquer dos níveis estatais, o que impede, assim, que órgãos autárquicos ou paraestatais não previstos na norma constitucional pratiquem atividades de segurança pública (LAZZARINI, 1998).

Contudo, nota-se, que a definição na esfera constitucional não é clara quando se trata de conceituar segurança pública, pois a medida que assegura direitos e discrimina as instituições públicas encarregadas de provê-la, não circunscreve a real significação do termo, demonstrando, assim, que se está diante de um conceito “em aberto”, “em construção”. Nesse cenário, Costa e Lima (2014) relatam dificuldades analíticas no que se refere a compreensão do significado de segurança pública, considerando suas múltiplas dimensões e desdobramentos. Para os autores:

Diferentes posições políticas e institucionais interagem para que segurança pública não esteja circunscrita em torno de uma única definição conceitual e esteja imersa num campo em disputas. Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais (COSTA; LIMA, 2014, p. 482).

Acrescenta-se a essa perspectiva, o observado por Lima et al. (2015, p. 125) que ao que parece ser “por uma opção do nosso ordenamento jurídico, tanto a segurança pública como a ordem pública são conceitos empiricamente operacionalizados pelas instituições do sistema de justiça criminal”, sendo que cabe, particularmente, às polícias, manejá-los de acordo com o público alvo de sua vigilância e das opções político-institucionais que guiam tais instituições. Isto denota a natureza genérica da legislação pátria, quando da aplicação de um conjunto de ações necessárias à lei e à ordem (GOMES, 2005).

Nesse sentido, verifica-se que não há na legislação, na jurisprudência e na doutrina brasileira, uma definição clara e precisa dos limites e significados dos conceitos de segurança pública e de ordem pública, sendo estes frutos da prática cotidiana em que são utilizados para legitimar e justificar posições e ações (LIMA et al., 2013).

A segurança pública se constitui em um campo organizacional formado por diversos aparelhamentos que atuam direta ou indiretamente na busca de soluções para os problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violências (COSTA; LIMA, 2014).

No âmbito do Amapá, a Constituição do Estado em seu Artigo 75 trata do tema segurança pública, subordinando as forças policiais ao governador do Estado:

Art. 75. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, subordinados ao Governador do Estado:

I - Polícia Civil;

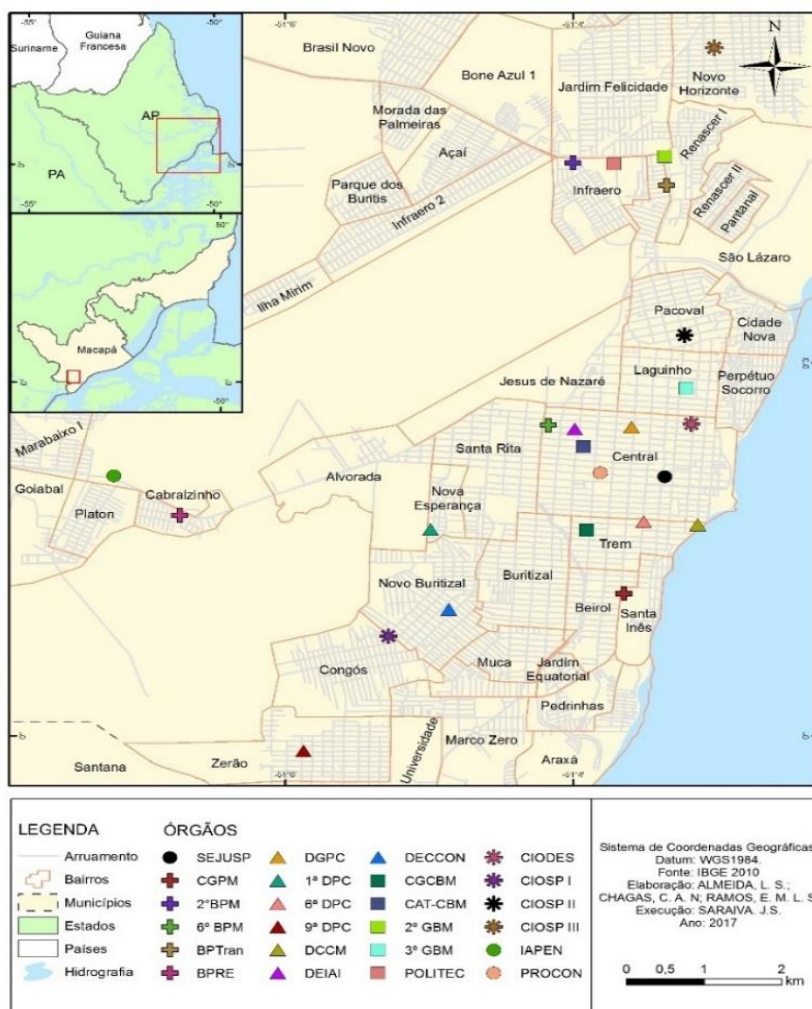
II - Polícia Militar;

III - Corpo de Bombeiros Militar;

IV - Polícia Técnico-Científica (AMAPÁ, 1991, p. 28).

É importante destacar que além dos órgãos mencionados na transcrição anterior, integram a estrutura atual da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP), na qualidade de entidades vinculadas, o Instituto de Administração Penitenciária (IAPEN) e o Instituto de Defesa do Consumidor (PROCON) (AMAPÁ, 2015).

Figura 01 - Distribuição espacial dos órgãos e entidades de segurança pública na cidade de Macapá-Amapá.



Fonte: IBGE (2010) – Adaptado pelos autores (2017).

No contexto específico do arranjo institucional da segurança pública no Amapá, existe o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES)²⁴, além de três centrais de segurança pública, denominadas Centros Integrados de Operações em Segurança Pública (CIOSP), localizados nos bairros Congós, Pacoval²⁵ e Novo Horizonte. Estes órgãos e os demais a eles vinculados se encontram distribuídos espacialmente no território da capital amapaense, conforme o disposto na Figura 01.

Referente à Polícia Militar²⁶, a capital concentra oito das quatorze unidades operacionais, sendo cinco delas especializadas: Batalhão de Operações Especiais (BOPE), Batalhão de Rádio Patrulhamento Motorizado (BRPM), Batalhão de Guarda, Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) e Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRE), e outras três unidades de área responsáveis pelo policiamento ostensivo geral, 1º, 2º e 6º Batalhões de Polícia Militar (BPM). As outras seis unidades operacionais estão distribuídas nos demais municípios (AMAPÁ, 2015).

No que concerne à estrutura da Polícia Civil, existem três Departamentos de Polícia subordinados à Delegacia Geral de Polícia Civil (DGPC): Departamento de Polícia da Capital (DPC), responsável pelas Delegacias de Polícia Civil (DPC) dos bairros; Departamento de Polícia Especializada (DPE), sendo a este vinculadas além das delegacias especializadas localizadas no CIOSP II, a delegacia especializada em crimes contra a mulher (DCCM), a delegacia especializada na investigação de atos infracionais (DEIAI) e a delegacia de crimes contra o consumidor (DECCON); e o Departamento de Polícia do Interior (DPI), responsável pelas unidades de polícia que funcionam no interior do estado (AMAPÁ, 2015).

O Corpo de Bombeiros Militar²⁷ está presente em quatro municípios do estado (Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Vitória do Jari), além da capital, onde estão localizados quatro Grupamentos Bombeiros Militares (GBM) e o Centro de Atividades Técnicas (CAT-CBM).

A Polícia Técnico-Científica é o órgão governamental responsável por executar as ações periciais criminais, organizada em quatro departamentos técnico-científicos: Departamento de

²⁴ A quem compete gerenciar os serviços de atendimento e despacho de ocorrências, via serviço 190, integrando os controles operacionais da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC), Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e do Instituto de Polícia Técnico-Científica (POLITEC) (AMAPÁ, 2015).

²⁵ O CIOSP do bairro Pacoval concentra as Delegacias de Polícia Especializada, a saber: delegacia especializada em crimes contra o meio ambiente (DEMA), delegacia especializada de tóxicos e entorpecentes (DTE), delegacia especializada em acidentes de trânsito (DEATRAN), delegacia de homicídios (DECIPE), delegacia de polícia interestadual (POLINTER) e delegacia de crimes contra o patrimônio (DECCP).

²⁶ O Complexo do Quartel Comando Geral da Polícia Militar (CGPM) abriga as unidades operacionais: 1º BPM, 5º BPM (BOPE), 8º BPM (Batalhão de Guarda) e 10º BPM (Batalhão de Rádio Patrulhamento Motorizado).

²⁷ O Complexo do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar abriga o quartel do 1º Grupamento Bombeiro Militar (1º GBM).

Criminalística, Departamento de Identificação Civil e Criminal, Departamento de Medicina e Odontologia Legal e Laboratório Forense (AMAPÁ, 2015).

É importante salientar que a condição de distribuição das instituições de governo em um território se mostra como uma das condições fundamentais a ser respeitada para a realização da cidadania (CASTRO, 2003).

Dessa forma, a territorialidade constituída a partir da presença de instituições públicas nas suas diversas áreas de atuação, pode criar uma nova dinâmica de organização espacial, levando, sobretudo à redução das desigualdades socioespaciais na dimensão da segurança pública (PINTO; PELUSO, 2014).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo, onde merece destaque a coleta de informações primárias no âmbito particular dos agentes integrantes da segurança pública da capital amapaense, viabilizada por meio de 15 entrevistas realizadas por equipe do Projeto de Pesquisa “Território, Rede e Violência” durante o primeiro semestre de 2016, sendo os diálogos gravados, com a devida concordância dos informantes, e posteriormente, transcritos para serem apreciados.

Os locais previamente contatados para visita técnica e que foram priorizados para a realização do levantamento de campo foram: Secretaria Estadual de Segurança Pública, Comando Geral da Polícia Militar, Delegacia Geral de Polícia Civil, Delegacia de Homicídio, Guarda Municipal, Centro Integrado de Operações de Defesa Social, Polícia Técnico-Científica e Ministério Público (restringindo-se à Promotoria de Justiça de Investigações Cíveis, Criminais e de Defesa da Ordem Tributária).

Recorreu-se a pesquisa das informações secundárias junto ao sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC) da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), disponibilizadas no mês de maio de 2016, referentes ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, abrangendo os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)²⁸.

No que diz respeito às técnicas, fez-se uso do geoprocessamento para representação cartográfica, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG) (CÂMARA et al., 2004),

²⁸ Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) é uma categoria criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social (BRASIL, 2006), sendo neste estudo abrangidos o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial.

com adaptações da base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, por meio do software ArcGIS 10.1, sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial do município.

A abordagem qualitativa foi realizada através da análise de conteúdo, baseada nos vocábulos “violência” e “homicídio”, para se compor as categorias analíticas, sendo o tratamento organizado em três fases: 1) pré-análise, através da leitura flutuante das entrevistas; 2) exploração do material, com posterior classificação e agregação dos dados em categorias; e, 3) tratamento dos resultados e interpretação dos dados, utilizando como base o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral (BARDIN, 2011).

Optou-se por extrair trechos das entrevistas, adotando-se como parâmetro para o agrupamento das categorias, fazê-lo por frequência de conteúdos comuns à maioria dos respondentes ou por relevância implícita de questão que não se repete no relato de outros entrevistados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

4.1 Território e criminalidade violenta letal em Macapá

Os agentes de segurança pública expuseram que os territórios de maior incidência dos crimes violentos letais em Macapá se concentram nos bairros da área sul da cidade, em especial nos bairros Congós, Araxá, Novo Buritizal, Perpétuo Socorro, Muca, Nova Esperança, Cidade Nova e nas áreas de ponte, conhecidas regionalmente como ressacas²⁹, que se caracterizam por serem porções periféricas, geralmente alagáveis, ocupadas de modo irregular e de difícil acesso, o que acarreta dificuldades tanto na locomoção (por passarelas de madeira) dos moradores quanto na presença do Estado, no que diz respeito, particularmente, à atuação das equipes policiais.

Existem dois bairros, na verdade, é o Congós e o Perpétuo Socorro. São dois bairros, um basicamente periférico, e o outro que tem uma área de ponte muito grande. Os dois, aliás, tem muita área de ponte, só que no Perpétuo Socorro a característica dele maior é essa. O entrave para a polícia chegar nesses locais é a área de ponte em que o acesso é muito difícil, e complica muito a vida dos policiais nessas situações. Até

²⁹ A palavra “ressaca” é utilizada regionalmente para denominar os lagos de várzeas existentes no Amapá, que surgem durante o inverno amazônico (dezembro a junho) e são provenientes do acúmulo das águas das chuvas nos rios e igarapés. Quando cessam as chuvas, as águas se restringem ao canal principal dos rios e as “ressacas” se transformam em grandes campos. Servem ainda como corredores naturais de vento, que amenizam o desconforto térmico e influenciam diretamente no microclima da cidade, em especial da Zona Norte de Macapá (TAKIYAMA et al., 2003).

para fazer o isolamento de local quando tem, porque às vezes a única passagem do povo é aquela ponte, e houve um homicídio tem que ser isolado (**Praça 1, Polícia Militar**).

Os bairros das áreas sul são os mais populosos e acreditamos que com essa concentração popular há uma maior incidência de crimes e de homicídios, não temos um direcionamento de qual bairro, mas acreditamos que o Congós por ser um bairro muito populoso tem uma geografia diferenciada porque existem várias pontes nesse bairro, nessas áreas de pontes de palafitas a ação da polícia é diminuta por conta, por exemplo, uma viatura de quatro rodas não adentra com facilidade, então, isso dificulta um pouco o trabalho da polícia militar (**Oficial 1, Polícia Militar**).

O que a gente observa é que os homicídios hoje eles se concentram mais nas áreas periféricas. E essas áreas mais periféricas tem uma série de ausências de serviços públicos, como educação, saúde, e existe uns elementos que são muito importantes, por exemplo, um dos bairros que vem mais acontecendo homicídios esse ano é o bairro Congós. O Congós é um bairro grande que tem muitas ramificações com áreas de pontes que ligam, se eu não me engano a outros bairros de Macapá, fazem integração (**Praça 2, Polícia Militar**).

No contexto brasileiro, Caldeira (2010) aponta que o processo de urbanização incompleto e desigual associado ao crescimento acelerado das cidades do país, para além dos contornos iniciais, tem como implicação a pressão sobre a disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos básicos, e a configuração de espaços suburbanizados. É neste cenário, segundo os relatos, que parece se inserir a capital amapaense, especialmente, quando se trata das áreas de ressaca.

Haesbaert (2014) expressa que a noção de “espaços perigosos” e/ou “espaços do crime”, como um discurso atrelado ao da noção de “risco” que pode ser redefinido principalmente a partir da valorização ou desvalorização de “espaços perigosos”, visivelmente ampliada no discurso dos agentes de segurança em Macapá.

Nesse panorama, parece se construir o que Haesbaert (2014) denomina de processo de “contenção territorial”, que no caso das áreas de ponte, cujas características coincidem com as das áreas de exclusão, se emolduram como barragens “naturais”, com caráter de isolamento, e inclusive de constrangimento, ao ocorrer o cerceamento à circulação de pessoas nesses espaços, o que pode indicar a aplicação de práticas de controle e até mesmo de resistência por parte dos agentes de segurança, onde se destacam as relações de poder envoltas na concepção de território, talvez aqui em seu viés mais simbólico (BOURDIEU, 1989).

4.2 Conhecendo os perfis: autor e vítima e suas relações

Os agentes macro territoriais associam o perfil da vítima ao menor de idade e ao jovem, predominantemente, do sexo masculino, de cor parda ou negra, com baixa escolaridade e

moradores de áreas periféricas, o que não difere daquele padrão delineado em outros estudos, como os de Soares (2008), Beato Filho (2012), Cerqueira e Moura (2014), Waiselfisz (2014), entre outros. Os jovens foram identificados como vulneráveis ao álcool ou com algum tipo de relação com o tráfico de entorpecentes e reincidentes no campo da criminalidade, como se observa nos relatos a seguir:

Talvez siga o mesmo padrão de vítimas do Brasil, são jovens de baixa renda, e estão nessa faixa de 15 a 29 anos de idade, é um perfil bem clássico, não é muito diferente daquilo que a gente tem a nível de Brasil, são homens, jovens, negros ou pardos, com baixa escolaridade (**Praça 2, Polícia Militar**).

São os nossos jovens, a grande maioria são as pessoas que não estão na escola, não estão no trabalho, não tem opção e oportunidades, são pessoas segregadas. Vivem marginalizadas, em decorrência eles migram para o tráfico de drogas, para o roubo e são vítimas das próprias gangues ou da própria sociedade (**Promotor de Justiça, Ministério Público**).

São pessoas mais novas que praticam [...] às vezes são detentos, ou fugitivos, ou estão naquela liberdade provisória. São mais jovens, homens. Mulheres são bem poucos. É mais homem mesmo (**Praça, Corpo de Bombeiros Militar**).

Afeto à prática recorrente de crimes por parte das vítimas da letalidade violenta, a literatura relacionada aduz que o ingresso no mundo do crime não se processa exclusivamente com interesse meramente econômico, que leva o indivíduo a quebrar determinados elos de sociabilidade, e não raro, o faz caminhar dos crimes de menor potencial ofensivo em direção aos crimes contra a vida (CERQUEIRA; MOURA, 2015); pode também estar associada à questão da construção de uma reputação criminoso, pautada na cultura adversarial, e alimentada pela busca por uma posição, por *status*, o que perpassa pelo exercício contínuo de práticas de poder e respeito perante os demais (RATTON, 2014).

Atinente aos autores, geralmente segue um padrão semelhante ao das vítimas, quando estes sujeitos conseguem ser identificados. Sendo em sua maioria homens, jovens ou menores de idade e que já possuem alguma relação com atividades criminosas. Pesquisas anteriores destacam a categoria de homens enquanto grupo com maior probabilidade de se envolver com o crime (GOULD et al., 2002; ZALUAR, 2003).

Adiciona-se a isso, a concentração de crimes violentos nas áreas onde há um maior número de jovens, com baixa escolaridade e renda, além de baixos índices de emprego (CARDIA, 2007). Essa falta de perspectivas faz com que adolescentes e jovens sejam inseridos cada vez mais cedo no universo da criminalidade, em busca de ascensão, respeito e dinheiro (MARRA; BARP, 2013).

De outro lado, relato distinto aponta a figura do autor do crime violento letal com diferente contorno, especialmente, nos casos nos quais a autoria não está confirmada ou é desconhecida, onde se levanta a possibilidade de ser uma pessoa de classe média ou alta. Esta perspectiva de avaliação se mostra ímpar no contexto do que foi no geral relatado pelos agentes macro territoriais.

Por incrível que pareça, é muito difícil está envolvido baixa renda, são pouquíssimos casos de baixa renda, a maioria é média a alta, principalmente é média, são poucos os casos de baixa renda (**Agente 1, Polícia Civil**).

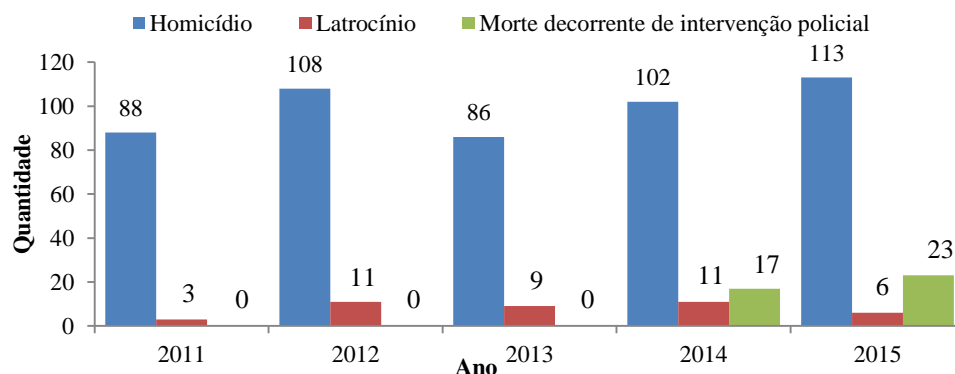
A respeito da relação entre autor e vítima, a maioria dos entrevistados avalia que já possuíam alguma afinidade anterior à prática da violência, são vizinhos ou conhecidos, ou há certa proximidade entre as partes ou frequentam um mesmo ambiente, confiando ao uso de álcool como potencializador de conflitos interpessoais. Houve indicativo de certo nível de planejamento, inclusive, com caráter de prestação de serviço.

A vítima e o agressor têm algum tipo de relação. Às vezes ficam bebendo em um bar, ou casa, aí surge uma briga, do nada acontecem mortes, maior parte por bebidas (**Perito Criminal 2, Polícia Técnica**).

Os crimes são muitas vezes planejados. Muitas pessoas são contratadas para tirar uma vida ou dá apenas um susto (**Delegado 1, Polícia Civil**).

Nesse contexto da relação entre autor e vítima, Smith (2001) determina três tipologias de homicídios caracterizadas a partir da relação autor/vítima, em “amigos/conhecidos”, “relações amorosas” e “homicídios na sequência de roubo”; ou segundo Salfati (2000) em “expressivo”, no qual o objetivo do agressor é provocar sofrimento à vítima e “instrumental”, praticado usualmente para se conseguir a apropriação de bens materiais.

Figura 02 – Dinâmica dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá-Amapá (2011-2015).



Fonte: GEAC-SEJUSP/AP (2016) - Elaborado pelos autores (2017).

No caso de Macapá, de acordo com os dados quantitativos obtidos para o período em análise, o óbito é decorrente em sua maioria do homicídio (497), seguido em iguais números, pelo latrocínio (40) e pela morte decorrente de intervenção legal (40), conforme pode ser observado na Figura 02. Esclarece-se que em atendimento à recomendação emanada pela SENASP/MJ e implementada pelo sistema de banco de dados da SEJUSP/AP, a partir de 2014, adotou-se metodologia que categoriza as mortes decorrentes de intervenção policial em separado dos demais registros de mortes violentas intencionais, de modo a não gerar contagem em duplicidade. Isto significa dizer que nos anos anteriores a 2014, o número de óbitos decorrente de intervenção policial encontra-se distribuído na categoria geral de homicídios.

4.3 Possíveis determinantes da criminalidade violenta

Os agentes macro territoriais apontam diferentes circunstâncias determinantes da letalidade violenta em Macapá, como decorrente do desemprego, da falta de ocupação, de motivos banais, de conflitos interpessoais, de disputas de gangues, com destaque para o uso de drogas e o acerto de contas relativo ao comércio de entorpecentes. Isto dentro de uma dinâmica social complexa e genericamente excludente, associada às deficiências institucionais, de legislação e desorganização do sistema de segurança pública, que contribuem para a permanência da impunidade (ZIMRING, 2007; CERQUEIRA et al., 2007).

Ao tráfico de drogas onde há uma rixa entre as quadrilhas, na verdade rixa de forma generalizada não no contexto criminal, mas sim quando há divergências entre as quadrilhas, disputa por território (**Promotor de Justiça, Ministério Público**).

É os fatores de ambientes externos como o desemprego, a questão da legislação penal que é muito arcaica, ela favorece o infrator, desestimula os agentes de controle que são as polícias (**Gestor de Segurança Pública**).

Geralmente se envolverem em rixas, também roubo, latrocínio, bebedeira, inclusive acidentes [...] às vezes é acerto de contas, situação de droga também está relacionada (**Oficial 2, Polícia Militar**).

O tráfico de drogas ele é tendencioso porque ele vai onde o Estado não está, por exemplo, você chega a uma periferia dessas onde o grau de instrução é muito baixo, onde não tem emprego para todo mundo, onde a escola fica longe, onde não tem investimentos em infraestrutura, por exemplo, a iluminação, são áreas de ressacas não tem saneamento básico, enfim o traficante vai em cima dessas pessoas e começam a aliciar esses jovens (**Oficial 1, Polícia Militar**).

Recente estudo diagnóstico afeto aos homicídios em Macapá, realizado por Engel et al. (2015), sinalizou que os indicadores violência interpessoal, conflitos de gangues e drogas e carência da presença de instâncias do Estado como determinantes positivos e graves, indicando ainda, que os indicadores violência doméstica e conflitos entre polícia e população se destacam negativamente, de forma intermediária.

Nesse sentido, houve importante relato entre os agentes macro territoriais, de mortes decorrentes de confrontos entre polícia e população que nem sempre são contabilizadas. Fato que causa preocupação, pois pode indicar que não está havendo investigação e acompanhamento adequado das ocorrências com resultado morte envolvendo policiais.

Outra coisa também que tem ocorrido muito aqui é a questão das mortes pelas mãos dos policiais, e que claramente nas perícias ‘a gente’ nota que as versões dadas pela polícia são totalmente contraditórias pelo o que a gente percebe em relação ao local, a versão dos policiais é que: reagiu, e que estava armado e a pessoa efetuou disparos de armas de fogo contra eles e a polícia veio a revidar (**Perito Criminal 1, Polícia Técnica**).

Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança, o estado do Amapá registrou a maior taxa de letalidade policial no Brasil em 2015, o que corresponde a uma taxa de 5 pessoas mortas a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2016). Dessa forma, é válido ponderar que a letalidade decorrente do uso da força na ação policial, ainda que evitável, é um resultado possível (BUENO, 2014). Contudo, o que não pode deixar de se vislumbrar é a importância de se discutir a letalidade na ação policial como condição necessária para aproximar as instituições policiais da comunidade e romper com a crescente violência que naturaliza os homicídios, segundo alerta Cerqueira et al. (2016).

4.4 Políticas públicas de segurança

Em termos de políticas públicas de segurança no país, as reflexões são relativamente recentes, o que se traduz na superação histórica de intervenções de caráter reativo até a ascensão da questão da criminalidade e insegurança pública, enquanto graves problemas sociais, se tornarem temas mais incisivos dentro do debate político brasileiro (ZALUAR, 1999; CANO; RIBEIRO, 2007).

Grande parte dos agentes macro territoriais relata que geralmente se apuram os fatos, mas que não se busca reduzir ou prevenir efetivamente os homicídios e outros tipos de crime, alegando ausência de planos específicos para a prevenção dos homicídios.

Não existe nenhum tipo de programa diretamente. O que existe são algumas solicitações de dados enquanto o monitoramento dos nossos números de homicídios na capital e no Estado (**Praça 2, Polícia Militar**).

Cano e Ribeiro (2007) apontam que as políticas públicas de homicídios no país são relativamente raras, considerando o caráter mutável deste tipo criminal, que não comporta padrões, onde não há, inclusive, um arcabouço teórico único e consistente.

Nesse direcionamento, Costa e Lima (2014, p. 482) afirmam que diferentes posições políticas e institucionais interagem para que a segurança pública não esteja limitada em torno de um só conceito e esteja imersa num campo em disputa, trata-se “mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais”.

No âmbito de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal no intuito de prevenir, investigar e propriamente mitigar os números de homicídios, os agentes públicos mencionam que a criação da SENASP foi algo importante, no que concerne a disponibilização de investimentos via convênio. Contudo, há certo indicativo de que a relação SENASP e estado do Amapá, pauta-se, predominantemente, em política de financiamento de projetos, carecendo de uma maior dinâmica de cooperação quando se trata de elaboração e implantação de planos sistêmicos na área de segurança pública.

A criação da SENASP foi muito importante para os estados, ela compartilhou a responsabilidade da segurança com os estados [...] nós não temos recurso para investimentos, então essa possibilidade da SENASP ofertar e disponibilizar esses convênios para adquirirmos bens, patrimônio e investimento para Segurança Pública é fundamental (**Gestor de Segurança Pública**).

Uma coisa certa é que grande parte dos recursos que nós executamos a nível de segurança pública são verbas federais, através de convênios via Secretaria Nacional de Segurança e Ministério da Justiça (**Praça 2, Polícia Militar**).

Alguns agentes macro territoriais apontam a existência de projetos sociais em funcionamento no âmbito da Polícia Militar, como: Cidadão Mirim, Campeões do Amanhã, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência e o projeto Peixinhos Voadores.

Os ‘Peixinhos Voadores’ é um projeto que tem mais de 10 anos na Polícia Militar em que o professor teve a ideia de criar uma escolinha de natação de forma a trazer as crianças para dentro do quartel para ensinar a prática de natação, do esporte, temos aulas de cidadania, enfim, é um projeto muito belo onde a Polícia Militar tem mais de 1.000 crianças que já passaram pelos Peixinhos Voadores (**Oficial 1, Polícia Militar**).

A Diretoria de Ação Social da polícia, ela trabalha os projetos sociais, aí tem 'Cidadão Mirim', 'Campeões do Amanhã', tem o próprio 'PROERD' [Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência] que trabalha nas escolas e estatisticamente a maioria desses jovens que fazem esses cursos, eles não entram na criminalidade, até porque tem o acompanhamento durante o projeto, então, nossa polícia trabalha muito forte nisso, prevenção, e como instituição fora a gente [...] não tem um órgão que trabalhe, que desenvolva um projeto com a polícia militar, eu não tenho conhecimento (**Oficial 2, Polícia Militar**).

Verifica-se que as iniciativas descritas pelos entrevistados, assentam-se no nível chamado de prevenção primária, que quando aplicado no campo da segurança pública, buscam evitar que o crime e a violência ocorram, por meio de medidas que se dirigem à população como um todo, segundo lembra Silveira (2014). A autora ainda destaca que é necessário estabelecer no contexto da prevenção, em termos qualitativos, uma complementaridade de técnicas e métodos preventivos por meio de abordagem multidisciplinar, envolvendo indivíduos, comunidade, recursos humanos, instituições e sistema de justiça criminal do Estado.

4.5 Segurança pública: dificuldades enfrentadas

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos agentes macro territoriais, destaca-se o quesito cena do crime, que na verdade, acaba por ser dificilmente informada de modo preciso, em virtude do “amadorismo” na coleta e organização das informações e também no que concerne ao embaraço decorrente da atuação das polícias no momento da chegada ao local de crime, no sentido de não o alterar. Materializam-se, assim, como maiores entraves, a questão da prova material e testemunhal.

O ser humano é movido por um sentimento de curiosidade que eu caracterizo como “curiosidade mórbida”, junto com isso tem o acesso a essas mídias sociais, através dos telefones celulares, em que as pessoas, os populares que visualizam um homicídio, que encontram um local de homicídio, adentram nele, tiram fotos, movimentam o cadáver, levantam objetos das posições originais. Da mesma forma em que as polícias ostensivas acabam, na intenção de investigar melhor, movimentando a cena do crime, acaba sendo prejudicial a polícia científica, e para a polícia judiciária dar a resolução com maior velocidade, por conta da alteração da cena do crime (**Perito Criminal 2, Polícia Técnica**).

É a questão da prova, a prova é um problema que nós temos. A principal prova na legislação do Brasil é a testemunha, nós poderíamos ser muito mais objetivos, onde se a gente tivesse uma prova material, como uma filmagem, alguma coisa dentro da polícia técnica que pudesse afirmar que aquela arma é de onde saiu aquele projétil, é daquele assassino, através da impressão digital. Porque muitas vezes, nós não conseguimos ter essa prova técnica, e como não podemos ter essa prova técnica,

nós dependemos justamente das testemunhas. E muitas vezes, demora muito tempo **(Delegado 2, Polícia Civil)**.

Outra questão apontada de modo recorrente pelos agentes públicos, como outros obstáculos na execução do trabalho das polícias são efetivos insuficientes, escassez de treinamento, carência e defasagem dos equipamentos, baixos investimentos em políticas de valorização profissional e a falta de planejamento integrado das ações. Além disso, atribui-se à situação financeira do estado, tido como possuidor de poucos recursos, os baixos níveis de investimentos em várias áreas de atuação governamental, o que não se restringe à área de segurança pública.

Eu acho que deveria ser dada uma maior estrutura de equipamentos e homens, que eu sei que quantidade não é qualidade, mas estrutura e treinamento ajudam muito **(Praça 3, Polícia Militar)**.

Investir no policial, investir nas estruturas da instituição, na formação do policial, aí vem uma série de coisas: bom salário, política de valorização, não só para o policial militar, mas para os servidores da segurança pública **(Oficial 2, Polícia Militar)**.

Então assim, o grande problema nosso hoje enfrentado na Polícia Militar do Amapá chama-se efetivo. (...) Vou dizer uma coisa muito particular que às vezes as pessoas não entendem muito, mas seria bom frisar, existe o orçamentário e o financeiro, então não adianta aumentar o orçamento se não for garantir o financeiro, aqui acontece muito isso, nós saímos de um orçamento pífio de 7 milhões para 11 milhões, isso é muito pouco, não dá para nada, e o que é pior, a Polícia Militar é a única a nível de secretaria que consegue executar seu orçamento quase em sua totalidade, mas acontece que a Secretaria de Planejamento e Secretaria de Orçamento e Finanças não consegue honrar as cotas que deveriam passar mês a mês, e com isso sofre a Polícia Militar, sofre com combustível, com pneu, sofre por melhores equipamentos, rádios por exemplo. As unidades da capital e do interior sofrem para manter seus edifícios, e assim já estou há mais de 20 anos na polícia militar e eu acredito que esses são os piores tempos que eu estou vivenciando na segurança pública como um todo, e o Governo Federal por mais que exista a SENASP que investe, mas ainda eu acho uma carga muito pesada para a Polícia Militar como, por exemplo, falta políticas públicas da seguinte forma, a educação tem uma verba carimbada, a saúde tem verba carimbada e porque a segurança não tem verba carimbada? Se uma coisa está atrelada a outra, se a saúde, educação e segurança fazem parte daquele tripé, digo mais se falta educação com certeza irá faltar segurança, uma coisa puxa a outra. Então, a segurança pública é o primo pobre dessa história e as secretarias do estado não estão dando conta de cumprir seu papel funcional **(Oficial 1, Polícia Militar)**.

Outro ponto importante mencionado pelos entrevistados é a necessidade de um aumento, um maior estreitamento na relação entre a comunidade, polícia militar e os órgãos de segurança no geral.

A comunidade não tem relação de confiança com as polícias e se tivesse, seria diferente. A gente vê experiências fora do país, onde a relação da polícia com a sociedade, com a comunidade é tão forte, que as pessoas ligam

imediatamente para notificar não só a ocorrência, mas a intenção, a ameaça, a discussão [...] os barulhos de disparos em determinadas regiões. Então, eu creio que a solução para isso ela começa por uma política que tente reaproximar a polícia com a sociedade, a partir de uma relação de confiança (**Perito Criminal 3, Polícia Técnica**).

Observa-se que no cenário da prevenção da criminalidade urbana, a participação das comunidades locais deve ser promovida, além de ser acompanhada, em conjunto, pelo maior comprometimento dos agentes públicos com a atividade desempenhada pelas instituições policiais, por iniciativas nas diferentes esferas de governo, no sentido de construir uma consistente agenda de segurança pública de âmbito nacional, e por seu turno, transformar esta atividade em um serviço público de segurança (PAIXÃO, 1988).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pautou-se em compreender a dinâmica dos crimes violentos letais no território da capital amapaense, a partir do julgamento de entrevistas individuais, realizadas em duas escalas de análise: primeira, com profissionais envolvidos com a coordenação de ações no âmbito estratégico; e segunda, com profissionais que atuam no nível operacional, sendo ambos os grupos vinculados à área da justiça e segurança pública do Amapá.

Vale ressaltar que dentre os sujeitos analisados, se encontram distintos profissionais, agentes e delegados de polícia civil, praças e oficiais da polícia e do corpo de bombeiros militares, guardas municipais, peritos criminais e gestores das áreas da justiça e segurança pública, o que possibilitou alcançar uma variedade de impressões em relação à violência e aos crimes letais que se particulariza através do foco dos atores.

Importa considerar que o instrumento de pesquisa se baseou em um roteiro de entrevista para gestores e operadores da área da justiça e segurança pública praticamente iguais, distinguindo-se em termos de questionamentos específicos aplicados aos primeiros, a respeito de projetos, medidas e investimentos no campo da segurança pública, onde se buscou a todo momento deixar os informantes à vontade para fazer suas explicações, sem, no entanto, abrir mão do diálogo a partir de direcionamentos.

Determinou-se indispensável ressaltar a importância do papel dos múltiplos agentes e das instituições que integram e dinamizam a configuração do espaço urbano da segurança pública em Macapá, sendo possível a partir dos relatos dos agentes macro territoriais identificar que o problema da territorialização dos crimes violentos letais na cidade, conjuga fatores socioeconômicos, estruturais e individuais, que desenvolvem mecanismos específicos

de deterioração da segurança, que levam à prática de violências, que podem ter como resultado o óbito.

Nesta reflexão mostrou-se essencial o debate entre os diferentes níveis de atuação do poder estatal na área da segurança pública, balizados pela avaliação das ações e/ou omissões que envolvem a disposição dos equipamentos, de pessoal e políticas públicas implementadas (ou não) na dimensão do território amapaense, a fim de se tentar reduzir a mortalidade violenta na cidade de Macapá.

Observou-se nos discursos que a questão de segurança pública não se resume às organizações policiais, por mais que estas tenham papel central no debate público sobre este assunto (COSTA; LIMA, 2014). A investigação permitiu esclarecer o entendimento que os integrantes das instituições policiais têm sobre a questão da violência e do crime, no sentido de buscar elucidar como cada organização trabalha para controlar ou mesmo reduzir a criminalidade, por meio de políticas, programas ou medidas públicas de aplicação na escala local e estadual.

6. REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. Constituição (1991). **Constituição do Estado do Amapá**: promulgado em 20 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/constituicao_estadual_amapa.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- _____. Governo do Estado. **Plano Estadual de Segurança Pública 2015 a 2018**. Amapá: Sejusp, 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- _____. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.
- _____. **Projeto Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios**. Brasília: SENASP, 2016.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989.
- BUENO, S. Letalidade na ação policial. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 511-518, 2014.
- CALDEIRA, T.P. do R. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2010.

- CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (orgs.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.
- CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 51-78, 2007.
- CARDIA, N. **Jovens violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho**. Núcleo de Estudos sobre Violência, USP. 2007. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down074.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- CASTRO, I. E. de. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. In: **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez, 2003.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Custo da juventude perdida no Brasil. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (orgs.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Brasília: Ipea, 2014.
- _____. O Efeito das Oportunidades do Mercado de Trabalho Sobre as Taxas de Homicídios no Brasil. In: **Encontro da ANPEC**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files.pdf>>. Acessado em: 15 fev. 2017.
- CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; HANASHIRO, O.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. **Atlas da violência 2016**: nota técnica. n. 17, março. Brasília: Ipea/FBSP, 2016.
- COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. de. Segurança pública. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 482-490, 2014.
- ENGEL, C. L. (org.); PARESCI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.
- FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Edição X. São Paulo, 2016.
- GEAC-SEJUSP/AP. Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá. **Sistema de Banco de Dados**. Macapá, 2016.
- GOMES, C. A. C. Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan., 2005.
- GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime Rates and Labor Market Opportunities in The United States: 1979 – 1997. **The Review of Economics and Statistics**, 84(1): 45-61, 2002.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- LAZZARINI, A. Reforma Administrativa - Segurança Pública - Desconstitucionalização. **A Força Policial**. São Paulo, nº 19, p. 22, jul./ago./set., 1998.
- LIMA, R. S.; SILVA, G. A. C.; OLIVEIRA, P. S. Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 7, n. 1, p. 58-83. São Paulo, fev./mar., 2013.
- LIMA, R. S.; SINHORETTO, J. C.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado** v. 30, n. 1, p. 123-144. jan./abr., 2015.
- MARRA, M. L. M. P.; BARP, W. J. Violência e transgressão na periferia de Belém: sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. In: BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C (orgs.). **Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais**. Belém: Paka-Tatu, p. 165-186, 2013.
- PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. A. (orgs.). **A democracia no Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988.
- PINTO, M. A. B.; PELUSO, M. L. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, **El control del espacio y los espacios de control**. Barcelona, maio, 2014.
- RATTON, J. L. Pobreza, Desigualdade, estrutura social e crime. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 591-603, 2014.
- SALFATI, C. **The Nature of Expressiveness and Instrumentality in Homicide: Implications for Offender Profiling, Homicide Studies**. v. 4, nº 3, 265-293, 2000.
- SILVEIRA, A. M. A prevenção do crime e segurança comunitária. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (orgs.). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 539-546, 2014.
- SMITH, M. **A New Era of Homicide Studies? Visions of a Research Agenda for the Next Decade**. **Homicide Studies**. v. 4, nº 1, 3-17, 2001.
- SOARES, G. A. D. **Não matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q.; COSTA, W. J. P.; NASCIMENTO, H. S. Qualidade das Águas das Ressacas das Bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú. In: TAKIYAMA, L. R.; SILVA, A. Q. (orgs.). **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**. Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, p. 81-104, 2003.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2014: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2014.
- ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-95)**. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, v. 1, 1999.
- _____. Violência, Cultura e Poder. In: **Semiosfera - Revista de Comunicação e Cultura**, Rio de Janeiro, ano 3, ed. especial, dez., 2003.
- ZIMRING, F. E. **The great American crime decline**. New York: Oxford University Press, 2007.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desta dissertação fundamentou-se em examinar e compreender a distribuição dos crimes violentos letais no espaço urbano da cidade de Macapá, entre os anos de 2011 e 2015, relacionando a ocorrência destes com indicadores demográficos, socioeconômicos, de infraestrutura e serviços públicos presentes nos bairros da capital; acrescendo-se a esta reflexão a análise temática de entrevistas realizadas com diferentes agentes sociais, os agentes territoriais locais e os agentes macro territoriais.

A escolha pela abordagem quantitativa e qualitativa, e a articulação de diferentes técnicas de análise dos dados primários e secundários, mostrou-se como estratégia cabível para a construção metodológica a que se prestou esta investigação.

Nesse contexto, é interessante apontar algumas das principais dificuldades enfrentadas no decorrer da pesquisa:

- i)* Alguns dos Boletins de Ocorrência Policial Militar não continham informações sobre todas as variáveis analisadas no estudo descritivo, como gênero/sexo, faixa etária, faixa de hora, meio empregado e local da ocorrência, sendo esta última bastante prejudicada, por não constar em um número razoável de registros a localização entre as ruas onde o crime ocorreu. Por essa razão, sopesa-se haver dificuldades das autoridades policiais em coletar e registrar as ocorrências criminais de modo sistemático;
- ii)* Verificou-se que não há lançamento de informações a respeito das circunstâncias em que se dão os crimes, além de não haver informações sobre dados socioeconômicas dos envolvidos, aspectos ambientais e de infraestrutura urbana, localização geográfica, implicações de perda ou dano material, entre outras;
- iii)* Observou-se que até o ano de 2013 a categoria homicídio agregou os registros de mortes violentas de forma geral, não levando em conta variantes relevantes que comprometem a elaboração de um diagnóstico mais preciso sobre a criminalidade letal no território da capital amapaense, sobretudo para anos anteriores;

- iv) Não foi possível espacializar as ocorrências referentes aos anos de 2011 e 2012 para os bairros investigados devido existir limitações de ordem espacial nos registros dos crimes letais, apontando recorrentemente o local da morte “hospital de emergência”, em vez do local exato onde se deu a ocorrência do crime, que é o aspecto mais importante ao se considerar a natureza deste estudo;
- v) Outra questão que em determinados momentos inviabilizou o cruzamento do sistema de banco de dados dos registros dos CVL com a base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, deu-se pelo fato das fontes consultadas não apresentarem um código único por bairro, além de existir desencontros afetos às delimitações de abrangência dos bairros, considerando-se, portanto, fundamental se avaliar variações na dinâmica espaço-temporal para cada bairro, o que se desprezado, pode conspirar contra a qualidade e a precisão de qualquer monitoramento contínuo.

A análise apresentada ao longo da pesquisa permite algumas considerações relevantes acerca da criminalidade violenta letal, identificadas a partir da percepção dos sujeitos, das variáveis e categorias analíticas examinadas.

Constatou-se que as práticas de crimes violentos letais se concentram no final de semana, à noite, se processam com uso de arma de fogo e em via pública, vitimando, sobretudo, homens jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Isto pode estar associado às formas de organização da vida coletiva na cidade de Macapá, onde é importante observar a relação entre os baixos indicadores demográficos, socioeconômicos e de infraestrutura pública e a maior concentração de ocorrências de CVL, destacando, que em geral, isto ocorre nas áreas com maior congestionamento habitacional, o que parece ser característico das aglomerações subnormais em Macapá, especialmente, nas áreas de ressaca.

A aplicação da análise fatorial e de correspondência, elaborada com a finalidade de mensurar a relação consolidada entre os diferentes Índices de Desenvolvimento dos Bairros de Macapá (IDBM) e a Quantidade dos Crimes Violentos Letais (QCVL), apesar de indicar que é consistente entre si, por meio basicamente de dois tipos de relação: Alto IDBM-Alta QCVL e Baixo IDBM-Baixa QCVL, com o pressuposto da maior concentração dos CVL estar se processando nas áreas mais urbanizadas e de maior adensamento populacional na capital, não é por si só condição suficiente para explicar a maior concentração de CVL no território dos bairros de Macapá.

Os agentes territoriais, representantes do poder político, poder econômico, poder social e da comunidade local aparecem como sujeitos elementares na construção de reflexões sobre a realidade do espaço local enquanto recorte socialmente construído. Nesse cenário, torna-se essencial valorizar e reconhecer o território como referência de palco de disputas, posto que nele se realizam “atividades” e materializam-se diferentes “projetos”, tendo em vista continuamente novas formas de organização, produção e reprodução de vida. É nesse conjunto, que este estudo se processou ao utilizar a categoria de território na dimensão do vivido e apropriado, como auxiliar no sentido de se conhecer parte do panorama intraurbano da cidade de Macapá.

Observou-se que os mapas de fenômenos da criminalidade não devem ser lidos separadamente da realidade territorial, porque tanto a produção como a transformação do espaço urbano se baseiam na interação e nos conflitos entre os agentes sociais, revelando as complexas relações de poder que se processam e se operam em múltiplas escalas no nível do território, particularmente, entre os agentes territoriais locais e os agentes macro territoriais. Pressuposto este que delimitou uma territorialidade da violência letal específica no território macapaense.

Verificou-se que a violência assim como os crimes violentos letais são fenômenos complexos e multicausais, que envolvem não só fatores econômicos, sociais e culturais, indicadores de forte desigualdade social, mas também práticas de atividades ilícitas, presença de gangues, deficiências institucionais e desorganização do sistema de segurança pública.

Como o sistema de banco de dados analisado não continha informações necessárias e essenciais para melhor se avaliar políticas públicas de segurança ou programas particulares, logo, qualquer conclusão com base apenas nessas estatísticas não serão totalmente úteis. Em função disso, é imprescindível pensar na utilização de outras possíveis fontes, no sentido de complementar ou confrontar as informações fornecidas pelos registros oficiais, para se mensurar de modo mais concreto o fenômeno da violência letal no espaço urbano de Macapá.

Dentre as principais macro causas apontadas pelos agentes sociais que explicam a quantidade de crimes violentos letais em Macapá, foram de modo mais recorrente, a violência interpessoal, os conflitos de grupos rivais em decorrência do comércio de drogas e a carência de instâncias do Estado, sendo ainda indicado, os conflitos entre polícia e população, de forma mais moderada.

Desse modo, considerando os dados, as entrevistas com os diferentes agentes sociais e os resultados das análises e características da dinâmica dos crimes violentos letais em Macapá, elaborou-se duas escalas de recomendações conforme o disposto no Relatório Final

da Pesquisa “Território, Rede e Violência” (CHAGAS et al., 2016), relacionadas ao enfrentamento da criminalidade violenta letal na capital amapaense, sendo na primeira, que leva em consideração a perspectiva dos agentes territoriais locais, seriam:

a) Melhoria das condições de infraestrutura e equipamentos públicos dos bairros com o maior número de crimes violentos letais, principalmente no que diz respeito a iluminação pública, saneamento básico e asfaltamento das vias;

b) Ampliação e melhor acesso aos serviços públicos, como: educação, saúde e segurança pública;

c) Necessidade de ampliação do policiamento nos bairros, principalmente a fim de evitar o tráfico e consumo de drogas;

d) Maior agilidade nas investigações e elucidação dos CVL;

e) Promoção de programas sociais de inclusão dos jovens no mercado de trabalho a partir de cursos de qualificação profissional;

f) Criação de áreas de lazer e recreação nos bairros, objetivando ocupar o tempo livre dos jovens;

g) Expansão do policiamento comunitário em locais estratégicos nos bairros de maior concentração dos CVL.

A segunda, que concerne às recomendações para os entes do estado e município, levando em consideração a perspectiva dos agentes macro territoriais, com base especialmente, na necessidade de desenvolvimento de ações de prevenção e de melhoria em aspectos estruturais relacionados ao trabalho da segurança pública, seriam:

a) Maior investimento financeiro na área da segurança pública;

b) Ampliação e melhoria da parceria entre as instituições que compõem a segurança pública no Amapá, visando à promoção de ações conjuntas e a troca de informações produzidas por cada instituição;

c) Aumento do efetivo policial, principalmente nos bairros que apresentam maior concentração de CVL;

d) Melhoria nos programas de proteção às testemunhas;

e) Valorização dos agentes de segurança pública, a partir da melhoria das condições salariais, melhores equipamentos de trabalho e capacitação;

f) Melhoria na capacidade de investigação dos CVL, associado à padronização da atuação das perícias e adequada preservação do local do crime;

g) Maior rigidez na aplicação das leis contra os crimes de tráfico, roubo e furto, no intuito de diminuir a prática criminosa reincidente;

- h) Criação e/ou ampliação dos espaços de lazer e áreas de convivência coletiva, como quadra de esportes, praças, etc.;
- i) Ampliação de programas de prevenção voltados para a população jovem em territórios vulneráveis.

3.2 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Após a conclusão desta pesquisa, observou-se que o conhecimento produzido sobre os crimes violentos letais no âmbito do território macapaense é ainda bastante limitado, precisando de novos estudos, tanto de caráter mais geral quanto mais específico, sobre o contexto da violência e criminalidade não só na capital, mas que também abarquem os demais municípios do Amapá, dentre os quais sugerem-se os que visem:

- 1) Analisar a evolução da letalidade violenta correlacionada com a evolução de indicadores sociais;
- 2) Investigar os fatores de risco e o contexto de cada categoria dos crimes violentos letais;
- 3) Analisar as características das áreas de maior letalidade violenta, a partir do georreferenciamento dos locais de ocorrência e de residência das vítimas, correlacionando o perfil das vítimas, as características do território, com a maior ou menor incidência da violência letal;
- 4) Investigar a reincidência na prática de delitos na esfera da violência letal, a fim de se identificar perfil socioeconômico e criminal dos autores, o que pode permitir entender sobre os determinantes do ingresso na criminalidade;
- 5) Examinar o *modus operandi* dos crimes violentos letais;
- 6) Averiguar as taxas de esclarecimento dos crimes violentos letais, bem como a evolução das denúncias dentro do sistema de justiça criminal, o que pode esclarecer implicações do sistema que favorecem a impunidade;
- 7) Avaliar a implementação de políticas públicas em prol da assistência preventiva dos jovens em territórios vulneráveis, por meio de intervenções no plano social, educacional e de segurança, a partir de estratégias recreativas, educacionais, esportivas, profissionalizantes, etc.;
- 8) Outros possíveis estudos que possam auxiliar na compreensão dos demais crimes e seus determinantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e ordem. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 129-153, 2000.

_____. Temporalidade e espaços dos homicídios dolosos na capital paulista. In: **Olhar São Paulo - Violência e Criminalidade**, p. 27-34, 2008.

AMAPÁ. Governo do Estado. Polícia Militar. **Portaria Nº 001/2012 da Diretoria de Operações da Polícia Militar do Amapá**, dispõe sobre o desdobramento operacional da PMAP, 2012.

_____. Governo do Estado. Secretaria Estadual da Justiça e Segurança Pública. **Plano Estadual de Segurança Pública 2015 a 2018**. Amapá: Sejusp, 2015.

ARENDT, H. **A condição humana**. 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

_____. **Da violência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

_____. **Sobre a violência**. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BARATA, R. B.; RIBEIRO, M. C. S. de A. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. **Rev. Panam Salud Publica**, Washington, v. 7, n. 2, p. 118-124, 2000.

BARP, W. J. **Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997.

BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. P. de. (orgs.). **Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

BEATO FILHO, C. C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da; SILVEIRA, C. B. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-8, 1983.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: **Geografia Cultural, um século**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Código Penal**: Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. Ministério da Justiça. **Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia**. Brasília: SENASP, 2006.

_____. **Projeto Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

BRÍGIDO, E. I. Michel Foucault: uma análise do poder. In: **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013.

BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C. Violência e Segurança Pública: A Fadiga do Moderno Sistema de Controle Social. In: BARREIRA, C.; SÁ, L.; AQUINO, J. P. de. (orgs.). **Violência e Dilemas Civilizatórios: as práticas de punição e extermínio**. São Paulo: Pontes Editores, p. 233-250, 2011.

BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P.A. **Estatística Básica**. 8.ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; DRUCK, S.; CARVALHO, M. S. Análise espacial e geoprocessamento. In: DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. (orgs.). **Análise espacial de dados geográficos**. Brasília: Embrapa, 2004.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 51-78, 2007.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73, 2003.

CARLOS, A. F. A. Metageografia: ato de conhecer a partir da geografia. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, p. 9-23, 2015.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: B. Brasil, 1992.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.

CERQUEIRA, D. R. C.; FERREIRA, H.; LIMA, R. S.; BUENO, S.; HANASHIRO, O.; BATISTA, F.; NICOLATO, P. **Atlas da violência 2016: nota técnica**, IPEA, n. 17. Brasília, 2016.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, Segurança Pública e a Cartografia dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Boletim Amazônico de Geografia**. n. 1. Jan./jun. p. 186-204, 2014.

_____. **Projeto de pesquisa: Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas**, 2015.

_____. **Região, território e planejamento estatal: planejamento plurianual e desenvolvimento regional**. 190 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo

de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

_____. Tendências recentes de desenvolvimento regional e a gestão do território. In: SILVA, C. N. da. et. al. (orgs.). **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

CHAGAS, C. A. N.; NUNES, C.; SILVA, J. M. P. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014.

CHAGAS, C. A. N. et al. **Relatório Final da Pesquisa: Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas**. Brasília: Ministério da Justiça, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

FÁVERO, L. et al. **Análise dos Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÉLIX, S. A. Geografia do crime. São Paulo: **Revista de Geografia**, UNESP, v. 13, 1996.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, p. 155-168, 2005.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem Complicação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. P. P. F. **Como morre uma mulher?: configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco**. 394 f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife-PE, 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. In: **Etc, espaço, tempo e crítica**, n. 2 (4), v. 1, agosto, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialização**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. In: **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. 5.ed., Rio de Janeiro: Forense, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>>. Acesso em: 10 maio 2016.

KRUG, E. G. et al. (orgs.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4.ed., Paris: Anthropos, 2000.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, R. S.; BORGES, D. Estatísticas criminais no Brasil. In: LIMA, R. S. (org.); RATTON, J. L. (org.); AZEVEDO, R. G. (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 221-224, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MISSE, M. **Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MORAES, A. C. R. de. **Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 40-49, 2003.

ODALIA, N. **O que é violência**. 6.ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Global status report on violence prevention 2014**. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data: Luxembourg, 2014.

_____. **Estatísticas Mundiais de Saúde 2016: monitoramento da saúde para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2016. Disponível em: <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2016/en/>. Acesso em: 30 jan. 2017.

PAIXÃO, A. L. Violência urbana e políticas públicas de controle da criminalidade. In: VELLOSO, J. P. R. (coord.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, p. 179-191, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÃO, F. P.; WADI, Y. W. Espaço Urbano e Criminalidade Violenta: Análise da Distribuição Espacial dos Homicídios no Município de Cascavel, Paraná. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 2010.

RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, p. 79 - 94, 2005.

SAMPAIO, R. A. A violência do processo de urbanização. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, p. 55-84, 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6.ed., São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **Urbanização Brasileira**. 5.ed., São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, J. V. T. dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: **Revista Ciência e Cultura**, São Paulo, SBPC, v. 54, n. 1, p. 22-24, julho, 2002.

_____. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (orgs). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 11-24, 2007.

SAPORI, L. F.; SOARES, G. A. D. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2014.

SCHMID, C. A Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. In: GEOUSP – **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SILVA, B. **Criminalidade Urbana Violenta: Uma Análise Espaço-temporal dos Homicídios em Belo Horizonte**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

_____. **Desorganização, Oportunidade e Crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012

SILVA, B.; MARINHO, F. C. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: LIMA, R. S.; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R.G. de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 71-85, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et. al. (orgs.): **Geografia: Conceitos e temas**. 2.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VIANA, N. Espaço e sociedade a partir da contribuição de Karl Marx. In: **Territorial - Caderno Eletrônico de Textos**, v. 3, n. 4, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WALLIMAN, N. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ZALUAR, A. Democracia inacabada: fracasso da segurança pública. In: **Estudos Avançados** [online], v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1 – Roteiro de entrevista tipo 1 - Análise da percepção da violência e do homicídio entre agentes territoriais locais

1. Você acha que o bairro/região onde mora/trabalha é um lugar violento? Você se sente seguro, por exemplo, caminhando nas redondezas durante a noite?
2. Você se lembra de algum caso marcante de morte ou conhece pessoalmente alguém que foi assassinado no bairro/região nos últimos anos? O que motivou este crime, em particular?
3. As pesquisas dos órgãos da saúde e de segurança indicam que acontecem muitos assassinatos no bairro/região.
 - a. Em sua opinião, o que faz com que o bairro/região tenha muitas mortes?
 - b. Considerando os casos que você conhece, o que motiva alguém a matar outra pessoa?
4. Qual é o perfil das vítimas dos homicídios que ocorrem no bairro/região?
5. Qual é o perfil dos autores dos homicídios que ocorrem no bairro/região?
6. Você tem conhecimento de alguma medida que tenha sido tomada para ajudar a reduzir as mortes no bairro/região nos últimos anos? Caso se lembre, você acha que essa medida funcionou ou não? Por quê?
7. O que seria preciso fazer para reduzir esses homicídios? De quem dependem essas medidas?
8. Você conhece alguma instituição ou programa que atue para diminuir os homicídios no bairro/região? E para proteger as pessoas ameaçadas de morte? E para prevenir a violência de forma mais ampla? Que tipo de ação essas instituições e programas desenvolvem?
9. Qual é sua percepção sobre o trabalho da polícia em relação aos homicídios? Ela consegue prevenir os homicídios? Depois que ocorrem as mortes, ela investiga para encontrar os culpados e puni-los?
10. Com relação aos autores dos homicídios, o sistema de justiça cumpre o seu papel?
11. Como o Governo Federal atua na prevenção e redução de homicídios? O que poderia fazer melhor?

ANEXO 2 – Roteiro de entrevista tipo 2 - Análise da percepção da violência e do homicídio entre agentes macro territoriais locais

1. Você poderia dizer quais são as áreas onde acontecem mais homicídios no bairro/região? Por que os homicídios acontecem especialmente nessas áreas?
2. Que tipo de pessoa está envolvida nestas mortes? Você saberia descrever o perfil geral das vítimas dos homicídios que ocorrem nessas áreas?
3. E o perfil dos autores desses homicídios, você saberia descrever?
4. Em sua opinião, quais seriam as principais motivações desses homicídios?
5. E quais são as causas mais gerais que ajudam a entender o problema?
6. Detalhando um pouco mais o que você conhece sobre os homicídios, o que é mais frequente: a vítima e o autor já se conhecerem antes ou se conheceram apenas no momento do crime? O crime foi planejado com antecedência ou não?
7. Considerando as informações encontradas na cena do crime, quais as maiores dificuldades para investigar o crime de homicídio?
8. Você tem conhecimento de alguma medida/iniciativa/intervenção que tenha sido adotada para ajudar a reduzir as mortes no bairro/região nos últimos anos? Ela funcionou ou não? Por quê?
9. Quais são as maiores dificuldades que a polícia encontra para diminuir os homicídios nessas áreas? E o que poderia ser feito para melhorar a investigação, repressão e prevenção aos homicídios pelas polícias?
10. Você conhece alguma instituição ou programa que atue para diminuir os homicídios no bairro/região? E para proteger as pessoas ameaçadas de morte? Que tipo de ação essas instituições e programas desenvolvem?
11. Além das polícias, existem outros órgãos governamentais no âmbito federal, estadual e municipal que poderiam ajudar a prevenir a violência e os homicídios? Você avalia que existe uma articulação entre estes diferentes órgãos para prevenir os homicídios? O que poderia ser feito neste sentido?
12. Como o Governo Federal atua na prevenção e redução de homicídios? O que poderia fazer melhor?

ANEXO 3 – Normas para Submissão de Trabalho na “Revista Planejamento e Políticas Públicas – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA”

ipea
planejamento e políticas públicas ■ ppp

[CAPA](#) [SOBRE](#) [PÁGINA DO USUÁRIO](#) [PESQUISA](#) [ATUAL](#) [EDIÇÕES ANTERIORES](#)
[NOTÍCIAS](#) [SITE IPEA](#)

CAPA > [SOBRE A REVISTA](#) > **Submissões**

Submissões

[» SUBMISSÕES ONLINE](#)
[» DIRETRIZES PARA AUTORES](#)
[» DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL](#)
[» POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

Submissões Online

Já possui um Login/Senha para a revista Planejamento e Políticas Públicas?
[ACESSO](#)

Não tem Login/Senha?
[CADASTRO DE USUÁRIOS](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso ou login são obrigatórios para submissão como também para verificar o estágio das submissões.

Diretrizes para Autores

NORMAS AOS COLABORADORES DE PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

1. Os artigos enviados para seleção devem ser inéditos. A inclusão do artigo à Revista implica autorização para a sua publicação pelo autor.
2. Os trabalhos podem ser submetidos em português, inglês, francês ou espanhol. Aceitam-se, eventualmente, artigos traduzidos, já publicados em outro idioma que, pela sua relevância, mereçam divulgação em português.
3. A Revista reserva-se o direito de recusar trabalhos submetidos para publicação conforme a avaliação de seus pareceristas. Todos os trabalhos submetidos serão julgados por dois pareceristas, no processo de avaliação. Caso haja divergência entre os dois primeiros pareceristas, o artigo será encaminhado para um terceiro parecerista.
4. No caso dos artigos selecionados para publicação, os autores deverão enviar uma versão deles editada em Word (2007 ou posterior). Os artigos devem ser submetidos pelo site da Revista.
5. Cada artigo deve conter um resumo de cerca de 150 (cento e cinquenta) palavras, o qual propicie uma visão global e antecipada do assunto tratado. O resumo deve ser enviado em 4 (quatro) idiomas: português, inglês, espanhol e francês. Cada resumo deve conter até 5 (cinco) palavras-chave.

As fórmulas matemáticas devem ser claras e inseridas no próprio texto, jamais podem ser imagens à dupla interpretação. Se as definições de fórmulas forem observadas, o autor deverá apresentar a derivação completa em um anexo, o qual não será publicado.

Diferenças gerais para formatação dos artigos:

- Os artigos enviados devem ser manuscritos. Ou seja, qualquer referência aos autores nos corpos do texto deve ser excluída.
- O autor deve informar os dados de cada código no sistema de classificação de Journal of Economic Literature (JEL) – disponível no site [HTTPS://WWW.AEAWEB.ORG/JEL/JEL_CLASS_SYSTEM.PHP](https://www.aeaweb.org/jel/jel_class_system.php)
- Os artigos não devem exceder 30 (trinta) páginas considerando todos os elementos do artigo, inclusive as partes não textuais. O texto deve ser formatado em papel A4 (29,7 x 21 cm), espaço simples, letra Times New Roman, corpo 12, margens superior e esquerda com 3 cm e inferior e direita com 2 cm, justificadas.
- Dados de dados, editados em Microsoft Excel, versão 2007 ou posterior. No caso de gráficos, pode-se fazer a edição também em Corel Draw 3.0 e gravados deverão vir em arquivo separado, com extensão CDR, BLD, TIF, JPG e EPS, para possibilitar leitura magnética (obs.: não utilizar cores).
- As Notas devem aparecer no final de cada página, numeradas sequencialmente.
- O artigo deve seguir as normas estabelecidas pelo ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR-6023)
- As citações bibliográficas no texto devem obedecer, por exemplo, a forma (BARAT 1979) e, se for o caso, mencionadas de referência ao número da página citada (BARAT 1978, p. 15). A referência completa deverá ser apresentada no fim do artigo, em ordem alfabética, com, no caso de livros – autor(es), título completo do livro, ano e número da série ou coleção (se houver), edição, local, editor e mês de publicação, e no caso de artigos de periódicos – autor(es), título completo do artigo, título completo do periódico, local, número e volume, número de páginas, mês e ano de publicação.

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Todos

Pesquisar

Procurar

- [POR EDIÇÃO](#)
- [POR AUTOR](#)
- [POR TÍTULO](#)

USUÁRIO

Logado como...

leidiene Souza

- [PERFIL](#)
- [SAIR DO SISTEMA](#)

TAMANHO DE FONTE

☐ ☐ ☐ ☐

INFORMAÇÕES

- [PARA LEITORES](#)
- [PARA AUTORES](#)
- [PARA BIBLIOTECÁRIOS](#)

IDIOMA

Português (Brasil)

[AJUDA DO SISTEMA](#)

[SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS](#)

Itens de Verificação para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

Declaração de Direito Autoral

Proposta de Política para Periódicos de Acesso Livre

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- a. Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#) que permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- b. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- c. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja o [Direito do Acesso Livre](#)).

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ISSN: 01034138

ANEXO 4 – Normas Para Submissão de Trabalho na “Revista Mercator – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará – UFC”



ISSN 1984-2201 DOI 10.4215/RM0000.0000.0000


[PÁGINA INICIAL](#)
[SOBRE](#)
[CADASTRO](#)
[PESQUISA](#)
[ATUAL](#)
[ARQUIVOS](#)

[Página inicial](#) > [Sobre a Revista](#) > **Submissões**

Submissões

- » [Submissões Online](#)
- » [Diretrizes para Autores](#)
- » [Declaração de Direito Autoral](#)
- » [Política de Privacidade](#)

Submissões Online

Já possui um Login/Senha para a revista Revista Mercator?
[ACESSO](#)

Não tem Login/Senha?
[CADASTRO DE USUÁRIOS](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso ou login são obrigatórios para submissão como também para verificar o estágio das submissões.

Diretrizes para Autores

PRE-CONDIÇÕES À SUBMISSÃO DE PAPERS/PRECONDITIONS FOR SUBMISSION OF PAPERS

Os trabalhos submetidos à MERCATOR devem ser, impreterivelmente, inéditos e originais. The papers to be submitted to MERCATOR must be original and unpublished.

O conteúdo expresso é de inteira responsabilidade do autor, se furtando a revista de quaisquer responsabilidades. The author is entirely responsible for the paper's contents, the periodical reserving the right not to be held accountable for it.

Não é admitida submissão concomitante do trabalho em outros veículos de publicação. Submissions of the same paper to other publishing vehicles occurring at the same time are not allowed.

DA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS/ PRESENTATION OF PAPERS

O original deverá conter título do artigo (em português e inglês), nome completo do autor, titulação, instituição a que está vinculado, endereço para correspondência, telefone e fax de contato e e-mail. The paper must be given title, full names for all the authors, academic title, institution and author's e-mail address.

Título do artigo: o título, em português e inglês, deve ser breve e suficientemente específico e descritivo, contendo as palavras chave que representam o conteúdo do artigo. **Title of the paper:** A paper must have a short, straightforward title directed at the general reader. It should be brief and sufficiently specific and containing the key words. The title must be in Portuguese and English.

Resumo: deve ser incluído um resumo informativo de aproximadamente 200 palavras, em português, acompanhado de sua tradução para o inglês, espanhol ou francês, redigido conforme as normas da NBR 6028, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). **Summary:** The paper must be accompanied by a summary (200 words) setting out briefly and clearly the main objects and results of the work. It must be translated to English or French, written in compliance with the standards of ISO (NBR) 6028, the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT).

Agradecimento: agradecimento por auxílios recebidos para a elaboração do trabalho deve ser mencionado no final do artigo. Notas: nota referente ao corpo do artigo deve ser indicada com um número alto, imediatamente depois da frase a que diz respeito. Deverá vir no final do texto. **Acknowledgement:** Contributors may be acknowledged in a separate paragraph at the end of the paper and it should be as brief as possible.

Materiais gráficos: fotografias nítidas e gráficos (estritamente indispensáveis à clareza do texto) poderão ser aceitos, desde que no formato jpg, em versão colorida e com resolução mínima de 300 dpi's. Deverão ser assinalados no texto, pelo seu número de ordem, os locais onde devem ser intercalados. Se as ilustrações enviadas já tiverem sido publicadas, mencionar a fonte. Sua inclusão na plataforma deve ser realizada em

[Ajuda do sistema](#)

USUÁRIO

Login

Senha

Lembrar usuário

IDIOMA

Português (Brasil) ▾

CONTEÚDO DA REVISTA

Pesquisa

Todos ▾

Procurar

- [Por Edição](#)
- [Por Autor](#)
- [Por Título](#)

TAMANHO DE FONTE

INFORMAÇÕES

- [Para Leitores](#)
- [Para Autores](#)
- [Para Bibliotecários](#)

arquivos individuais, guardando as especificações supramencionadas.

Graphic materials: The graphics and photographs must be legible and clear to the reader and provided in jpg format (black and white or color). They must be indicated by serial number. If the illustrations submitted have already been published, mention the source.

Tabelas e Quadros: as tabelas e os quadros deverão ser acompanhados de cabeçalho que permita compreender o significado dos dados reunidos, sem necessidade de referência ao texto, obedecendo às normas de apresentação tabular, da Fundação IBGE em vigor. Devem também ter numeração seqüencial própria para cada tipo e suas localizações devem ser assinaladas no texto, com a indicação do número de ordem respectivo.

Charts and Tables: Charts and Tables are essential to understanding the communication. They must be accompanied header in order to understand the meaning of the information without reference to the text, according to the up dated rules of tabular presentation of the Brazilian Institute of Geography and Statistic - IBGE. They also have their own sequential numbering for each type and their locations must be marked in the text, indicating the order number.

DA NORMALIZAÇÃO DOS ARTIGOS/ STANDARD OF PAPERS.

Os artigos deverão ser submetidos a normalização da ABNT, a saber: NBR-10520 (informação e documentação - citações em documentos - apresentação) e NBR-6023 (informação e documentação- referências - elaboração) de agosto de 2002.

. Papers must be submitted to the ABNT standards: NBR-10520 (information and documentation - quotation - presentation) and NBR- 6023 (information and documentation - reference - elaboration) from August 2002.

NBR-10520

REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO/ GENERAL PRESENTATION RULES

. Nas citações, as chamadas pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou título incluído na sentença devem ser em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiverem entre parênteses, devem ser em letras maiúsculas.

. The author's surname must be quoted in lowercase outside brackets. When it in brackets, must be capitalized.

Exemplos/ Example:

A ironia seria assim uma forma implícita de heterogeneidade mostrada, conforme a classificação proposta por Authier-Reiriz (1982).";Apesar das aparências, a desconstrução do logocentrismo não é uma psicanálise da filosofia [...];(DERRIDA, 1967, p.293).

. Especificar no texto a(s) página(s), volume(s), tomo(s) ou seção(ões) da fonte consultada, nas citações diretas. Este(s) deve(m) seguir a data, separado(s) por vírgula e precedido(s) pelo termo, que o(s) caracteriza, de forma abreviada. Nas citações indiretas, a indicação da(s) página(s) consultadas é opcional.

. Specify in the text: the page, tome or section on the source consulted, when in direct quotes. They must follow the date, separated by a comma. In indirect quotations the indication of the pages consulted is optional.

Exemplos/ Example:

A produção de lítio começa em Searles Lake, Califórnia, em 1928 (MUMFORD, 1949, v.3, p.583).Oliveira e Leonardos (1943, p.146) dizem que a " [...] relação da série São Roque com os granitos porfirídeos pequenos é muito clara." Meyer parte de uma passagem da crônica de "14 de maio", de A Semana: " Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou [...]" (ASSIS, 1994, v.3, p.583).

. As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

. Three lines direct quotation must be enclosed in double inverted commas. Single inverted comma is used to indicate quotation within the quotation.

Exemplos/ Example:

Barbour (1971, p.35) descreve: "O estudo da morfologia dos terrenos [...] ativos [...]"; Não se mova, faça de conta que está morta." (CLARAC; BONNIN, 1985, p.72). Segundo Sá (1995, p.27): "[...] por meio da mesma 'arte de conversação' que abrange tão extensa e significativa parte da nossa existência cotidiana [...]"

. As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.

. More than three lines direct quotation must be highlighted with space of 4cm left margin using smaller letter in the text used. Inverted commas are not required.

Exemplos/ Example:

A teleconferência permite ao indivíduo participar de um encontro nacional ou regional sem a necessidade de deixar seu local de origem. Tipos comuns de teleconferência incluem o uso da televisão, telefone, e computador. Através de áudio-conferência, utilizando a companhia local de telefone, um sinal de áudio pode ser emitido em um salão de qualquer dimensão. (NICHOLS, 1993, p. 181).

SISTEMA DE CHAMADA/ CALL SYSTEM

. As citações devem ser indicadas no texto por um sistema de chamada: [...] autor-data.

. Quotations must be indicated in the text by a call system: [...] author-date

. Quando o(s) nome(s) do(s) autore(s), instituição(ões) responsável(eis) estiver(em) incluído(s) na sentença, indica-se a data, entre parêntese, acrescida da(s) página(s), se a citação for direta.

. When the author's name and responsible institution are part of the sentence you must indicate the date and the page in brackets (direct quotation).

Exemplos/ Example:

Em Teatro Aberto (1963) relata-se a emergência do teatro do absurdo. Segundo Moraes (1955, p.32) assinala ".....[...] a presença de concreções de bauxita no Rio Cricon.".....

. As citações de diversos documentos de um mesmo autor, publicados num mesmo ano, são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento, conforme a lista de referências.

. Quotations from different texts by the same author and published in the same year are distinguished by adding letters in alphabetic order after date without space, according to reference list.

Exemplos/ Example:

De acordo com Reeside (1927a)(REESIDE, 1927b).

. As citações indiretas de diversos documentos de vários autores, mencionados simultaneamente, devem ser separadas por ponto-e-vírgula, em ordem alfabética.

. Indirect quotations of different authors and documents listed simultaneously must be separated by a semicolon in alphabetic order.

Exemplos/ Example:

Ela polariza e encaminha, sob forma de ".....;demanda coletiva"....., as necessidades de todos (FONSECA, 19997; PAIVA, 1997; SILVA, 1997) Diversos autores salientam a importância do ".....;acontecimento desencadeador".....; no início de um processo de aprendizagem (CROSS, 1984; KNOX, 1986; MEZROW, 1991).

NBR 6023

REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO/ GENERAL PRESENTATION RULES

. As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto [...] em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo [...].

. References must be aligned to the left margin of the text [...] in single space and separated by double spacing [...].

. O recurso tipográfico negrito utilizado para destacar o elemento título.

. The feature bold typeface used to highlight the title element

MODELOS DE REFERÊNCIA/ MODELS OF REFERENCE

Livro/Book:

GOMES, L. G. F. F. *Novela e sociedade no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1988. 137p.

Capítulo de Livro/ Book chapter:

ROMANO, Giovanni. *Imagens da Juventude na era moderna*. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.) *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 7-16.

Folheto/Booklet:

IBICT. *Manual de normas de editoração do IBICT*. 2. ed. Brasília, DF, 1993. 41p.

Dicionário/ Dictionary:

HOUAISS, Antônio (Ed.). Novo dicionário Folha Webster's: inglês/português, português/inglês. Co-editor Ismal Cardim. São Paulo: Folha da Manhã, 1996.

Guia/Guide:

BRASIL: roteiros turísticos. São Paulo: Folha da Manhã, 1995. 319p.

Manual/Manual:

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA: manua de orientação. São Paulo, 1989. 48p.

Catálogo/Catalog:

MUSEU DA IMIGRAÇÃO (São Paulo, SP). Museu da Imigração - S. Paulo: catálogo. São Paulo, 1997, 16p.

Almanaque/Almanac:

TORELLY, M. Almanaque para 1949: primeiro semestre ou Almanaque d'A Manhã. Ed. fac-sim. São Paulo: Studioma: Arquivo do Estado, 1991.

Periódico/Journal:

MANSILLA, H. C. F. La controversia entre universalismo y particularismo en la filosofia de la cultura. Revista Latinoamericana de Filosofia, Buenos Aires, v.24, n. 2, primavera 1988.

COSTA, V. R. À margem da lei. Em Pauta, Rio de Janeiro, n.12, p.131-148, 1988.

Tese ou dissertação/Thesis and dissertation:

ARAÚJO, U. A. M. Máscaras inteiriças Tukúna: possibilidades de estudo de artefatos de museu para conhecimento do universo indígena. 1985. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1986.

Itens de Verificação para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. . Contribuição inédita e original, resultante de pesquisas densas de mestrado, doutorado e similares;
2. . Manuscrito formatado sem identificação de autoria (garantia à avaliação cega), e inclusão de figuras, tabelas e gráficos (simplesmente informando sua localização com legenda);
3. . Materiais gráficos (figuras,tabelas e gráficos) submetidos na plataforma como arquivos individuais, em formato jpg e com resolução mínima de 300 dpi's. Encaminhamento fora deste padrão implicará em não publicação do trabalho;
4. . Manuscrito não submetido em outro veículo de publicação;
5. . Manuscrito a seguir diretrizes constantes no tópico ";;;;;;DIRETRIZES PARA OS AUTORES";;;;;;, na seção ";;;;;;OBRE";;;;;; da MERCATOR;
6. . Título do manuscrito, bem como resumos, escrito em três línguas, dentre o Português e Inglês, obrigatórias, e o francês ou espanhol;
7. . Endereços incluídos no texto ativos (ex: <http://www.ufc.br>);
8. . Ter conhecimento da necessidade de realização de tradução do artigo para inglês e após aceite emitido pela revista.

Declaração de Direito Autoral

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

1. Autores mantém os direitos autorais e concedem à MERCATOR o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Creative Commons Attribution License](#), que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
 2. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
 3. Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado (Veja [O Efeito do Acesso Livre](#)).
 4. Autores são responsáveis pelo conteúdo constante no manuscrito publicado na revista.
-

ANEXO 5 – Normas Para Submissão de Trabalho na “Revista Novos Cadernos NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – UFPA”



CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO
PESQUISA ATUAL ANTERIORES

Capa > Sobre a revista > **Submissões**

Submissões

- Submissões Online
- Diretrizes para Autores
- Política de Privacidade

Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Novos Cadernos NAEA?

[ACESSO](#)

Não tem login/senha?

[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

Diretrizes para Autores

Condições para Submissão:

Os trabalhos submetidos para publicação devem ser originais e inéditos, não sendo permitida a submissão simultânea a outro periódico.

O conteúdo dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo obrigatoriamente a opinião do Conselho Editorial da Revista *Novos Cadernos NAEA*.

A submissão de trabalhos ao Conselho Editorial da Revista *Novos Cadernos NAEA* deve ser encaminhada ao editor científico, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico da revista: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/login>

A Revista aceita publicações nos seguintes idiomas: português, inglês, francês e espanhol. O comitê editorial orientará o (a) autor (a) no caso de publicação nessas línguas estrangeiras.

Os direitos autorais são automaticamente cedidos para a Revista *Novos Cadernos NAEA*. Em contrapartida, os autores recebem dois exemplares da versão impressa, quando disponível e quando não implicar em pagamento de serviços de correio. A revista também é disponibilizada na versão *on line*, em acesso

IDIOMA
Selecione o idioma
Português (Brasil) ▾
<input type="button" value="Submeter"/>

USUÁRIO
Login <input type="text"/>
Senha <input type="text"/>
<input type="checkbox"/> Lembrar usuário
<input type="button" value="Acesso"/>

INFORMAÇÕES
Para Autores

CONTEÚDO DA REVISTA
Pesquisa <input type="text"/>
Escopo da Busca
Todos ▾
<input type="button" value="Pesquisar"/>
Procurar
Por Edição
Por Autor
Por título
Outras revistas

TAMANHO DE FONTE
— — —

aberto (*open access*) e uso gratuito direcionado a fins educacionais, científicas e não comerciais.

O Processo de avaliação

A revista adota o processo de avaliação anônima por pares (*peer review*), com base nos critérios de qualidade e rigor científicos, originalidade, validade dos dados e relevância para a respectiva área de pesquisa, portanto, **artigos que constem o (s) nome (s) dos autores no documento anexado em word, serão devolvidos no sistema da Revista para o (s) autores os Submeterem Novamente, em conformidade com os itens 2 e 4.**

A aprovação dos trabalhos é condicionada aos pareceres de dois consultores *ad hoc* (referees), cuja decisão poderá ser: Aceitar; Aceitar com correções obrigatórias; Submeter novamente para avaliação; Enviar para outra revista; Rejeitar. Em caso de aprovação condicional, a aprovação final ficará sujeita aos ajustes necessários pelo(s) autores (es);

Em última instância, cabe ao Conselho Editorial decidir sobre os casos omissos.

Mais detalhes sobre o Processo de Avaliação estão disponíveis em Políticas/Processo de Avaliação pelos Pares (<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/about/editorialPolicies>;

Estrutura e formato dos trabalhos:

1. Os trabalhos devem ter até 20 laudas, no formato A4, nas fontes Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, incluindo-se figuras, tabelas e referências. O trabalho deverá, obrigatoriamente estar em Word.

2. O nome de todos os autores do artigo deve ser inserido, apenas no momento da submissão, no sistema da Revista e deverá conter: nome e sobrenome dos autores, resumo do Currículo ou do CV Lattes com a mais recente titulação acadêmica; filiação institucional; cargo que ocupa; área de atuação; e-mail e endereço completo para correspondência. Após a aprovação/aceite não serão permitidas, inclusões de autores que não constem no ato da submissão.

3. Os artigos submetidos devem conter autoria de, no máximo, 3 autores. A co-autoria implica em participação em todas as fases de sua produção.

4. Remover a identificação de autoria do trabalho do arquivo, necessária para o sigilo da revista.

5. Título: deve ser direto e conciso, no idioma original do texto (máximo 17 palavras), **acompanhado de tradução para o inglês.** Caso o artigo seja redigido em inglês, francês ou espanhol deve apresentar também o título em Português.

6. Resumo: parágrafo único, no idioma do texto, com no máximo 150 palavras, contendo uma síntese que sinalize para objetivos, metodologia, discussão e conclusões. Em se tratando de artigo **escrito em inglês, francês ou espanhol,** é obrigatório, também, o **resumo e palavras-chave em português.**

7. Abstract: poderá ser feito em um dos seguintes idiomas: inglês, francês e espanhol.

8. Keywords: de quatro (mínimo) a seis palavras (máximo) que identifiquem o conteúdo do trabalho, no mesmo idioma do abstract.

9. Figuras (fotos, mapas, gráficos etc.): são impressas em preto e branco (tons de cinza), compatíveis ao formato da revista (não excedendo 15 x 21 cm). Para garantir a qualidade editorial das figuras, elas devem ser enviadas em arquivos separados, em JPEG ou TIF, com resolução mínima de 300 dpi. Devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto, seguindo a ordem sequencial de inserção, numeradas em arábicos, com créditos de autoria e fontes nas respectivas legendas.

10. Tabelas: devem ser produzidas e inseridas no texto nos softwares Word ou Excel, obedecendo o formato da revista (não exceder 12 x 20 cm). Devem obrigatoriamente citadas no texto, seguindo a numeração sequencial de inserção.

11. Citações bibliográficas: as referências devem ser obrigatoriamente citadas no corpo do texto: sobrenome do autor e ano (em maiúsculas quando estiverem entre parênteses).

12. Citações de texto: até três linhas, devem ser entre aspas, seguindo o formato do texto, com citação de autoria no final, entre parênteses. As citações longas (quatro linhas ou mais) devem ser em parágrafo separado, com recuo de 4 cm, entrelinha simples, corpo 10, com citação de autoria no final, entre parênteses.

13. Nota de rodapé (opcional): devem ser inseridas no caso de comentários e informações complementares ao texto, seguindo a numeração sequencial, corpo 10.

14. Referências: A revista adota a Normalização de Referências Bibliográficas da ABNT (NBR 6023/2002). Todas as referências citadas no texto devem constar no tópico final, em ordem alfabética.

Exemplos:

§Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Prenome abreviado. Título: subtítulo (se houver). **Nome do periódico (em negrito)**, Local de publicação (opcional), volume, número ou fascículo, paginação, ano.

GORENDER, J. A sociedade cindida. **Estudos Avançados**, v.28, n.80, p.17-26. 2014.

§Capítulo de livro e coletânea:

SOBRENOME, Prenome abreviado do autor do capítulo. Título: subtítulo (se houver). In: SOBRENOME, Prenome abreviado do(s) Org.(s.), Ed.(s.). **Título do livro:** subtítulo do livro (se houver). Local de publicação: Editora, ano. Paginação do capítulo.

LEIS, H. R. Especificidades e desafios da interdisciplinaridade nas ciências humanas. In: PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Informação**. Barueri: Manole, 2011. p. 106-122.

§Livro no todo:

SOBRENOME, Prenome abreviado. **Título:** subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, ano. Paginação/volume. (Coleção ou série, se houver)

SAID, E. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2007. 528p.

§ Dissertações e teses:

SOBRENOME, Prenome abreviado. **Título:** subtítulo (se houver). Ano de defesa. Total de folhas. Tese (Doutorado em...) ou Dissertação (Mestrado em...) – instituição, local, ano.

COSTA, F. S. **A dinâmica dos recursos comuns em Unidades de Conservação e Assentamentos Rurais no Amazonas: uma**

abordagem fuzzy set. 2014. 365f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

§ **Documentos em meio eletrônico**

SOBRENOME, Prenome(s) abreviado(s) ou INSTITUIÇÃO. **Título:** subtítulo (se houver). local de publicação, volume (se houver), ano. Disponível em: . Acesso em: dia, mês (abreviado), ano.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **As metrópoles no Censo 2010:** novas tendências? Disponível em: iodasmetrolopes.net>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

A Revista **Novos Cadernos NAEA** adota o acesso livre e gratuito ao seu conteúdo (*open access*), no sentido de promover a divulgação e democratização do conhecimento científico.

Novos Cadernos NAEA. Todos os Direitos Reservados.

Print ISSN: 1516-6481 eISSN: 2179-7536

DOI do Novos Cadernos NAEA: [10.5801/S21797536](https://doi.org/10.5801/S21797536)

Revista Quadrimestral



Novos Cadernos NAEA da Universidade Federal do Pará é licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Uso não-comercial-No Derivative Works 3.0 Brasil.

Based on a work at www.periodicos.ufpa.br.

Permissions beyond the scope of this license may be available at <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>.